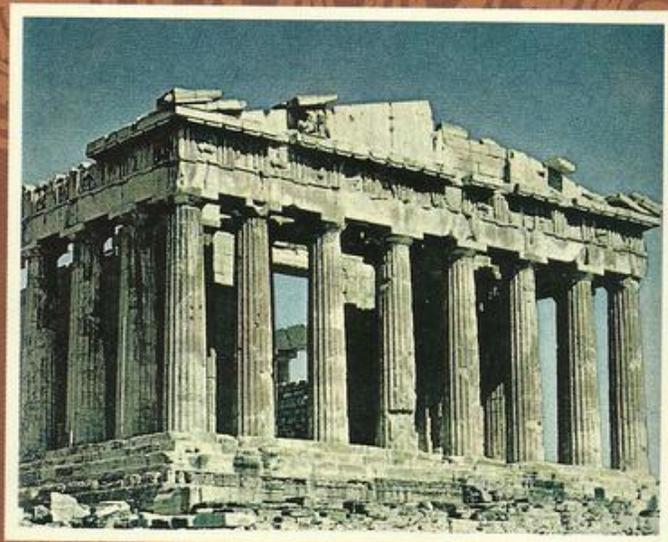


**CLAUDE MOSSÉ**



# ATENAS

A história de uma  
democracia

3ª EDIÇÃO

EDITORA



UnB

Uma das maiores especialistas da França em história antiga, Claude Mossé ensinou na Universidade de Clermont-Ferrand antes de vir a ser professora da Universidade de Paris-VIII (Vincennes). Dentre suas obras sobre história do pensamento político helênico podemos citar *La notion de la démocratie athénienne: aspects sociaux et politiques du déclin de la cité grecque au IV<sup>e</sup> siècle avant J.C.*



ATENAS: A HISTÓRIA DE UMA DEMOCRACIA

Edição  
P. J. M. S.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

João Claudio Todorov

*Vice-Reitor*

Erico P. S. Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall'igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Fischer

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

Claude Mossé

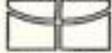
# ATENAS

## A HISTÓRIA DE UMA DEMOCRACIA

3ª edição

*Tradução*

João Batista da Costa

EDITORA  
  
UnB

Direitos exclusivos para esta edição:  
 EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
 SCS Q.02 Bloco C Nº 78 Ed. OK 2º andar  
 70300-500 Brasília DF Tel.: (061) 226-6874 ramal 30  
 Fax: (061) 225-5611 e-mail: editora@unb.br

Copyright © 1971 by Éditions du Seuil  
 Título original: *Histoire d'une démocratie: Athènes*

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

*Impresso no Brasil*

EDITORES  
 LÚCIO REINER  
 MANUEL MONTENEGRO DA CRUZ  
 MARIA RIZA BATISTA DUTRA  
 MARIA ROSA MAGALHÃES

CAPA  
 MAURÍCIO BORGES  
 SUPERVISÃO GRÁFICA  
 ELMANO RODRIGUES PINHEIRO  
 SUPERVISOR DE REVISÃO  
 JOSÉ REIS

CONTROLADORES DE TEXTO  
 ANTÔNIO CARLOS A. MARANHÃO  
 CARLA PATRÍCIA F. N. LOPES  
 CLARICE SANTOS  
 FERNANDA BORGES  
 LAÍS SERRA BATOR  
 MARIA DEL PUY D. HELINGER  
 MARIA HELENA MIRANDA  
 MÔNICA F. GUIMARÃES  
 PATRÍCIA MARIA S. DE ASSIS  
 THELMA ROSANE P. DE SOUZA  
 WILMA G. ROSAS SALTARELLI

ISBN: 85-230-0480-7

Ficha catalográfica elaborada pela  
 Biblioteca Central da Universidade de Brasília

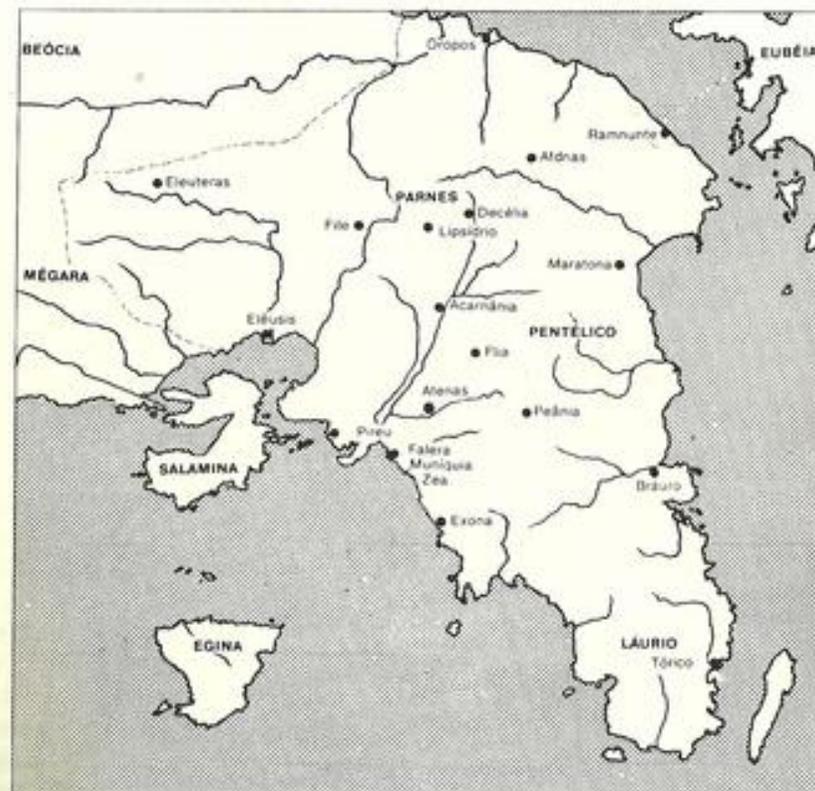
M 913 Mossé, Claude  
 Atenas: a história de uma democracia / Claude Mossé ;  
 tradução de João Batista da Costa. – 3.ed. – Brasília : Editora  
 Universidade de Brasília, 1997.  
 146p. : il. ; 23cm.  
 Tradução de : Histoire d'une démocratie : Athènes.  
 I. Democracia - Grécia. 2. História da Grécia. I. Título.

CDU- 938  
 321.7(38)(09)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Capítulo I A CONQUISTA DA DEMOCRACIA: DE SÓLON A PÉRICLES	11
Os Primórdios	12
Sólon	14
A Tirania de Pisístrato e dos seus Filhos	16
A "Revolução" de Clístenes	21
As Guerras Médicas	24
Capítulo II O "SÉCULO" DE PÉRICLES	35
Pérides: o Homem e o Meio	35
O Papel do Povo	38
O Império de Atenas	40
Atenas, "Escola da Grécia"	42
Do Imperialismo à Guerra	45
Capítulo III A GUERRA DO PELOPONESO	53
Primeiros Reveses. A Peste	53
Cléon. A Guerra Total	55
A Expedição da Sicília	59
A Primeira Revolução Oligárquica	64
O Retorno de Alcibíades. As Arginusas	69
O Fim da Guerra	71
Capítulo IV O PÓS-GUERRA: REVOLUÇÃO E RESTAURAÇÃO	77
A Segunda Revolução Oligárquica	77
Sócrates	82
A Situação no Pós-guerra	84
A Segunda Confederação Marítima	87
A Reforma de Calístrato. As Minas do Láurio	89

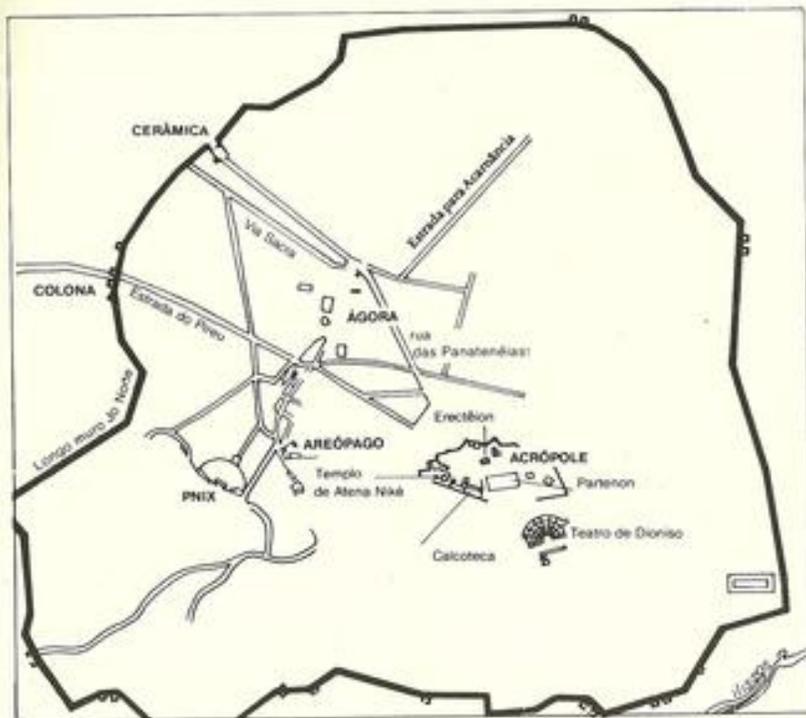
	O Problema Militar. O Desenvolvimento do Mercenarismo	90
	Eubulo. "As Receitas" de Xenofonte	92
	Isócrates	95
Capítulo V	<b>ATENAS NA ÉPOCA DE FILIPE E DE ALEXANDRE</b>	101
	Demóstenes e Filipe	102
	A Constituição de Atenas	107
	A Vida Econômica	113
	A Vida Quotidiana	117
	A Obra de Licurgo	122
	A Crise de 330-326 a.C.	124
	O Caso de Hárpalo	125
	A Guerra Lamíaca e o Fim da Democracia Ateniense	127
	A Herança de Atenas	133
	<b>LÉXICO</b>	137
	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	141



MAPA DA ÁTICA



Luta entre Atenas e Posêidon pela posse da Ática (Reconstituição do Frontão Oeste do Partenon.)



ATENAS NA ÉPOCA CLÁSSICA

## INTRODUÇÃO

Fala-se, amiúde, de civilização grega, de história da Grécia. Na verdade, os gregos possuíam o sentimento de pertencer à mesma comunidade, e esse sentimento devia se firmar, de modo especial, durante as lutas em que se opuseram aos bárbaros. Falavam a mesma língua, adoravam os mesmos deuses, compraziavam-se com os mesmos exercícios físicos e espirituais. Todavia, cada cidade constituía um Estado autônomo, e havia grandes diferenças entre elas. Impende não esquecer que a mais longa e penosa das guerras da história grega, a Guerra do Peloponeso, foi uma guerra entre cidades gregas. Dentre estas, existe uma cuja história nos é melhor conhecida e cuja vida nos parece bastante próxima e familiar: Atenas. Podemos nos interrogar acerca do caráter excepcional da documentação ateniense, perguntar-nos se é fruto do acaso ou conseqüência do relevante papel que, durante quase dois séculos, a cidade dos atenienses foi levada a desempenhar no mundo egeu. Sua realidade se exprime através de uma extraordinária riqueza de documentos de toda sorte, de uma profusão de textos históricos, literários, filosóficos, jurídicos, de inscrições e de monumentos alegóricos que fazem de Atenas não somente a mais conhecida das cidades gregas, mas a cidade grega por excelência. Sem embargo, as origens de Atenas são modestas. É verdade que os atenienses figuram no inventário das naus de "A Ilíada", e escavações revelaram a existência na Acrópole, datando daquela época, de uma colônia relativamente importante. Todavia, não se pode compará-la a Micenas e Pilos. Quando as cidades gregas saem dos quatro obscuros séculos, que se seguiram à destruição dos Estados micênicos, no alvorecer do século VIII a.C. Atenas permanece numa relativa obscuridade. Ela não participa do grande movimento de colonização, que se inicia por volta de meados do século VIII a.C., e é alhures, na Jônia e nas ilhas, que se firmam as primeiras manifestações da inteligência grega; é lá que nascem a epopéia, a poesia lírica e a reflexão científica. Também é alhures que ocorrem as grandes desordens sociais e políticas, a revolução dos hoplitas, a confecção de leis, a tirania.

Depois, no alvor do século VI a.C., tudo muda. Muito rapidamente, a cerâmica ática substitui, em toda a orla do Mediterrâneo, os vasos vindos da Ásia, das ilhas e de Corinto. Ao mesmo tempo, Atenas entra na história, que se revela sacudida por violentas desordens: a conspiração de Cílon, o código de Drácon, as reformas de Sólon e a tirania de Pisístrato marcam o final do século VII a.C. e o século

VI a.C. Esse período de agitações termina com o estabelecimento da democracia por Clístenes. A partir de então, abre-se, para Atenas, uma via régia. Com a vitória sobre os persas em Maratona e Salamina, ela aparece como a mais segura garantia da paz e da liberdade no Mar Egeu e reúne em torno de si as cidades gregas, as quais espontaneamente reconhecem sua hegemonia. À medida que o povo consolida, cada vez mais, sua autoridade no governo da cidade, Atenas, agora centro econômico e comercial do mundo egeu, sob a preclara administração de Péricles, experimenta notável prosperidade. Os tributos e as oferendas afluem à Acrópole, e as grandes festas religiosas constituem ensejo para firmar a preeminência da cidade de Atenas, para onde convergem, de todo o mundo grego, os maiores artistas e os espíritos mais penetrantes. Essa grandeza, todavia, tem seu reverso: a dominação, cada vez mais opressora, que Atenas exerce sobre as cidades egéias. E estas começam a querer emancipar-se. Disso vai resultar a Guerra do Peloponeso, na qual, durante mais de um quarto de século, as cidades gregas defrontam-se, na retaguarda das duas maiores, Esparta e Atenas. Essa guerra vai trazer sérias conseqüências para todo o mundo grego. O conflito do qual os atenienses esperavam sair vitoriosos, e que previam fosse de curta duração, acabaria por arruinar o Império, ao mesmo tempo em que, por duas vezes, a democracia via-se ameaçada internamente por aqueles que se recusavam a admitir o princípio da soberania do povo. Depois da guerra, os campos estão devastados, a exploração mineira do Laurio interrompe-se e o Pireu é abandonado por uma parte dos comerciantes estrangeiros que contribuíam para sua riqueza. É verdade que Atenas, fortalecida por todo o capital produtivo, acumulado no século anterior, ainda faz figura – e a reconstrução parcial do Império, a partir de 387 a.C., dá aos atenienses a ilusão de que continuam a ser os senhores do Mar Egeu. A dura realidade, porém, encarrega-se de dissipar essa ilusão. A desagregação do Império persa torna menos premente a proteção de Atenas, e os aliados não tardam a sacudir um jugo que, a fim de atender aos encargos financeiros, tornara-se mais penoso, não obstante as promessas feitas. A segunda metade do século IV a.C., vai encontrar Atenas enfraquecida, assolada por lutas entre facções e presa de crescentes dificuldades financeiras, a tentar, em vão, resistir às investidas de um novo adventício ao mundo egeu, Filipe, rei dos macedônios. Num derradeiro esforço, e impelidos pela eloqüência de Demóstenes, os atenienses conseguem organizar uma coalizão grega para enfrentar Filipe. A derrota dos gregos em Queroneia, contudo, põe termo, de modo definitivo, a todo sonho de hegemonia. Enquanto se desenvolve a prodigiosa aventura de Alexandre no Oriente, os atenienses vivem seus últimos anos de real independência em meio a disputas entre partidos e acertos de contas entre os políticos hostis ao Rei macedônio e os por ele subjugados. Sem dúvida, faz-se um meritório esforço, ao qual está ligado no nome do orador Licurgo, visando a reconstituir um exército cívico e a reorganizar as finanças. Todavia, Atenas, privada de suas possessões externas, corre o risco de asfixiar-se e, em diversas ocasiões, a cidade vê-se à beira da miséria. A morte de Alexandre acende uma derradeira esperança, logo extinta. O General macedônio Antípatro apodera-se da cidade, em 322 a.C., e impõe aos atenienses

uma constituição oligárquica que obriga os mais desafortunados a tomarem o caminho do exílio. A partir de então, disputada pelos diversos pretendentes à sucessão de Alexandre, e sempre sonhando com uma impossível desforra, Atenas não passa de uma caricatura do que fora outrora. E, quando os romanos aparecerem para colocar ordem no mundo oriental, cumularão os atenienses de honrarias, inversamente proporcionais à debilidade da cidade que, durante dois séculos, tinha dominado o mundo grego.

Não podemos deixar de nos impressionar com um destino tão brilhante e tão frágil. É tentadora a comparação com Roma – cujos primórdios lembram os de Atenas –, mas aquela soube dar-se um outro curso. Os romanos, que souberam transformar sua hegemonia, na Itália, num império mediterrâneo, eram mais hábeis ou menos egoístas que os atenienses? Foi a democracia que condenou Atenas ao inevitável declínio, conforme pretendem alguns, com as intenções que se adivinham? Esses são falsos dilemas de que o historiador não deve tratar. Em face de uma realidade complexa e muitas vezes contraditória, é-nos mister tentar compreendê-la. É o que procuraremos fazer nas páginas seguintes. Para isto, seremos levados a seguir um plano cronológico, e, no momento em que a documentação nos permitir entrever os seus mecanismos, analisaremos as instituições e as diferentes manifestações da vida intelectual e religiosa, restituídas, assim, ao seu contexto e à sua evolução.



Tetradracma da época  
de Clístenes: 511-490 a.C.  
(B.N. Medalhas.)



Os "tiranicidas": Harmódio e Aristogiton.  
(Obra romana, Museu Nacional de Nápoles.)



Remadores (baixo-relevo do século VI a.C. Museu da Acrópole). ▲

▼ Hoplitas (baixo-relevo do começo do século V a.C., Museu da Acrópole).



Panorama de Atenas: a Acrópole e o Areópago (Desenho de F. Stedeman, 1835.)

→ = a conquista da política

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### A CONQUISTA DA DEMOCRACIA: DE SÓLON A PÉRICLES

*S. Pericles*

*Oracões  
fúnebres  
de Péricles*

"Sabemos conciliar o gosto pelo belo com a simplicidade, e o gosto pelos estudos com a energia. Usamos a riqueza para a ação e não para uma vã ostentação de palavras. Entre nós, não é vergonhoso reconhecer a pobreza; e-o, bem mais, não tentar evitá-la. Os mesmos homens podem dedicar-se a seus negócios particulares e aos do Estado; simples artesãos podem ter bastante compreensão das questões de política. Não consideramos o homem ocioso, senão somente aquele que é inútil. É por conta própria que decidimos nossos negócios e fazemos os cálculos exatos. Para nós, não é a palavra que é nociva à ação, mas o não se informar pela palavra antes de se lançar à ação."

Ao fazer a apologia dos guerreiros mortos, no primeiro ano da Guerra do Peloponeso, Péricles caracterizava seus compatriotas por esse gosto pela palavra, ao qual devemos nosso conhecimento acerca dos atenienses. Com efeito, mais que qualquer outro povo da Grécia antiga, os atenienses deixaram inúmeros testemunhos de sua vida quotidiana. Os discursos políticos e as lides judiciárias, o teatro e os diálogos filosóficos – mais do que os textos oficiais, sempre impessoais e que, freqüentemente, constituem nossa única documentação – nos introduzem na intimidade destes homens que, durante dois séculos, dominaram o Mar Egeu e deixaram testemunhos que "se imporiam à nossa admiração, sem que tivéssemos necessidade dos encômios de um Homero ou de outro poeta épico, capaz de nos fascinar, momentaneamente, mas cujas ficções seriam contraditadas pela realidade dos fatos".

*de política / isto é a força*

Os atenienses somente adquiririam essa preeminência, todavia, ao termo de uma lenta evolução, entremeada de violentas agitações, que é mister rastrear para melhor compreender o que foi o extraordinário destino daquela cidade grega.

A Ática tem uma superfície de 2.650 km<sup>2</sup>. É uma península que avança para o Mar Egeu, com litorais recortados em chanfraduras profundas. O relevo é alto, particularmente a oeste, onde o Citéron e o Parneto chegam a 1.400 metros, e a leste, onde o Pentélico e o Himeto atingem 1.000 metros de altitude. No centro, o vale do Céfiso é o mais importante. As outras planícies (a de Elêusis, da Mesogéia e

*discurso = logos  
testemunho = logos*

*Oracões  
fúnebres  
de Péricles  
de política*

de Maratona) são de dimensões reduzidas. O clima é seco, quente no verão e, no inverno, caracteriza-se por chuvas violentas. A vegetação é pobre. Poucas florestas nas elevações, e, nas baixas altitudes, estende-se uma vegetação de arbustos. Nos vales e sobre as encostas das colinas, a cultura da vinha e da oliveira muito cedo substituiu a dos cereais, exceto, talvez, na planície de Elêusis – particularmente fértil. Poucas áreas destinadas a pastagens, salvo no vale do Céfiso – “o branco Cabo Colona, rico em equínos”, na evocação de Sófocles. Em, suma, um país pobre.

### Os Primórdios

Conhecemos o passado remoto de Atenas apenas através das narrações míticas. Os atenienses diziam-se autóctones, mas a arqueologia, a toponímia e mesmo certas tradições míticas tendem a demonstrar que a Ática já era habitada antes da chegada dos gregos à península balcânica. Na época micênica, existia um “palácio” na Acrópole, mas é provável que a autoridade de seu dono não ultrapassasse a planície do Céfiso. Com efeito, a Ática apresentava-se, então, como um aglomerado de pequenos “principados”, e a tradição conservou a memória das lutas que empreendiam entre si – às vezes isoladamente; outras, agrupados no seio de comunidades constituídas em torno de um santuário. Pensa-se, comumente, que a unificação partiu da *tetrakomia* de Maratona, e o nome de Teseu continua ligado ao *sinecismo* que teria reunido, em uma mesma cidade, as diferentes povoações da Ática. Somente Elêusis e Salamina conservaram por mais tempo sua autonomia antes de, por sua vez, caírem sob o jugo dos “reis” de Atenas. De quando data o *sinecismo*? É quase impossível dizê-lo. Já salientamos que os atenienses figuram no “inventário” das naus de *A Ilíada*. Mas, essa é uma indicação pouco convincente, na medida em que essa passagem do poema é tida, geralmente, como uma interpolação extemporânea.

É igualmente difícil saber a partir de que momento o poder do rei viu-se limitado pelo controle de um conselho aristocrático, com sede na colina do Areópago, e depois partilhado com três magistrados eleitos, a partir de então, por um período que foi, afinal, fixado em um ano. Um fato permanece de pé: mesmo que Atenas, a partir do final do século VIII a.C., seja uma *pólis*, as peculiaridades regionais não deixam de subsistir, e formam a base das disputas que se travam entre os principais chefes dos *gênes*, das famílias aristocráticas. Com efeito, quando, a partir de certas representações alegóricas e, sobretudo, a partir de certas tradições que há muito se perpetuaram, tentamos imaginar o que poderia ter sido a sociedade ateniense, por volta do início do século VII a.C. Ela aparece dominada por uma aristocracia guerreira, senhora da terra e do poder político, e que tinha em suas mãos os principais sacerdotes, a distribuir a justiça e o direito. A massa da população constitui, para essa aristocracia, uma espécie de clientela, reunida no seio das fratrias para o culto do ancestral comum ao *gênos* – às vezes, estas eram consultadas em assembleias, do tipo daquelas de que nos

falam os poemas homéricos, mas econômica e socialmente eram dependentes, sem que se possa determinar, de modo preciso, em que consistia essa dependência. Entre a aristocracia e a classe camponesa dependente, há um grupo intermediário de aldeões livres, suficientemente abastados para poderem adquirir uma panóplia e servir na falange pesada dos hoplitas que, a partir de meados do século, constituem a força militar da cidade. Os artesãos são ainda pouco numerosos e, sem dúvida, estão estreitamente ligados aos nobres para os quais trabalham.

Nos últimos decênios do século VII a.C., é que Atenas, que tinha se conservado afastada do grande movimento de colonização – iniciado por volta de meados do século VIII a.C. –, entra propriamente na história. O primeiro episódio conhecido é a tentativa de um certo Cílon de apoderar-se da tirania, aproximadamente em 630 a.C. Jovem aristocrata, vencedor dos jogos olímpicos, Cílon assenhoreou-se da Acrópole, com a ajuda de alguns amigos e de reforços enviados por seu sogro, Teágenes, tirano de Mégara. O Arconte Mégacles, porém, chamou às armas o povo, que acudiu em massa para assediar a Acrópole. Cílon e seus companheiros tiveram que se render e foram condenados à morte, por ordem de Mégacles que, naquela conjuntura, não levou em conta o caráter sagrado da Acrópole e cometeu, assim, um sacrilégio cuja mácula recairia sobre todos os membros de seu *gênos*, o dos alcmeônidas, que, pouco depois, tiveram que tomar o caminho do exílio. Devemos a Heródoto e a Tucídides a narrativa da tentativa de Cílon. Ambos fizeram uso de uma fonte favorável aos alcmeônidas, que aparecem, assim, como os “protetores” naturais do povo. Daí a concluir, como certos historiadores contemporâneos, que Cílon tentara tomar o poder para defender os interesses da nobreza, ameaçados pela confecção das leis, vai uma grande distância. É mais verossímil colocar a tentativa de Cílon no quadro das lutas entre facções aristocráticas, que continuarão durante parte do século seguinte. No que tange ao papel das populações campesinas, é duvidoso que tenha sido tão ativo quanto pretende Tucídides, e não se chega a entender por que teriam tomado o partido de Mégacles contra Cílon.

Não há dúvida, entretanto, que o povo começava a adquirir uma importância cada vez maior na vida da cidade. As transformações no exército tiveram como consequência a ampliação da classe dos homens em condição de portar armas. E estes começaram a aspirar a substituição do direito dos *gênes* por uma lei observada por todos, e capaz de por fim às *vendettas* que dividiam as famílias aristocráticas. O código de Drácon, elaborado nos últimos anos do século VII a.C., constitui a primeira tentativa, ainda limitada a casos de assassinatos, de instituir um direito comum a todos, e de pôr termo à prática de vinganças das famílias. A despeito do que afirmam os oradores do século IV a.C., é discutível que Drácon tenha redigido um código de leis completo e, mais ainda, que tenha dotado Atenas de uma nova constituição. Embora prejudicando os privilégios judiciais dos antigos *gênes*, as leis de Drácon de modo algum feriram o monopólio político da aristocracia, assim como não ameaçaram sua dominação social.

## Sólon

À crise que, no entanto, iria irromper pouco depois, continua vinculado o nome de Sólon. Com exceção dos poemas políticos de Sólon – cuja interpretação nem sempre é fácil –, acerca desta crise possuímos apenas testemunhos serôdios que falsearam o sentido real dos acontecimentos. Parece que dois fatos deram origem à ruptura do equilíbrio social: por um lado, a situação de dependência em que se encontrava a maior parte dos camponeses atenienses, obrigados ao pagamento da sexta parte de sua colheita; por outro, o endividamento crescente da massa camponesa e a ameaça que sobre ela pesava de ser reduzida à escravidão. Os dois fatos, sem dúvida, estão ligados, mas nem sempre é fácil reconstituir o processo que vai de um a outro. As pessoas tornavam-se dependentes como consequência do endividamento, ou antes, a dívida resultava da impossibilidade de pagar 1/6 do produto de seu trabalho? Problema quase insolúvel este, o qual, não obstante, leva a uma situação de crise que atinge seu paroxismo nos primeiros anos do século VI a.C.

Sólon, eleito arconte em 594 a.C., tomara a si a tarefa de enfrentar a crise. Ele próprio pertencia à aristocracia, mas, por temperamento ou por necessidade, fora levado a viajar, o que o colocava um pouco à margem da aristocracia tradicional. Consciente da ameaça representada por uma agitação camponesa, que poderia desembocar na tirania, e recusando tornar-se tirano, proclama a *seisachteia*, ou seja, a suspensão dos encargos, arrancando dos campos os marcos que tornavam concreto o estado de dependência de seus proprietários, ao mesmo tempo em que anula as dívidas e revoga o direito do credor de mandar prender o devedor, fazendo retornar à Ática todos aqueles que, como escravos, haviam sido vendidos no exterior. As medidas, que ora resumimos, não deixam de trazer muitos problemas. Qual era, então, o estatuto exato das terras? A quanto se elevava o número dos atenienses que puderam voltar à Ática e de que maneira tomaram posse de suas terras? O certo é que Sólon, ao proclamar a *seisachteia*, livrava os camponeses atenienses de um estado de dependência, que não mais se repetiria na história de Atenas, mas recusava-se a pôr em prática o que a maioria deles reclamava: a partilha do solo da pátria. Não podemos duvidar que tal reivindicação tenha existido; o testemunho de Sólon é digno de fé. Contudo, somos tentados a nos perguntar: como tal anelo pôde tornar-se a vindícia fundamental da massa do povo ateniense? Qual “modelo” tê-lo-ia inspirado? Devemos ter em mente o caráter ainda primitivo dessa sociedade campesina, e a ausência de um verdadeiro programa político entre esses camponeses, substancialmente dependentes da aristocracia. Devemos pensar nas regras que presidiam a partilha dos despojos, a repartição das terras coloniais, e talvez já refletirmos sobre o exemplo espartano. Seja como for, é interessante encontrar, naquela Atenas do começo do século VI a.C., a manifestação daquilo que se tornará a palavra de ordem revolucionária do fim da época clássica e do mundo helenístico.

A obra de Sólon não se limitou à *seisachteia*. Ela foi complementada por outras medidas jurídicas, políticas e econômicas. No plano jurídico, Sólon aparece como o legislador ateniense por excelência. Promulgou uma série de leis, tornadas públicas, criando, assim, um direito ateniense comum a todos. No plano político, teria criado, paralelamente ao Areópago, um conselho de 400 membros que prenuncia a futura *Boulè* clisteniana. A justo título, entretanto, foi posta em dúvida a existência desse conselho – que aparece como uma invenção posterior da propaganda moderada quando, no final do século V a.C., alguns aprovou opor à democracia radical uma pretensa constituição de Sólon. Este também teria dividido o conjunto dos cidadãos em quatro classes censitárias, que subsistiram durante toda a história de Atenas. Às duas primeiras, a dos *pentacosiomédimos* e dos *hippeis*, estavam reservadas as principais magistraturas. Os *zeugitas* compreendiam o conjunto de camponeses de condição média, capazes de se equiparem e de se transformarem em hoplitas. A última classe, a dos *tetes*, englobava todos os outros atenienses, a massa dos camponeses pobres e a dos artesões que não eram estrangeiros. A que propósito visava essa nova divisão dos cidadãos? Seguramente tinha, antes de tudo, um objetivo preciso: definir os encargos militares de cada um.

Mas o fato de que essa classificação se tenha feito, a partir de então, em função da fortuna e não do nascimento – o que explicava, antes de mais nada, a divisão dos privilegiados em duas classes distintas – revela não apenas uma profunda alteração das mentalidades, mas também a vontade de Sólon de substituir, por novos critérios, os antigos costumes aristocráticos. É certo que, ainda assim, isto não resultava, de imediato, senão no fortalecimento da autoridade da aristocracia, uma vez que o exercício da magistratura era-lhe exclusivo, do mesmo modo que somente ela tinha competência para administrar justiça, em virtude de um novo código de leis instituído por Sólon. No entanto, ao codificar uma autoridade que, até então, poder-se-ia dizer, baseava-se no direito divino, Sólon fixava-lhe limites – aos quais a evolução ulterior daria pleno significado.

Muitos se comprazem bastante em realçar as medidas econômicas de Sólon, a quem não hesitam em transformar no promotor da futura pujança comercial de Atenas. Na verdade, não se sabe muita coisa de preciso sobre essa política. Sabe-se, hoje, que, embora circulassem moedas em Atenas no tempo de Sólon, apenas posteriormente, por volta de 575 a.C., é que começaram as primeiras emissões atenienses. Não é duvidoso, contudo, que ele tenha promulgado uma reforma dos pesos e medidas, tendo por causa dela a mina passado a pesar 100 dracmas, ao invés de 73 ou 70, como antes. Muito se tem interrogado acerca do significado dessa medida, na qual se quer ver, desde o século IV a.C., uma espécie de desvalorização. Na realidade, há que se pensar antes numa preocupação em nivelar as medidas ponderais atenienses às outras medidas em vigor na bacia mediterrânea – particularmente às das cidades aquéias da Itália do Sul, o que já traduz a existência de um sistema regular de trocas e de relações. Entretanto, se

quisermos levar a questão mais adiante, defrontar-nos-emos com enormes dificuldades: o silêncio absoluto das fontes leva à formulação de hipóteses que, freqüentemente, têm como base certezas extremamente frágeis. Assim, admite-se geralmente, que é a partir de Sólon que a agricultura da Ática modifica-se, com as culturas arbustivas desenvolvendo-se em detrimento das de cereais – o que supõe, de uma parte, a possibilidade de abastecimento regular de grão estrangeiro; de outra parte, exige uma moeda de troca para pagar as importações. Já vimos que ainda não existia a moeda propriamente dita. É mister, pois, admitir que o trigo importado era pago, quer com vasos – sabemos, porém, que a exportação de vasos áticos somente começa a adquirir real importância no segundo quartel do século VI a.C. – quer com outros produtos – no caso, o azeite, que era o único produto agrícola cuja exportação estava autorizada.

### A Tirania de Pisístrato e dos seus Filhos

Seja como for, e mesmo que Sólon não tenha sido pessoalmente responsável pelas mudanças, o certo é que, nos anos seguintes às suas reformas, operam-se transformações, na vida de Atenas, que terão grande relevância no futuro da cidade: a orientação da agricultura para as culturas arbustivas, a busca de um abastecimento regular de cereais e o desenvolvimento da indústria cerâmica. Essas transformações não deixariam de modificar a estrutura social da Ática, mas constituíram transformações lentas que somente adquiriram real importância em fins do século. De imediato, o problema agrário, ao que Sólon parcialmente se subtraiu, continuou sendo fundamental. Não é surpreendente ver a agitação renascer nos anos que se seguem ao seu abandono da vida pública. Esta agitação situava-se num duplo plano: por um lado, as lutas das facções entre *gênes* aristocráticos recrudesciam, cada vez mais, e houve mesmo dois anos de “anarquia”, durante os quais não se pôde designar um arconte epônimo; por outro lado, persistia a agitação dos camponeses.

A crise não devia tardar a rebentar. Por volta de 561 a.C., na luta pelo poder, dois homens se defrontavam: Licurgo, que, como orador do século IV a.C., talvez pertencesse ao *gênes* dos eteobutades, e Mégacles, que pertencia ao dos alcmeônidas. Este último era um homem poderoso, que havia desposado a filha de Clístenes, tirano de Sicione, prevalecendo, por seu porte e fortuna, sobre todos os rivais. Os alcmeônidas desfrutavam de uma posição de influência na Ática – a despeito da famosa maldição que continuava a pesar sobre o *gênes*, desde a questão Cílon –, além de disporem de numerosa clientela na própria cidade e nas aldeias litorâneas. Isto explica, sem dúvida, o nome de paralianos – gente do litoral – dado a seus partidários. Contra estes, Licurgo havia reunido seus seguidores, que tomaram o nome de *pedionómós*, ou seja, gente da planície. Desde a antigüidade, muitos quiseram ver na oposição que indispunha os dois homens um antagonismo de grupos políticos e sociais. Licurgo representaria a aristocracia tradicional, cujas terras situavam-se no *pedíon* (planície, em grego); Mégacles refletiria o

partido moderado que agrupava os habitantes do litoral, afeitos ao comércio, e os artesões ricos da cidade. Mas isso não passa de um modo de se ver a questão, uma vez que tais categorias sociais ainda não existiam, na Atenas do século IV a.C., onde o artesanato começava a se desenvolver timidamente e o comércio estava nas mãos de “jônios”, estranhos à cidade. Eis a razão pela qual certos autores modernos, ao se recusarem a dar uma interpretação francamente anacrônica, deram relevo aos nomes geográficos dos partidos em disputa para realçar a idéia de que, numa Ática ainda não unificada verdadeiramente, as lutas em que se digladiavam os chefes dos clãs apoiados por suas clientelas tinham, sobretudo, um caráter regional. Com efeito, quando, para fazer face aos dois outros partidos, um terceiro reivindicou o poder, congregou os diacrianos, ou gente da Diacria, isto é, da região a nordeste da Ática, além das colinas. O chefe deste terceiro partido era Pisístrato, cuja família vivia em Bráuron. No entanto, no que se refere a este último, pelo menos, a explicação que sublinha a região parece insuficiente. Heródoto, que, juntamente com Aristóteles, constitui nossa fonte principal, ressalta que, na verdade, no cenário das lutas que os dois partidos travavam, Pisístrato formou um terceiro ao qual, quase por ironia, também deu um nome geográfico. Com efeito, é evidente que, embora Pisístrato recrute seus primeiros partidários entre as pessoas da Diacria – onde se localizavam seus bens patrimoniais –, muito cedo vai granjear o apoio de todos os descontentes, independentemente de sua origem geográfica. Daí o caráter “democrático” do partido de Pisístrato, no dizer de Aristóteles, que emprega um termo decididamente anacrônico. Assim, Pisístrato inscrever-se-ia no esquema tradicional do tirano demagogo, da época arcaica, que, para tomar o poder, subleva contra a aristocracia as massas camponesas empobrecidas que dele esperam algumas vantagens materiais.

O desenrolar dos acontecimentos, tal como é narrado por Heródoto, confirma essa análise: “Quando Pisístrato reuniu seus partidários e tornou-se, por assim dizer, o chefe dos diacrianos, eis o que tramou: feriu a si próprio e as seus almocreves. Depois, com seus animais, arrojou-se à Ágora como se tivesse escapado de inimigos que teriam tentado matá-lo, quando se dirigia aos campos. Recorreu, então, ao povo, a quem pediu proteção; ele que, anteriormente adquirira glória, ao tomar Niséia, na campanha contra os mégaros, além de outras brilhantes façanhas. O povo ateniense, iludido, permitiu-lhe escolher, entre os cidadãos, trezentos homens, que passaram a ser não os “porta-lanças” de Pisístrato, mas seus “porta-maças”, porque eles o escoltavam pela retaguarda com maças de madeira. Estes homens, juntamente com Pisístrato, sublevaram-se e ocuparam a Acrópole” (*Histórias* 1,59). É claro que o estratagema que Pisístrato ideou só pôde alcançar êxito porque este já havia granjeado as boas graças da maior parte do povo, e é significativo o fato de que ele recrutou os homens de sua guarda pessoal, não entre os jovens aristocratas “porta-lanças”, mas entre pessoas do povo a quem armou de toscas maças de madeira. Aristóteles e Plutarco, que repetem o essencial da narrativa de Heródoto, acrescentam um detalhe que não deixa de ser surpreendente. Um decreto, preparado por um certo Aristion ou Aríston, e

submetido ao sufrágio popular, teria concedido a Pisístrato o privilégio de uma guarda pessoal. Há, aí, um evidente anacronismo, mesmo que se queira admitir que a decisão, proposta por um comparsa, recebeu a aprovação do povo reunido na Ágora. Além do mais, o privilégio de uma guarda pessoal leva a pensar que, naquele momento, Pisístrato desempenhava uma função oficial, talvez a de polemárcio, o que explicaria seu papel na guerra contra Mégara.

Seja como for, Pisístrato logo se chocou com a oposição dos outros dois partidos que, após se submeterem à sua tirania – durante um período que é difícil avaliar, em vista das revelações contraditórias de nossas fontes –, obrigaram-no a deixar o poder e, talvez, a tomar o caminho de exílio. Desta vez, o povo permaneceu passivo, o que não é de estranhar. O povo ateniense ainda desconhecia o que fosse “consciência política” e, desde que conseguisse vantagens materiais, desinteressava-se das lutas estereis por um poder que fugia a seu controle. Constituía, todavia, uma força que poderia se tornar temível. Pode-se indagar se não teria sido isso que levou Mégacles a aproximar-se de Pisístrato, a quem deu a filha em casamento e ajudou a voltar a Atenas, após uma ausência de onze anos, segundo Aristóteles. Este retorno deu lugar a uma encenação a que nossas fontes se referem complacentemente: “No décimo segundo ano, Mégacles, repellido pelos partidos em luta, entrou em negociações com Pisístrato, sob a condição de este desposar sua filha; e reconduziu-o de maneira simples e à moda antiga. Propagou a notícia de que Atena trazia Pisístrato de volta, procurou uma mulher alta e bela – segundo Heródoto, originária do *dêmos* de Peânia; segundo outros, tratava-se de uma ramalheteira trácia chamada Flia, que habitava em Colito –; vestiu-a de deusa e fez-la entrar em Atenas com Pisístrato, que avançava numa carruagem com a mulher a seu lado, e os habitantes receberam-no prostrando-se em sinal de respeito” (A.P. XIV, 4). Essa narrativa diz muito da ingenuidade do povo ateniense e, portanto, da prudência com que é mister falar de uma opinião pública em Atenas. De qualquer modo, Pisístrato, readquirindo a condição de senhor de Atenas, sem dúvida procurou firmar sua autoridade de maneira mais sólida, o que explica sua ruptura com Mégacles, sob o pretexto de que o casamento com a filha deste não se realizara, e o novo exílio, o qual, sendo mais breve que o primeiro, seria bem mais eficaz. Primeiramente, Pisístrato estabeleceu-se num lugar denominado Réquelo, no Golfo Termaico. Daí dirigiu-se à região do monte Pangeu, rico em minerais preciosos. É mister imaginar que, como outros aventureiros atenienses, transfugas da aristocracia, explorou as riquezas naturais do país e, após obter bastante ouro e dinheiro, pôde, em seguida, estabelecer-se em Erétria, na Eubéia, e aí arregar um exército, desembarcar na Ática, vencer seus adversários numa batalha travada perto do templo de Atena – Palenis –, e retornar a Atenas, desta vez definitivamente. Assinale-se que, tão logo desembarcou, Pisístrato viu acorrer a seu encontro as massas de partidários que, vindos tanto da cidade como dos campos, lutaram a seu lado contra o exército de seus adversários. Heródoto constata o fato com azedume, admirando-se de os atenienses terem-se dado tanta pressa em renunciar à liberdade. Cumpre, todavia,

admitir que contavam com vantagens, e que os dois períodos precedentes, em que Pisístrato tivera a cidade em suas mãos, não se lhes afiguravam muito adversos.

De qualquer modo, este manteria sua autoridade em Atenas até a morte. E a tradição unanimemente conservou na lembrança a magnanimidade do tirano, bem como sua moderação no exercício do poder e seus favores. Os autores antigos afirmam, antes de tudo, que Pisístrato governou respeitando as leis existentes. Isto supõe que ele manteve a legislação de Sólon, e que os magistrados eram eleitos como no passado. É digno de nota o fato de que Pisístrato, pessoalmente, não se investira de qualquer autoridade especial. O poder de fato que ele exercia permitia-lhe, no máximo, reservar as funções políticas para seus partidários e membros de sua família. Após seu último retorno havia condenado ao exílio os adversários, e não tinha, por isso, de temer uma oposição interna. E quando aqueles retornaram a Atenas, Pisístrato não lhes manifestou uma hostilidade de princípio; muito pelo contrário, favoreceu a empresa de Milcíades, em Quersoneso, e, após sua morte, quando seus filhos, Hípias e Hiparco, assumiram conjuntamente a tirania, viu-se mesmo o alcmeônida Clístenes, filho de Mégacles, exercer o arcontado, em 525-524 a.C.. Do mesmo modo, quando em duas ocasiões (532 e 528 a.C.), o rico Cimon Coalemo, aparentado com o poderoso *gênos* dos *filaios*, obteve uma coroa olímpica, sua vitória foi proclamada em nome de Pisístrato. Todavia, levado ao poder pelo povo, Pisístrato empenhou-se em conquistar as boas graças dos camponeses, através de medidas destinadas a minorar sua miséria, sem, entretanto, faz-se mister ressaltar, fazer a partilha das terras, procedimento que, antes dele, Sólon já havia repellido. Aristóteles – neste caso nossa principal fonte – assim resume a política de Pisístrato: “Ele adiantava dinheiro aos pobres para seus trabalhos, se bem que ganhassem a vida no cultivo da terra. Assim procedia por duas razões: para que, ao invés de passarem o tempo na cidade, permanecessem dispersos no campo, e, a fim de que, gozando de uma honesta abastança, e totalmente voltados para seus afazeres pessoais, não tivessem nem a necessidade nem o desejo de se ocuparem dos negócios do Estado. Ao mesmo tempo, a renda deste aumentava quando o campo era cultivado, uma vez que os camponeses pagavam o dízimo sobre a produção” (A.P. XVI, 3-4). Evidentemente, nesta análise da política de Pisístrato, relativamente aos camponeses, é difícil saber o que corresponde à realidade e o que é invenção dos teóricos do século IV a.C.. Não é menos verdade que, com o expediente de conceder ajuda material aos homens do campo, Pisístrato evitava a temível partilha das terras. Cumpria, ainda, ter meios para tal “evergetismo”. Aristóteles menciona um desses meios: a imposição de uma dízima sobre as colheitas. Mas, pode-se imaginar outros, como a distribuição de moedas, ou ainda, a venda de cereais a baixo preço. De qualquer forma, esta política pressupunha que o tirano dispusesse de consideráveis recursos pessoais. É isto que distingue Pisístrato de Péricles, ao mesmo tempo que o anuncia. Com efeito, este apenas retomará a política do tirano, mas o equilíbrio social repousará sobre os recursos do Estado, e não mais sobre os de um só homem.

Também sob outros aspectos, Pisístrato aparece como um precursor do grande estrategista do século V a.C. Destarte, em matéria de política exterior, foi o primeiro a orientar os negócios de Atenas para o Mar Egeu e a região dos Estreitos. Apoiou o estabelecimento da tirania de seu amigo Ligdamis em Naxos, asenhoreou-se de Sigeu, no Helesponto, e estimulou Milcíades a fundar uma colônia ateniense em Quersoneso, na Trácia. Era uma maneira de garantir as vias de acesso ao trigo da Rússia meridional que, nos séculos V a.C. e IV a.C., alimentaria Atenas. Para pagar esse trigo, fomentou o desenvolvimento da cerâmica ateniense e mandou cunhar as primeiras "corujas" com a efígie de Atena. Cuidando de consolidar a unidade da Ática, favoreceu o desenvolvimento dos cultos que podiam congregar todos os atenienses. Em primeiro lugar, o de Atena, a deusa tutelar da cidade, cujos festejos conheceram, então, particular brilho; o de Dioniso, o deus popular do campo, e o das duas deusas de Elêusis. Enfim, a época dos pisistrátidas foi a das primeiras grandes construções na Acrópole e dos notáveis trabalhos de adução d'água, bem como das primeiras grandes obras da escultura ática, às quais se liga o nome de Antenor. Pisístrato e seus filhos – os quais nada fizeram, além de retomar a política do pai – foram, pois, os primeiros a revelar aos atenienses o caminho de sua futura preeminência econômica, intelectual e artística. Mas os pisistrátidas, tiranos que eram, confundiam a glória da cidade com a sua própria. Ora, a grandeza de Atenas provinha, principalmente, do fato de que esta devia ser de todo o povo. Isso propiciava uma revolução, a qual foi obra de um aristocrata, o alcmeônida Clístenes. Pisístrato, morto em 528/7 a.C., deixara o poder a seus dois filhos mais velhos, Hípias e Hiparco. Estes, nascidos tiranos – se podemos assim dizê-lo – não conseguiram vencer as vicissitudes que haviam presidido à ascensão ao poder por parte de seu pai. Além do mais, afeitos ao poder pessoal, viam-se tentados a exercê-lo de modo mais autoritário e, sobretudo, mais "príncipesco". Enquanto Pisístrato, por vontade própria, queria levar a vida de um simples particular, seus filhos fizeram-se cercar de pomposa corte, atraindo a Atenas poetas, escritores e artistas. Não obstante, os primeiros anos de seu reinado conjunto foram relativamente calmos. A maior parte dos membros das grandes famílias aristocráticas tinham retornado a Atenas e, como já vimos, não hesitavam em disputar os mais altos cargos. Contudo, a realidade do poder escapava-lhes, e isto devia afigurá-los intoleráveis. Parece, no entanto, que não tentaram qualquer ação digna de nota antes do assassinato de Hiparco, o mais jovem dos dois irmãos. Conhecemos essa sombria história através de uma narrativa de Tucídides, que Aristóteles relata com alguma modificação. Como ponto de partida, há a questão do ciúme de Hiparco, que se teria apaixonado pelo belo Harmódio, que o repeliu. O resto da história é obscuro; para se vingar, Hiparco teria humilhado a irmã de Harmódio, e este, com a ajuda do seu amante, Aristógiton, teria preparado o assassinio do tirano. Depois disso, Harmódio e Aristógiton, os "tiranicidas", seriam reverenciados pela democracia como heróis e, ainda no século IV a.C., seus descendentes gozariam de vários privilégios. Na verdade, a morte de Hiparco não pôs fim à tirania – a qual duraria ainda quatro anos. Ademais, se dermos crédito a Aristóteles, o assassinato do

irmão levou Hípias a fortalecer sua autoridade. Os nobres, egressos do exílio, foram novamente obrigados a partir, sendo que, entre eles, estava Clístenes, elevado a chefe do *gênos* dos alcmeônidas. Clístenes tentou, em diversas ocasiões, retornar à Ática, mas seus esforços foram baldados. Um fato significativo é que o povo, que não desempenhara qualquer papel na morte de Hiparco, permaneceu passivo, e que não é uma sublevação popular, mas uma intervenção estrangeira, a de Cleômenes – Rei de Esparta, convocado pelos aristocratas atenienses – que causa a derrocada do tirano (510 a.C.).

### A "Revolução" de Clístenes

Aparentemente, o fim da tirania significava, pois, o puro e simples retorno ao passado. E, com efeito, enquanto o exército do Rei de Esparta acampava nos arredores de Atenas, as disputas entre as facções aristocráticas não tardaram a recrudescer, com redobrado vigor. Dois homens contendiam, em especial: o alcmeônida Clístenes e Iságoras, filho de Teisandro, e amigo pessoal de Cleômenes, Rei de Esparta. Iságoras, favorecido pela ameaça que o exército espartano representava, foi eleito para o arcontado em 508 a.C. Neste ponto, a narração dos acontecimentos torna-se confusa, porque nossas duas fontes, Heródoto e Aristóteles, apresentam substanciais divergências sobre uma questão capital: de fato, o historiador de Halicarnasso relata que, a fim de reaver, das mãos de seus adversários, a autoridade perdida, Clístenes "fez o povo entrar na sua heteria", o que equivale a dizer que decidiu apoiar-se no povo, revivendo, de certo modo, a manobra que permitira a Pisístrato instalar-se no poder, meio século antes. A versão de Aristóteles é diferente e, por vezes, oposta: da narrativa deste deduz-se que, temendo o apoio popular, buscado por Clístenes, Iságoras teria feito apelo a Cleômenes, que, ocupando a Acrópole, teria compelido Clístenes e alguns partidários a se exilarem. O povo, então, ter-se-ia sublevado, sitiado a Acrópole durante dois dias, e finalmente obrigado Cleômenes, Iságoras e seus partidários a capitular. Depois disto, o mesmo povo teria chamado Clístenes de volta e lhe confiado o poder. O papel do povo é, pois, muito mais importante na narrativa de Aristóteles que na de Heródoto. Para o primeiro, a iniciativa de convocar Clístenes procede dos atenienses, enquanto que, para Heródoto, foi o alcmeônida quem, por oportunismo, decidiu apoiar-se no povo. É evidente que a versão de Aristóteles corresponde melhor ao que a propaganda democrática pretendia pôr em relevo. Há que indagar, todavia, se Heródoto, mais próximo dos acontecimentos, não teria registrado uma tradição mais correta. Com efeito, no final do século VI a.C., o povo ateniense ainda não era a grande força política que viria a ser no século seguinte, e se pôde influir na orientação que o alcmeônida daria à constituição ateniense, não é menos certo que este tomou a iniciativa de promover uma aliança que teria conseqüências extremamente importantes para a história de Atenas. Fê-lo por mero oportunismo, tradição familiar ou convicção? A questão persiste e continua a alimentar controvérsias. Clístenes não é bem-conhecido, ao contrário de Sólon e de Péricles. Sobre ele não se conhece qualquer

história, e parece que teria havido como que uma conspiração de silêncio a seu respeito. Se Clístenes não fez mais que apoiar-se no povo, para dominá-lo e chegar ao poder, terá sido um oportunista ou, no melhor dos casos, um político hábil que, aproveitando-se da importância que, há meio século, o povo adquirira na vida da cidade, disso teria tirado as conseqüências pertinentes, e com este se congraçado, por meio de uma profunda reforma nas instituições. Até as naturalizações de estrangeiros, a que procedeu, derivam da prática "tirânica" em curso, cujo propósito tradicional era o de adquirir clientela. Os alcmeônidas constituíam um *génos* que, há muito, vivia à margem da aristocracia tradicional. Na época clássica, seus bens patrimoniais localizavam-se nas proximidades da cidade; podiam ter interesse em aumentar o número de seus clientes, apoiando-se em uma população urbana, de origem relativamente recente, e tanto mais fácil de conquistar quanto não estava presa pelos laços tradicionais de clientela. Tudo isto é patente, mas não explica o caráter das reformas de Clístenes.

Estas reformas, portanto, nada têm de "demagógicas". Os profundos transformos que se operam na estrutura da sociedade ateniense não são, nem foram, imediatamente perceptíveis. Clístenes, com efeito, modifica o território da Ática, substituindo as quatro tribos antigas, de origem jônica, por dez novas que congregam os habitantes de uma mesma parte do território da Ática. O território de cada tribo compreende três partes, três *trittias*: uma situada no litoral, outra na cidade e seus arredores, e a terceira no interior. Cada *trittia* congrega um número variável de "*dèmes*", circunscrições territoriais de base, ocupando as terras dos antigos vilarejos, sem, de modo algum, identificarem-se com os mesmos. Evidentemente, não é preciso ressaltar que, assim agindo, Clístenes solapava as bases da dominação social da antiga aristocracia. Heródoto já havia percebido isto. Comparava suas reformas às que seu avô, o tirano Clístenes, implantara em Sicione. Mas, se o desejo de abater a aristocracia tradicional e de minar as bases de sua autoridade é idêntico nos dois casos, o que constitui medida humilhante por parte do tirano de Sicione torna-se reconstrução sistemática, reforma do espaço cívico, por parte do neto. Os modernos tentaram explicar o caráter sistemático das reformas clístenianas, pesquisando os modelos que poderiam ter inspirado o alcmeônida. Alguns acreditavam existir influência das especulações pitagóricas. Mais recentemente, tem-se ressaltado o "geometrismo" herdado dos milésios. De qualquer modo, é incontestável que Clístenes concebeu a reforma antes de impô-la. Todavia, esta não consistia apenas numa reforma do espaço cívico. A própria reforma tinha um sentido político que ia muito além da simples debilitação das famílias aristocráticas. Conforme P. Lévêque e P. Vidal-Naquet evidenciaram, ao criar as novas tribos, Clístenes integrava mais intimamente as diferentes partes da Ática, e concluía a obra de unidade já iniciada por Pisístrato. Enquanto outras partes do mundo grego jamais haveriam de alcançar a unidade, Clístenes criava a "cidade-estado" que, unida, iria poder enfrentar o perigo das guerras médicas.

É verdade que o caráter sistemático da obra do alcmeônida não é tão absoluto como se poderia crer, uma vez que este deixou subsistir os antigos quadros

religiosos da Atenas arcaica, bem como a divisão dos cidadãos dentro das quatro classes solonianas. Mas, a partir de então, a organização política e militar foi elaborada com base na divisão dos cidadãos das dez tribos. Os membros de uma mesma tribo combatiam lado a lado e designavam as 50 pessoas que deveriam representá-los no seio da nova *Boulè* dos Quinhentos. A criação desta nova *Boulè* representa o aspecto mais importante da obra política de Clístenes. Seria, com efeito, o órgão essencial da democracia ateniense, preparando as sessões da *Assembléia*, redigindo os decretos, além de, após as reformas de Efilates, desempenhar o papel de corte suprema de justiça. Não convém, todavia, insistir demasiado no caráter democrático das reformas de Clístenes. Este não criou a democracia ateniense: criou as condições que iriam permitir o nascimento da democracia, tornando todos os cidadãos iguais perante a lei — uma lei que, daí em diante, seria a expressão da vontade de todo o povo. É esta *isonomia* que traduz concretamente a reforma de espaço cívico e, mais simplesmente, o fato de que, doravante, um ateniense não mais se nomearia pelo nome do pai, mas pelo do seu *dèmès* de origem. Aristóteles considerava esta prática como a essência das reformas de Clístenes, que, deste modo, teria permitido a integração dos novos cidadãos no corpo cívico. Não se pode negar que isto tenha sido um notável fator de unidade ainda que, a princípio, tivesse sido ditado por razões puramente circunstanciais. As reformas do alcmeônida, todavia, iam mais longe, uma vez que criavam as condições efetivas para a soberania popular.

Não houve, no entanto, profundas alterações de imediato. Não se sabe quase nada a respeito dos anos que se seguiram à implantação das reformas clístenianas. O alcmeônida manteve-se no poder durante alguns anos para concluir sua obra, ou, antes, afastou-se em seguida? Nada autoriza a solução desta questão. Contudo, nos últimos anos do século VI a.C. e nos primeiros do V a.C., algumas inovações constitucionais contribuiriam para a elaboração da constituição democrática. A primeira e a mais importante de todas foi a lei sobre o ostracismo. Embora Aristóteles a atribua a Clístenes, os autores modernos hesitam em aceitar a afirmação do filósofo, visto que a primeira aplicação da lei não se deu antes de 488/7 a. C. Não é impossível, no entanto, que Clístenes tenha sido seu autor, e a não-aplicação imediata da mesma apenas traduziria o fato de que, durante vinte anos, o perigo da tirania não se manifestou. Com efeito, a lei previa uma pena de exílio temporário fixada em dez anos, aplicável a quem parecesse suscetível de instaurar uma tirania em proveito próprio. Com as mãos erguidas, o povo votava e decidia a conveniência de uma *ostrakophoria*. Uma segunda votação, esta secreta, indicava aquele que a opinião popular considerava perigoso. A primeira vítima foi um tal de Hiparcos, que Aristóteles reputava como "amigo dos tiranos". Posteriormente, contudo, o ostracismo viria a constituir uma temível arma nas mãos do povo, e os inúmeros *ostraka*, que chegaram até nós, demonstram que nenhum político ateniense escapou à desconfiança popular. Outras medidas constitucionais coroaram a obra de Clístenes. Em 501/500 a.C., estabeleceu-se que, ao entrar em função, os membros da *Boulè* obrigam-se-iam a

um juramento que os transformaria em guardiães perpétuos da constituição. No mesmo ano, organizou-se um colégio de 10 estrategos, eleitos à razão de um para cada tribo. Eram, fundamentalmente, chefes militares, e, portanto, naquele período, estavam ainda sob o comando supremo do polemenco. Contudo, eleitos por todo o povo, muito cedo passariam a desempenhar um papel cada vez mais importante em matéria de política geral, ao mesmo tempo em que se verificava o declínio do arcontado.

Com efeito, se no começo do século V a.C., o arconte epônimo ainda aparece como principal dirigente da cidade, muito cedo o cargo vai perder sua importância política, e os arcontes e tesmótetas limitar-se-ão às suas funções judiciárias e religiosas. Um sinal evidente do declínio do arcontado foi a substituição do sistema de sorteio para eleição dos arcontes pelo de indicação. Considerado mais democrático, o sorteio era reservado às funções que não exigiam uma aptidão especial. Isto quer dizer que o arcontado, mais que uma função efetiva, tornara-se honorífico e não tardaria a admitir os *zeugitas*. Para Aristóteles, a reforma deu-se no arcontado de Telesinos (487/6 a.C.). Sancionava o novo papel que caberia aos estrategos num momento particularmente dramático da história de Atenas.

### As Guerras Médicas

Na verdade, após o início do século V a.C., a situação do mundo egeu tinha sofrido abrupta transformação. Para compreendê-la, convém retroceder alguns anos. A partir de meados do século VI a.C., havia-se estabelecido na Ásia um vasto império cujo artífice fora Ciro, persa por parte de pai e meda pelo lado da mãe. Em 546 a.C. Ciro vencera Creso, o poderoso rei da Lídia, e não tivera qualquer dificuldade em impor sua dominação sobre as cidades gregas litorâneas, nem sobre as grandes ilhas vizinhas: Quios, Lesbos, Rodas. Um jugo, aliás, relativamente brando e que não pôs fim à pujança comercial daquelas cidades, saídas naturais das rotas interiores do planalto anatoliano e, nessa condição, chamadas a coexistir pacificamente com o senhor do país. Com a morte de Ciro, seu sucessor, Cambises, concluiu sua obra, apossando-se do Egito. Contudo, os distúrbios que se seguiram ao assassinato de Cambises retardaram um pouco a expansão persa. Esta iria prosseguir com o aparecimento de Dario, que se dispôs a subjugar os países situados ao norte do Mar Egeu, a Trácia e a Macedônia, o que o levou a dominar as regiões que os atenienses consideravam indispensáveis e que, desde a época de Pisístrato, tinham-se esforçado por controlar: Quersoneso, na Trácia, e as ilhas de Lesbos e de Lemnos. Também tentou, em vão, apoderar-se de Naxos. Mas, para levar a bom termo um ataque contra os territórios gregos, Dario não hesitara em recorrer à ajuda das cidades da costa jônica e, em especial, à mais rica e poderosa de todas, Mileto, a qual enviara uma esquadra para sitiar Naxos. Nessa época, Mileto era dominada pelo tirano Aristágoras. Este sucedera a seu sogro Histieós e tencionava praticar uma política de aliança com Dario, o qual, segundo Heródoto, tinha interesse em manter, nas cidades gregas, tiranos que lhe fossem

mais ou menos afetos. Mas, com o fracasso do cerco a Naxos, Aristágoras, por razões que permanecem obscuras, renunciou à tirania e dirigiu-se à Grécia em busca de socorro, ao mesmo tempo em que incitava à revolta as cidades gregas da Jônia.

Ora, os atenienses tinham razões para se interessarem pelo que dizia respeito à Jônia. Segundo tradição mais ou menos mítica, os gregos que se estabeleceram na Jônia, ao final do segundo milênio, eram originários de Atenas. Havia laços estreitos, mormente religiosos, entre Atenas e as cidades jônicas. Por conseguinte, os atenienses atenderam ao pedido de Aristágoras e, de todos os gregos, foram os únicos que, juntamente com o povo da Erétria, socorreram as cidades jônicas revoltadas, enviando um corpo expedicionário de vinte navios. A princípio, os gregos lograram algum sucesso. Apossaram-se de Sardes e incendiaram-na. Mas, logo Dario tomava a ofensiva, apoderava-se de Chipre e, após longo cerco, de Mileto, há muito abandonada por Aristágoras. Assim, em 494 a.C., a revolta da Jônia consumava-se desastrosamente. Mileto estava destruída e seus habitantes vendidos como escravos. Os atenienses desempenharam um papel relativamente modesto no evento, mas sua participação na revolta da Jônia iria acarretar-lhes conseqüências funestas.

Com efeito, Dario não tencionava dar por acabada sua obra. A intervenção dos atenienses provara que a dominação que exercia, sobre as cidades gregas da Ásia, não estaria garantida enquanto não submetesse também a Grécia europeia. Ademais, segundo Heródoto, queria vingar-se do incêndio de Sardes. Na primavera de 490 a.C., uma esquadra persa partiu de Cilícia, assenhoreou-se de Cíclades e, em seguida, chegou à Eubéia. Erétria, que, juntamente com Atenas, havia tomado o partido dos jônicos revoltados, foi dominada após um cerco de 7 dias e sua população deportada para a Pérsia.

Em Atenas, a situação apresentava-se particularmente dramática: efetivamente, a queda da Eubéia colocava a costa oriental da Ática sob a ameaça direta do inimigo. Entre os homens então influentes na cidade encontrava-se Milcíades, filho de Címon Coalemos, que sucedera a seu tio Milcíades, o Antigo, em Quersoneso – de onde, posteriormente, foi expulso pelos persas. Tinha, pois, razões pessoais para devotar ódio ao grande rei. Em 490 a.C. era estratega, e parece que, diante do perigo, coube-lhe a iniciativa de solicitar ajuda espartana. Se levamos em conta o papel que Esparta desempenhou, por ocasião da queda dos tiranos, podemos imaginar a dificuldade de se fazer com que os atenienses admitissem a idéia. Contudo, face à ameaça “bárbara”, parece que os gregos esqueceram as diferenças que os separavam, para se lembrarem de sua origem comum. Entrementes, o exército persa havia desembarcado na planície de Maratona. Os atenienses também acamparam nas proximidades e esperaram a chegada dos reforços espartanos para iniciarem o combate. No entanto, foram obrigados a lutar apenas ajudados pelos plateenses, uma vez que os persas

lançaram-se ao ataque. A batalha terminou com a vitória dos atenienses, após uma longa indefinição. Os persas viram-se forçados a reembarcar, após deixarem – segundo Heródoto – mais de 6.000 mortos no teatro da luta. Para Atenas, isto representava um imenso aumento de seu prestígio e, para Milcíades, a glória. De fato, era ele quem comandava o exército ateniense, no dia decisivo, e a quem tocou a deliberação de contra-atacar, a despeito da exortação de alguns de seus colegas. Animado pelo sucesso, tentou levar a guerra ao Mar Egeu, e mandou preparar uma expedição para retomar a ilha de Paros. A campanha falhou e Milcíades, obrigado a prestar contas, foi condenado a uma multa de 50 talentos. A ação contra ele fora proposta por um certo Xantipo, aliado da família dos alcmeônidas, uma vez que desposara Agariste, sobrinha de Clístenes. Este episódio revela-nos que, não obstante as reformas de Clístenes, a política ateniense continuava nas mãos das grandes famílias, as quais, embora respeitando as fórmulas constitucionais, continuavam a se contraporem em querelas estereis. De fato, alguns anos após a punição de Milcíades, Xantipo foi condenado ao ostracismo, e podemos imaginar que Cimônides esteve envolvido no assunto.

Dario morreu em 485 a.C. Sucedeu-o seu filho Xerxes, que não ocultava o desejo de retomar, em grande escala, os projetos do pai. Em Atenas, todavia, as reformas a que nos referimos acima começaram a produzir seus efeitos.

Assim, em 483/2 a.C., o cargo de arconte, daí em diante sorteado, coube a um “novo” homem, decerto bastante rico mas que, apesar das pretensões que manifestou mais tarde, não pertencia às grandes famílias aristocráticas. Julga-se até que seu pai fora um daqueles estrangeiros a quem Clístenes concedera cidadania ateniense. Mas o arcontado de Temístocles seria marcado por um acontecimento importante: a descoberta das ricas jazidas argentíferas da Maronéia, no Láurio. Naquele ano, a exploração dessas minas rendeu à cidade 100 talentos. Quando se discutiu o uso que se daria a este dinheiro, Temístocles propôs que fosse destinado à construção de 100 navios. Cada um dos 100 atenienses mais ricos receberia um talento e a incumbência de equipar uma trirreme. Nessa ocasião, Atenas estava em guerra com Egina – cuja esquadra devastava as costas da Ática – e, segundo os autores antigos, foi esse o pretexto de que se serviu Temístocles para colocar em votação uma decisão tão contrária à tradição. Será que ele enxergava mais longe e previa que o futuro de Atenas seria decidido no mar? Seja como for, nos anos que precederam o início da ofensiva de Xerxes, a construção da esquadra foi levada a cabo, enquanto Temístocles, confiante no apoio popular, livrava-se dos adversários, lançando mão da prática do ostracismo. Concomitantemente os delegados das cidades gregas reuniram-se no istmo de Corinto com a finalidade de preparar a defesa comum. Nessa época, Esparta era a maior potência militar grega, e era natural que lhe coubesse o comando.

Entretanto, Xerxes preparava-se para lançar-se ao ataque. Havia reunido um exército e uma esquadra consideráveis, da qual Heródoto nos legou pitoresca

descrição. Pretendia realizar um ataque simultaneamente por terra e por mar. Era mister, pois, tentar detê-lo o mais rápido possível. Mas a deserção dos tessalios abriu-lhe o caminho da Grécia central. Os espartanos, não sem repugnância, enviaram então Leônidas, um de seus reis, com um pequeno exército, de aproximadamente 6.000 homens, dos quais 300 hoplitas espartanos, com o objetivo de guardar o desfiladeiro das Termópilas, enquanto a esquadra grega tomava posição ao largo de cabo Artemísio. Sabemos de que modo, traído por um tráfuga, Leônidas foi encurralado e levado a uma resistência desesperada. Ao mesmo tempo, a esquadra voltava-se para o sul. Nessa época, a maioria dos gregos pensava que, no futuro, a única linha de defesa possível seria a constituída pelo istmo de Corinto. Isto significava deixar ao inimigo todo o país ao norte do istmo, mormente a Beócia e a Ática. Foi então que, em Atenas, Temístocles tomou conta da situação. Plutarco, em sua *Vida de Temístocles*, conta que, ao verem-se abandonados pelos outros gregos, os atenienses entregaram-se ao desespero: “Nem sonhavam em se lançar à batalha contra dezenas de milhares de homens; e, na ocasião, a maioria não queria nem ouvir falar da única linha de conduta que se lhe impunha, a saber, abandonar a cidade e instalar-se nos navios. Não lhes convinha, em absoluto, uma vitória conquistada a tal preço, e não viam salvação possível, caso sacrificassem os templos dos deuses e os túmulos dos antepassados” (*Vida de Temístocles*, 9).

Foi então que Temístocles recorreu a um ardil, interpretando certos prodígios à sua maneira e, sem dúvida, com a cumplicidade dos sacerdotes de Atenas: em especial, o fato de a serpente do Erecteion, à qual se levavam oferendas diariamente, não ter saído da cova sagrada durante alguns dias, o que significava que a própria deusa convidava os atenienses a abandonarem a Acrópole. “Tendo feito triunfar sua opinião, decretou que a cidade ficasse sob a salvaguarda de Atena, protetora de Atenas, e que todos os homens, na idade de servir, deveriam embarcar nas trirremes, e cada particular tomaria o encargo de, na medida do possível, salvar as crianças, as mulheres e os escravos de seu interesse. Com a ratificação desse decreto, a maior parte dos atenienses enviou os filhos e as mulheres para Trezena, onde foram recebidos com bastante desvelo” (id., 10).

A cidade foi evacuada, com exceção de alguns velhos que permaneceram na Acrópole, e a esquadra tomou posição na enseada de Salamina. Foi aí que, em 22 de setembro de 480 a.C., travou-se a famosa batalha que representaria a salvação da Grécia. Tomaremos de empréstimo a narração de um dos que combateram naquele dia, feita ao poeta Êsquilo, o qual, na obra *Os Persas*, põe a descrição da luta na boca de um mensageiro que viera dar a notícia do desastre à mãe de Xerxes.

“Senhora, o que precipitou nossa desgraça foi um gênio vingador, um deus do mal, surgido não se sabe de onde. Com efeito, um grego do exército ateniense veio dizer a teu filho Xerxes que, tão logo as trevas da noite cobrissem o horizonte, os gregos não mais esperaríamos; precipitar-se-iam nos bancos de suas naus, em

busca de salvação, cada um por si, numa sorradeira fuga. Mas ouviu isto, sem suspeitar de uma artimanha do grego nem dos ciúmes dos deuses, Xerxes ordenou a todos os chefes de esquadras: 'quando o sol não mais aquecer a terra com seus raios e a escuridão tiver tomado conta do éter sagrado, disporão o grosso de seus navios em três fileiras, a fim de guardar as saídas e as passagens importantes, enquanto outros, envolvendo-os, bloquearão a ilha de Ajax; se os gregos escaparem da morte trágica e encontrarem no mar uma vida de evasão furtiva, todos terão a cabeça cortada: eis a determinação do Rei'. Um coração demasiadamente confiante ditara-lhe todas estas palavras: mal sabia o futuro que os deuses lhe preparavam! Ordeiramente, com alma dócil, prepararam suas refeições; cada marinheiro ligou seu remo à cavilha de sustentação; e, na hora em que se esvaiu a luz do dia, e a noite se levantou, todos os mestres do remo subiram para seus navios, bem como os homens de armas. Por todo o navio, de um banco ao outro, os homens dirigiam-se palavras de encorajamento. Remavam, cada um por sua vez e, durante a noite inteira, os chefes da esquadra fizeram toda a armada atravessar. A noite acabou sem que a esquadra grega tivesse tentado fugir sorrateiramente. Mas, quando os corcéis brancos do dia espalharam sua luz sobre a terra, eis que, do lado dos gregos, um clamor elevou-se, sonoro, modulado como um hino, enquanto o eco dos rochedos da ilha repetiam o fragor. E o terror apoderou-se de todos os bárbaros, desiludidos em sua vigília, pois não era para fugir que os gregos entoavam aquele cântico solene, mas para lançarem-se ao combate, plenos de valorosa audácia; e o toque das trombetas circundava toda a linha. Ao mesmo tempo, os remos ruidosos, baixando juntos, em cadência, feriam a água profunda, e logo surgiam todos em sua plena aparição. Do lado direito, alinhada, em boa ordem, seguia a primeira. Em seguida, a esquadra inteira destaca-se e avança, e, naquela ocasião, podíamos ouvir bem próximo um imenso apelo: 'Ide, filhos da Grécia, libertai vossos filhos e vossas mulheres, os santuários dos deuses de vossos pais e os túmulos de vossos antepassados: eis a luta suprema!' De nosso lado, um burburinho, em língua persa, respondeu-lhes; que já não era hora para delongas. Navio contra navio já entrechocavam suas proas de bronze. Um navio grego deu o sinal para a abordagem: cortou o aplustre da nau fenícia. Cada um dos outros investiu de proa contra um adversário. A princípio, o afluxo dos navios persas resistiu; mas sendo grande o seu número, amontoavam-se numa passagem estreita, onde não podiam se socorrer e, abalroando-se uns aos outros com suas fachadas de bronze, viram quebrarem-se os aparelhos de seus remos; e, então as trirremes gregas habilmente envolveram-nos e atacaram-nos; os cascos reviraram; o mar desaparecia sob um amontoado de destroços e de cadáveres ensangüentados; as praias e os arrecifes ficaram coalhados de mortos, e os que sobreviveram nas naves bárbaras remavam com toda a força, numa fuga desordenada, enquanto os gregos, como se fossem atuns, peixes despejados da rede, batiam nos inimigos, e prostravam-nos, utilizando restos de remos e fragmentos de destroços! No mar, ao largo, reinavam apenas gemidos misturados a soluços, até a hora em que a noite, de face sombria, veio pôr um fim a tudo."

Sabe-se que, da praia, Xerxes assistira à batalha. Com a esquadra em parte

destruída, ordenou que seu exército se pusesse em retirada, deixando atrás de si um montão de ruínas. Todavia, um exército persa, sob o comando de Mardônio, permaneceu na Tessália. Na primavera de 479 a.C., este retomou a ofensiva, invadiu a Beócia, em seguida a Ática, e Atenas foi mais uma vez abandonada por seus habitantes. Esparta, então, enviou reforços sob o comando do Regente Pausânias e, atenienses e lacedemônios, unidos, lograram a vitória em Platéia, comemorada com a oferenda de um trípode a Delfos. Acabara a ameaça persa.

Atenas saía do evento abalada e, ao mesmo tempo, engradecida. Abalada, porque era-lhe mister levantar-se de suas ruínas ainda fumegantes. Mas também engrandecida, porque tinham sido os atenienses que, por duas vezes, impuseram a decisão. É verdade que, nem em Maratona, nem em Salamina, os estrategos atenienses revelaram brilhantes qualidades militares. Tanto em 490 a.C., como em 480 a.C., no dizer dos autores antigos, a astúcia havia desempenhado o papel principal, face a um exército e a uma armada heteróclitos. Mas, a ressonância moral e política das guerras médicas teria prolongamentos infinitos, que a propaganda ateniense se encarregaria de alimentar. De imediato e a pretexto de impedir o retorno ofensivo dos bárbaros, por um lado, e de "libertar" as cidades jônias, por outro, os atenienses restabeleceram-se nas costas orientais do Egeu. Em 478 a.C., os atenienses apoderaram-se de Sestos, sob o comando de Santipo, que pôde regressar a Atenas graças à anistia de 480 a.C. pouco depois, Esparta, que se havia recusado a participar da guerra na Ásia, formou, sob a direção de Atenas, o que se costuma chamar a Liga de Delos. A princípio, tratava-se de uma aliança militar que congregava as cidades jônias em torno do santuário de Delos, onde seria depositado o tesouro federal. O erário destinava-se a cobrir as necessidades da liga e seria alimentado por um tributo pago pelos aliados, que não pudessem ou não quisessem ter participação direta na defesa comum. O primeiro tributo foi fixado em 478 a.C., por Aristides, aristocrata que fora adversário de Temístocles, e que, depois de alguns meses de exílio, pôde retornar a Atenas em virtude da anistia já referida. Aristides iria ser, em comum acordo com Temístocles, o artífice da primeira confederação ateniense. Esta não tardaria a alcançar importantes vitórias militares sobre os persas. A mais célebre foi a que resultou na destruição de um exército e de uma esquadra persas, na embocadura do Eurímedon, em 470/69 a.C. O responsável por essa vitória foi Címon, filho de Milcíades, o vencedor de Maratona. Nos anos que se seguiram à batalha de Eurímedon, Címon esforçar-se-ia por melhor assegurar a autoridade de Atenas no Egeu, não sem, por vezes, ir de encontro à vigorosa resistência das cidades gregas, que temiam ter escapado da tutela persa para cair na de Atenas. Por isso, Naxos, e depois Tasos, tiveram que ser sitiadas. O cerco a Tasos foi longo e difícil e contribuiu bastante para minar a popularidade de Címon em Atenas. Este, contudo, conseguiu colocar sob o controle da esquadra ateniense quase toda a costa oriental do Egeu.

As Guerras Médicas, no entanto, acarretariam importantes conseqüências, no plano da evolução interna de Atenas. Já vimos anteriormente que, se as reformas

de Clístenes, estabelecendo a isonomia, criaram novas estruturas, nem por isso modificaram substancialmente as condições da vida política. Os chefes das grandes famílias aristocráticas, ao se elegerem estrategos, conservavam de fato a direção da vida política e, se excluirmos o caso excepcional de um homem novo como Temístocles, todos os dirigentes de Atenas, entre 508 a.C. e 462 a.C. pertenciam a essa camada social. As reformas clistenianas haviam-lhes proporcionado um novo instrumento nas suas lutas: o ostracismo – que, embora acompanhado da sanção do voto popular, não deixava de ser a expressão dos velhos rancores que opunham uns aos outros.

No entanto, a obrigatoriedade de os estrategos prestarem contas ao povo de sua política, a periodicidade que, nessa época, se estabeleceu para as sessões da *Ekklesia* – a princípio, uma, e posteriormente, quatro por pritânia, ou seja, período de 36 ou 39 dias, estando o ano dividido em dez pritânias –, todos estes fatores já não permitiam aos estrategos adotar uma política puramente pessoal. É verdade que Címon, ao apontar aos atenienses a região dos estreitos e o norte do Egeu, como vias de expansão, não fazia mais que retomar a política de seu pai e de seu tio-avô. Mas, para o futuro, essa política identificava-se com os interesses do povo ateniense. E imaginamos, imediatamente, que este não hesitou em condenar ao ostracismo o organizador da preponderância marítima de Atenas: Temístocles que, alcançada a vitória, por razões que não seria fácil esclarecer mesmo se, retrospectivamente, pudéssemos ver aí uma escolha política, considerava Esparta um adversário mais perigoso que o grande rei. Com efeito, convém precaver-mos para não transpor para o passado realidades que só vão manifestar-se na época da Guerra do Peloponeso. A simpatia que Címon nutria por Esparta não implicava, necessariamente, opiniões oligárquicas, e a hostilidade de Temístocles à grande cidade peloponésia não prova que ele tenha sido chefe de qualquer partido democrático.

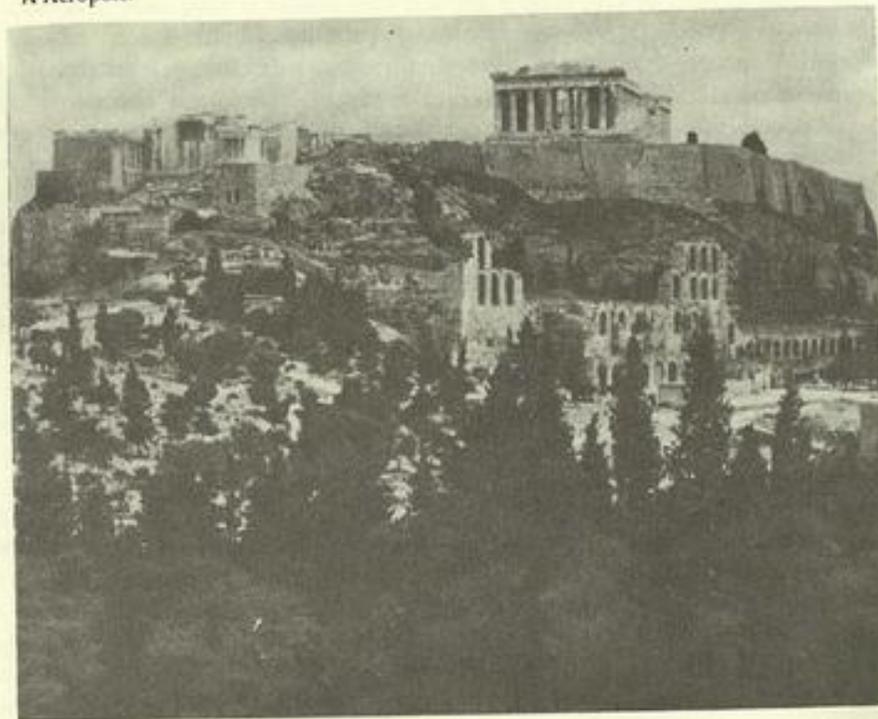
E, entretanto, a relação de forças modificara-se no seio da população de Atenas. A periodicidade das sessões da Assembléia conferia aos habitantes da cidade, com relação ao conjunto dos cidadãos, um peso não proporcional a sua importância numérica, peso tanto mais significativo, já que era sobre eles que, em última instância, repousava o poder militar de Atenas – a saber, sobre os carpinteiros que construíam os navios, sobre os tetes que puxavam os remos. O desenvolvimento do aglomerado do Pireu, escolhido por Temístocles para tornar-se o porto de Atenas, reforçava ainda mais a pujança da população urbana, e a cidade e seu porto tornavam-se, assim, o núcleo da vida política ateniense. Ora, a população da cidade e do porto não estava ligada à aristocracia rural, como os habitantes do campo. Indiretamente, através do sufrágio, novos nomes podiam insinuar-se no meio político. Efiltes foi, talvez, um dos que, em 462/1 a.C., propôs a aprovação de uma lei privando o Areópago da maior parte de suas prerrogativas judiciárias, doravante atribuídas à *Boulé* dos Quinhentos e ao tribunal da Heliéia. Era o derradeiro golpe desfechado no velho conselho

aristocrático que, por certo, sofrera transformações, no recrutamento de seus membros, a partir do momento em que o arcontado passou a ser não mais uma função elegível, mas provida por sorteio – embora não deixasse de ser o símbolo do poder da aristocracia tradicional. Para fazer aprovar seu decreto, Efiltes aproveitara a ausência de Címon, então no Peloponeso, à testa de um exército de apoio, enviado a Esparta, com o fim de reprimir uma revolta dos hilotas de Messênia. Os espartanos logo recambiaram os atenienses, sob acusação de cumplicidade com os revoltosos. Címon, cujo prestígio declinara desde o cerco de Tasos e o fracasso da colônia ateniense que estabelecera na Trácia – e que escapara por pouco a uma condenação em 464 a.C. –, foi sentenciado ao ostracismo após o seu retorno. A acusação contra ele foi levantada por Péricles, filho de Xantipo e sobrinho-neto de Clístenes, que, naquela ocasião, à sombra de Efiltes, fazia seu ingresso na vida política. O assassinato deste último, em condições misteriosas, iria fazer de Péricles, durante mais de um quarto de século, o homem cujo destino confundir-se-ia com o de Atenas.

Reconstituição romana de Atena Partenos.  
(Atenas, Museu Nacional.)



A Acrópole.



Frontispício do Partenon por volta de 1780.  
(Desenho de Stuart e Revett.)



Frontispício do Partenon,  
estado atual.





O Erecteion e a tribuna das Cariátides por volta de 1780 ... (Desenho de Stuart e Revett.)



... estado atual.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O "SÉCULO" DE PÉRICLES

"A influência que Péricles exerceu deveu-se à consideração com que era cercado e à profundidade de sua inteligência. Com um despreendimento absoluto, sem atentar contra a liberdade, dominava a multidão que conduzia, muito mais do que esta o conduzia. Não precisava lisonjear a plebe, uma vez que adquirira influência por meios honestos e, graças à sua autoridade pessoal, podia se opor a ela e, até, manifestar-lhe irritação. Todas as vezes que os atenienses, extemporaneamente, entregavam-se à insolência e ao orgulho, Péricles fazia-os recuar temerosos; quando se amedrontavam sem motivo, ele lhes infundia confiança. Este governo, chamado de democracia, era, na verdade, o de um só homem" (Tucídides, II, 65, 9).

Este juízo, por parte do grande historiador ateniense, acerca do homem que governou Atenas, durante cerca de 30 anos, bem como sobre a real natureza de sua autoridade, é, decerto, surpreendente e, ao mesmo tempo, digno de reflexão. Isto porque Tucídides não esconde sua admiração por Péricles, a tal ponto que, quando narra um discurso do grande estrategista, nem sempre é fácil distinguir entre o que é de autoria de um e o que foi produzido pelo outro. Por isso, causa estranheza o fato de ele classificar de monárquica a autoridade daquele que, a justo título, é considerado como o símbolo da democracia ateniense.

#### *Péricles: O Homem e o Meio*

Péricles, conforme já vimos, pertencia, tanto por parte de pai como por parte de mãe, às famílias aristocráticas que, apesar das novas instituições introduzidas por Clístenes, continuavam, de fato, a monopolizar os principais cargos. Seus primeiros atos políticos inscrevem-se na tradição das rivalidades familiares, uma vez que consistiram em fazer frente a Címon, cujo pai, Milcíades, havia determinado o ostracismo de Xantipo. Evidentemente, impende fazer uso prudente da obra de Plutarco, *Vida de Péricles*, escrita mais de seis séculos depois dos acontecimentos de que trata. Mas o moralista soube reunir tradições e testemunhos que não podemos rejeitar sem maior análise. Surpreende-nos o fato de Plutarco atribuir à hostilidade entre Címon e Péricles a disputa visando à

conquista das boas graças do povo por meio de prodigalidades: “A princípio, Péricles, empenhado em contrabalançar a influência de Címon, procurou, como já disse, captar a mercê popular. Címon, todavia, dispondo de meios e maiores recursos, aproveitou-se deste fato para atrair os pobres, e todos os dias provia jantar para os atenienses carentes e vestia os anciãos. Chegou ao ponto de retirar as cercas de suas propriedades a fim de que todos, que quisessem colher frutos, pudessem fazê-lo. Péricles, desfavorecido diante do povo, recorreu a prodigalidades feitas com as receitas do Estado, a conselho de Damônides de Éia, segundo o que narra Aristóteles. Logo corrompeu a multidão com os fundos para os espetáculos, os salários estipulados para os juizes, e todas as gratificações e liberalidades que, prodigamente, distribua ao povo, servindo-se deste contra o Areópago...” (*Vida de Péricles*, 9, 2-3). Plutarco repete o argumento de Aristóteles, para quem a instituição do *misthos heliastikos*, por parte de Péricles, era um meio de rivalizar com Címon. Evidentemente, os modernos inclinam-se por outro tipo de explicação. A instituição da mistoforia, ou seja, remuneração das funções públicas, era uma medida destinada a tornar efetiva a participação de todo o povo na vida política, bem como a permitir que os pobres consagrassem à cidade uma parte de seu tempo, sem temor de perder um dia de trabalho. Os escritores políticos do século IV a.C. considerarão a mistoforia como um dos traços mais característicos do regime democrático. Causa muita estranheza o fato de a tradição tê-la feito remontar, originalmente, a uma disputa de influência entre dois chefes da aristocracia. Não podemos repelir totalmente essa tradição, ainda que a mistoforia tenha, posteriormente, adquirido um significado político definido.

À semelhança de Clístenes, seu tio-avô, Péricles não era apenas um jovem nobre, ávido de glória. Gostava de se ver cercado por homens de pensamento e, na juventude, fora discípulo de Zenão de Eléia e de Anaxágoras. Com o primeiro aprendera a concatenar o raciocínio e a sutileza do discurso; com o segundo, a idéia de que todo fenômeno é explicável, que há ligações lógicas entre os fatos e que o governo da cidade e a condução de uma guerra não são produtos do acaso e da impulsão do momento, mas fruto de longa reflexão. Plutarco narra ainda uma anedota que revela tanto o meio intelectual que cercava Péricles, como o fosso que separava essa elite da massa do povo: “Conta-se que, um dia, trouxeram a Péricles a cabeça de um carneiro que tinha apenas um chifre, proveniente de sua propriedade rural. Lámpon, o adivinho, ao ver aquele chifre que, sólido e forte, crescera no meio da cabeça do animal, declarou que o poder dos dois partidos que dividiam o Estado, ou seja, o de Péricles e o de Tucídides, tornar-se-ia o de um só homem – daquele em cuja casa esse presságio se produzira; mas conta-se que Anaxágoras, tendo cortado em dois o crânio do carneiro, fez ver que o cérebro não ocupava seu lugar e que, pontudo como um ovo, deslocara-se inteiramente da caixa craniana para o ponto de onde partia a raiz do chifre. Naquele momento, a admiração dos espectadores voltou-se para Anaxágoras, mas, pouco depois, tornou a Lámpon, quando Tucídides foi derrubado e os negócios do povo passaram todos, sem exceção, às mãos de Péricles” (*Vida de Péricles*, 6, 2-3).

O Tucídides, de que fala Plutarco, não é o historiador, mas o filho de um certo Melésias, que desposara a filha de Címon, e que, após a morte do sogro, retomara a bandeira da luta contra Péricles – sendo condenado ao ostracismo em 443 a.C. Aparentemente, continuamos no quadro das rivalidades familiares. No entanto, parece que a luta entre Péricles e Tucídides não pode resumir-se apenas a uma luta entre chefes de clãs. Com efeito, Plutarco faz curiosa observação acerca dessa luta: “Estabelecido na cidade, da tribuna, empenhou-se na luta contra Péricles, e logo restabeleceu o equilíbrio entre os dois partidos. Não deixou que, como antes, as chamadas pessoas da elite se desgarrassem e se confundissem no seio do povo, onde o prestígio delas eclipsara-se na multidão; separou-as desta e, reunindo o poder de todas, deu-lhes um peso e, desta forma, reequilibrou a balança. Até então, as diferenças entre os dois partidos (democrático e aristocrático) estavam mais ou menos camufladas, mas as lutas e as rivalidades, desses dois homens, determinaram uma ruptura muito grande que separou os dois grupos – a partir de então chamados de povo e minoria” (*Vida de Péricles*, 11, 1-3). Depreende-se deste texto que, a partir daí, a luta adquiriu um caráter “político”; que, pela primeira vez, os homens que se opunham não mais estavam separados apenas por ódios entre famílias, mais ou menos mascarados de divergências em matéria de alianças externas, mas que tinham uma concepção diferente do regime político da cidade, uma vez que Tucídides agrupou, atrás de si, aqueles que Plutarco chama de *kaloi-kagathoi*, a gente “bem” que, finalmente, tomou consciência de que a democracia trazia em si a ruína da tradicional preponderância da classe. Vimos, anteriormente, que o aumento da influência da população urbana resultava no solapamento das bases do poder dessa aristocracia fundiária, cuja preeminência social derivava do fato de que se apoiava numa clientela de camponeses mais ou menos dependentes. Do seio desta população começavam a surgir novos homens que ainda permaneciam, é verdade, em segundo plano, mas podiam aparecer como uma ameaça que não tardaria a atingir os privilégios políticos da aristocracia. Depois de 459 a.C., o acesso dos zeugitas ao arcontado já permitira a homens de condições modestas galgar os mais altos cargos. Não tardaremos a ver um Cléon, proprietário de um curture, tornar-se estrategista. Imagina-se que os membros das velhas famílias aristocráticas tenham-se amedrontado e “todos” se tenham congregado sob a proteção de Tucídides de Alopece. É interessante ressaltar que este viera morar na cidade. Isto bem demonstra que, no futuro, a cidade seria o centro de toda decisão, e que a democracia tornara-se realidade. Mas, como para contrapor-se a Címon, Péricles instituiu a mistoforia e, deste modo, as condições para o efetivo funcionamento da democracia; era lhe mister, igualmente, face a Tucídides e seus amigos, justificar os próprios princípios do governo popular. É fora de dúvida que os propósitos que lhe atribui Tucídides, o historiador, com o fito de justificar o regime ateniense, puderam ser alcançados bem antes do que, se supõe, tenham sido expostos, e expressam a doutrina periclina diante das acusações daqueles que logo serão chamados de oligarcas: “Nossa *politeia* nada tem que invejar às leis que regem nossos vizinhos; longe de imitar os outros, damos o exemplo a seguir. Entre nós, o Estado é administrado no interesse da

massa e não no de uma minoria, daí o nome que nosso regime adotou: democracia. No que concerne aos diferentes indivíduos, a igualdade é assegurada a todos pelas leis; mas, no tocante à participação na vida pública, cada um obtém o crédito em função do mérito, e a classe a que pertença importa menos que seu valor pessoal; enfim, estando em condições de prestar serviço à cidade, ninguém é cerceado pela pobreza ou pela obscuridade de sua condição social" (II, 37).

Deste modo, elaborava-se uma doutrina democrática, cuja autoria Péricles reivindicava, e a qual, durante mais de um quarto de século, tentaria amoldar-se. É verdade que a muitos aprouve repetir, com base em Tucídides e Plutarco, que tal era sua autoridade na cidade que era ele, e somente ele – sobretudo depois do ostracismo de Tucídides de Alopeco –, quem tomava as decisões importantes. E, incontestavelmente, a política ateniense da metade do século V a.C. traz sua marca. Contudo, essa política resultava não apenas de uma reflexão calculada, mas também de uma escolha deliberada com o objetivo de assegurar, ao povo, os recursos para viver condignamente e exercer livremente sua soberania, e de permitir a Atenas, modelo de equilíbrio e harmonia, impor este equilíbrio, ainda que pela força, a todo o mundo egeu.

### *O Papel do Povo*

Naturalmente, se passarmos do plano dos princípios ao dos fatos, constataremos algumas distorções. Na verdade, o povo era soberano, mas esta soberania exercia-se dentro de certos limites. É indubitável que foi por essa época que se elaboraram as rigorosas normas relativas à ordem do dia e à periodicidade das sessões da Assembléia, à maneira de se propor projetos de lei, e o procedimento para sua discussão e aprovação. Do mesmo modo, foi também nessa época que devem ter sido delimitadas as atribuições da *Boulè* dos Quinhentos e, especialmente, o rigoroso controle que esta exercia sobre os detentores de uma magistratura pública, tanto no que se refere à sua investidura através da "docimasia", como no que concerne à sua exoneração, quando de sua prestação de contas. É verdade que todos esses dispositivos da lei ateniense só nos são conhecidos através de textos posteriores à época de Péricles, mas é muito provável que tenham aparecido naquele período. Quanto à justiça popular, não a vemos funcionar nesse período, e também neste caso, somente ao final do século, e sobretudo no século seguinte, é que Atenas se tornará a "República dos Advogados" e que os atenienses, qual o Bledicléon das "Vespas", somente almejarão ocupar um lugar no tribunal a fim de receberem o trióbolo que impedia, a alguns deles, de morrerem de fome. Evidentemente, isto não quer dizer que o tribunal da Heliéia não funcionava. Mas as condições gerais ainda não haviam feito dele, nas mãos dos pobres, um instrumento contra os ricos.

Com efeito, a época de Péricles aparece, na história de Atenas, como uma época de relativo equilíbrio social. E isto é tão mais surpreendente quando, para esse

período, tudo atesta um sensível crescimento da população da Ática, inclusive da população cívica; aumento que se deve tanto a causas naturais, ao desenvolvimento da população, como também – no que diz respeito à população cívica – à relativa facilidade com que, nos anos que se seguiram às reformas de Clístenes, estrangeiros puderam integrar-se ao corpo dos cidadãos. Sem dúvida, é para pôr fim a essa situação de fato que Péricles, em 451 a.C., faz aprovar o famoso decreto reservando a qualidade de cidadão ateniense aos nascidos de pai cidadão e de mãe, ela própria, filha de cidadão. Este decreto não visava a qualquer pureza de raça, uma vez que vigorava tanto para os "bárbaros", como para os gregos de outras cidades, mas tinha por objetivo limitar o número dos beneficiários das vantagens ligadas à qualidade de cidadão. Não podemos, efetivamente, como amiúde se faz, explicar o equilíbrio social unicamente pelas clerúquias ou pelo desenvolvimento do artesanato. É verdade que os grandes trabalhos que Péricles mandou realizar na Acrópole e no Pireu ocuparam considerável mão-de-obra. Mas, além de haver grande número de escravos e de estrangeiros entre os trabalhadores das obras públicas, tratava-se de um trabalho temporário que, isolado, não se revelava suficiente para absorver o excesso de cidadãos. Pode-se dizer o mesmo do desenvolvimento da indústria cerâmica e da exploração das minas. Calculou-se que não havia mais de 400 oleiros em Atenas no século V a.C., durante o grande período dos vasos com figuras pintadas em vermelho. Quanto às minas, não se sabe muita coisa sobre sua exploração no século V a.C., mas não há dúvida de que a mão-de-obra era quase inteiramente servil.

Do mesmo modo, no século V a.C., não existia em Atenas uma classe mercantil. É verdade que o desenvolvimento do Pireu tinha atraído para lá uma grande população, e havia cidadãos em seu meio. Mas o grosso das atividades comerciais estava nas mãos de estrangeiros, residentes permanentes com o estatuto de metecas, ou nas mãos dos estrangeiros em trânsito. Restam as clerúquias. Calculou-se em 10.000 o número de atenienses que Péricles tinha estabelecido no exterior. Faz-se mister, ainda nesse caso, distinguir as colônias propriamente ditas, como a de Quersoneso, Bréia, Anfipole e Túrios, das clerúquias e das guarnições temporárias de hoplitas enviadas para os territórios de uma cidade aliada rebelde com o fito de colocá-la sob vigilância. Essas colônias conservavam estreitos laços com a metrópole, embora ainda haja controvérsia quanto a se seus habitantes conservavam ou não a qualidade de cidadãos atenienses. O decreto de fundação da colônia de Bréia, que chegou até nós, é precioso sob esse aspecto, uma vez que nos informa sobre a origem social daqueles que eram enviados para o exterior; com efeito, os colonos eram escolhidos entre os tetes e os zeugitas. Esta última indicação não deixa de causar estranheza, uma vez que, para pertencer à classe dos zeugitas, era necessário possuir um bem de certo valor. Em todo caso, isto indica que a colonização não era apenas um meio de resolver as dificuldades sociais, mas fazia parte de um programa global, ao mesmo tempo político e militar.

### O Império de Atenas

De fato, é justamente o império que Atenas exerce sobre o Mar Egeu que parece ser o elemento decisivo desse equilíbrio social. Referindo-se à formação de Atenas, Aristóteles afirma que o Império mantinha mais de 20.000 homens. É certo que conta, entre estes, os diferentes “funcionários” do Estado e todos aqueles que, por vários títulos, recebiam um *misthos* – salário – do poder público. É bem verdade que, além das clerúquias e dos colonos, havia as guarnições enviadas para os territórios das cidades aliadas. Recebiam um soldo diário: os remadores e os soldados a bordo dos navios que, durante oito meses do ano, percorriam o Egeu, tanto para fiscalizar o tráfego marítimo como para receber os tributos atrasados e policiar os mares; os juízes encarregados de resolver as pendências entre atenienses e aliados, desde que estes foram obrigados a defender suas causas diante de tribunais atenienses; os inspetores, de toda ordem, que deviam supervisionar a execução das decisões comuns. É verdade que, teoricamente, Atenas não podia dispor do tesouro como bem lhe apetece. Mas, na prática, e sobretudo depois que foi transportado de Delos para Atenas, o tesouro confederado confundiu-se com o de Atenas, e os atenienses encontravam mil pretextos para dele se servirem livremente. Sabe-se que foi da caixa confederada que se tiraram os fundos que serviram à reconstrução dos monumentos da Acrópole, sob o pretexto de que haviam sido destruídos, pelos persas, no curso da guerra comum e que os confederados, libertos pelos atenienses, deviam participar da reconstrução. Ao que tudo indica, a operação suscitou alguns rumores na Assembléia. Todavia, em resposta, Péricles soube encontrar argumentos que Plutarco repete: “Os aliados – dizia ele – não fornecem cavaleiros, nem navios, nem hoplitas. Trazem apenas dinheiro. Ora, este não mais pertence aos que o doam, mas aos que o recebem, uma vez que estes prestam os serviços pelos quais são pagos” (*Vida de Péricles*, 12, 3).

Além disso, a conquista do Egeu permitia aos atenienses garantirem o abastecimento de grãos da cidade. O crescimento da população traduzira-se em um incremento paralelo das necessidades, e pode-se pensar que, a partir dessa época, os atenienses importavam mais da metade do trigo consumido em Atenas. Aos fornecedores tradicionais – a Eubéia, a Trácia e o Egito – vieram-se juntar, agora, as cidades gregas do Bósforo e os reis semi-helenizados das margens setentrionais do Mar Negro. O cruzeiro militar e diplomático que Péricles, em pessoa, empreendeu a essa região, mostra todo o valor que atribuía ao abastecimento regular de Atenas.

Deste modo, era somente o equilíbrio social que permitia o funcionamento harmonioso do regime democrático posto em prática graças ao império que Atenas, indiretamente, por meio da Liga Ática-Delíaca, exercia sobre o Mundo Egeu. Donde a necessidade de mantê-lo a todo custo, o que explica as expedições punitivas dirigidas contra os calcedônios ou contra Samos, para as quais os outros

aliados deviam contribuir financeiramente, quando não pelo envio de contingentes, o que esclarece a evolução que Tucídides se compraz em evocar e que modificou o estatuto dos gregos que, de aliados, passaram a súditos. Essa sujeição manifestava-se não apenas pela presença de tropas atenienses, mas também de inspetores, *episcopoi* – encarregados de resolver os litígios nascidos da aplicação dos tratados – e até de um arconte, verdadeiro governador ateniense imposto à cidade aliada. A dependência exprimia-se também pela obrigatoriedade, a que já fizemos alusão, de submeter todas as pendências aos tribunais atenienses. Contudo, a marca mais ostensiva dessa subordinação, sem dúvida, era a obrigação de adotar os pesos, as medidas e a moeda atenienses. A derrota de Egina e o aniquilamento da revolta da Eubéia tornaram dependentes de Atenas as duas únicas cidades cuja moeda podia rivalizar com as “corujas” atenienses. Estas passariam a dominar a bacia do Egeu e, por seu alto teor de prata, eram procuradas em toda a parte, o que permitia a Atenas obter todos os produtos de que necessitava. Péricles, no discurso a que já nos referimos, podia dizer: “A importância da cidade fez com que para lá afluíssem todos os recursos da terra e, deste modo, desfrutamos tanto das produções do universo como das do nosso país” (Tucídides, II, 38).

O desenvolvimento do Pireu simboliza essa preeminência comercial de Atenas. A fim de traçar os planos da cidade, Péricles mandara buscar o famoso arquiteto milesiano Hipódamo. Ao redor do *empóron* – porto de comércio – erguiam-se lojas, docas e o célebre mercado de trigo, onde se acumulavam as reservas de cereais. Uma população matizada aí se comprimia: comerciantes, cambistas, agentes comerciais, marinheiros e doqueiros. Infelizmente, nossa documentação somente permite reconstituir de maneira precisa a atividade do porto no século IV a.C. Todavia, é fora de dúvida que, à época de Péricles, os navios mercantes habituavam-se, cada vez mais, a depositar suas cargas no Pireu, certos de que aí encontrariam compradores e de que escoariam suas mercadorias, recebendo, em troca, uma moeda de bom quilate e de livre curso em toda parte. De fato, cumpre conceber a preponderância comercial de Atenas não como resultante de um equilíbrio entre as compras e as vendas. Os atenienses tinham necessidade sobretudo de obter matérias-primas, cereais, metais comuns, madeiras para construção, destinadas ao vigamento dos navios. Sua produção de vasos – artigos de luxo – de modo algum podia equilibrar essas compras de matérias-primas. Além do mais, se bem que a cidade taxasse as transações e a entrada de navios no Pireu, não intervinha absolutamente nos negócios mesmo que, muito frequentemente, achassem-se nas mãos de estrangeiros. Estes afluíam voluntariamente a Atenas porque, como já vimos, estavam certos de ali fazer escoar seu carregamento, e também porque a cidade oferecia, àqueles que pretendiam nela se fixar, a vantagem de uma condição jurídica definida, a de metecos. Não sabemos a quanto se elevava o número de metecos no século V a.C. – e, muito menos, entre os estrangeiros residentes, qual a proporção dos que se dedicavam ao comércio. Podemos imaginar, no entanto, que eram relativamente numerosos e que alguns

deles eram bastante ricos. Limitar-nos-emos a citar dois exemplos que, é verdade, pertencem ao final do século: o do armeiro Céfalo – que tinha no Pireu uma oficina com 120 escravos – e o do rico meteco que foi implicado no caso dos hermacópides, e cujos bens foram leiloados pela cidade.

### Atenas: “Escola da Grécia”

Péricles podia, a justo título, jactar-se de que Atenas tinha se transformado na “cidade mais opulenta e pujante”. Mas, esta opulência e esta pujança, a seus olhos, não eram nada perto daquilo que constituía o primeiro título de Atenas à hegemonia, a saber, sua superioridade intelectual e artística – que fazia dela, para falar francamente, a “escola” da Grécia. Os modernos repetiram esta fórmula à porfia, e podemos nos interrogar, não sobre seu sentido preciso – que se adivinha –, mas sobre a repercussão que tal afirmação podia alcançar entre os atenienses. Com efeito, quantos, dentre eles, participavam desta *paideia* ou eram capazes de apreciá-la? Não é fácil responder à pergunta, pois, infelizmente, no que respeita aos meados do século V a.C., não dispomos de testemunhos comparáveis aos que nos oferecem as comédias de Aristófanes, para o período da Guerra do Peloponeso. Parece, todavia, que podemos distinguir dois domínios: o do pensamento especulativo, de um lado, e o do religioso, de outro. O primeiro não deve ter interessado senão a uma ínfima parte dos atenienses, àqueles que compunham o séquito de Péricles, e que gostavam de reunir-se na casa de sua companheira, Aspásia, onde ouviam as demonstrações de Anaxágoras e os sutis raciocínios de Zenão. Era ali que Protágoras vinha explicar que, para o futuro, “o homem era a medida de todas as coisas” e que os deuses talvez não passassem de invenção do espírito humano. A livre discussão, as sutilezas do raciocínio sofisticado e as arrojadas especulações preparavam o caminho dos sofistas – e, paralelamente a estes, de Sócrates – os quais, na geração seguinte, ousarão questionar as verdades admitidas. É evidente que tais especulações despertavam muito pouco interesse na massa dos atenienses, que as ignoravam, ou faziam pouco delas, quando não as julgavam suficientemente perigosas para levar seus autores às barras dos tribunais, sob a acusação de impiedade. Pouco antes de romper a Guerra do Peloponeso, tais processos serão tentados contra Fídias, Anaxágoras e, mais tarde, Protágoras, enquanto os piores falatórios corriam por conta de Aspásia.

Mas, esses mesmos atenienses, que estavam prontos a expulsar Anaxágoras e Fídias, corriam ao teatro para assistir às peças de Ésquilo ou de Sófocles, e admiravam a soberba ornamentação de que Péricles dotara a Acrópole. É que o teatro e os templos, bem como as grandes festas anuais em honra de Atena ou de Dioniso, faziam parte deste domínio da religião que, juntamente com a atividade política, constituía o aspecto essencial da vida dos atenienses do século V a.C. Com efeito, seria perigoso e errôneo imaginar os contemporâneos de Péricles como homens isentos de superstições e inclinados a reconhecer a razão como único guia. A população campesina ainda levava uma existência bastante apagada, limitada às

festas campestres em honra das divindades, tradicionalmente protetoras das colheitas: Deméter, a deusa do trigo, e Dioniso, por excelência, o deus da vegetação arbustiva. É verdade que, nas assembleias do povo, esses camponeses lentamente se iniciavam na vida política. Por vezes, sucedia de virem a Atenas a fim de assistirem a uma sessão da Assembleia, na Pnix. Contudo, o mundo da cidade e do porto continuava-lhes hostil e, com alegria, voltavam a seus festejos campônios e às grosseiras farsas com as quais apaziguavam os deuses. As pessoas da cidade, evidentemente, eram menos rudes, mais habituadas a ouvir os oradores e, por isso, mais sensíveis à magia da palavra. Eram elas que, por ocasião das grandes festas em honra de Dioniso, acotovelavam-se no teatro, com seus farnéis a tiracolo – uma vez que a representação durava o dia todo –, vibrando com a narração dos infortúnios dos Atridas ou das desventuras da família de Édipo. Mesmo que certas sutilezas lhes escapassem, podemos imaginar que captassem todas as ilusões políticas, e que os antigos combatentes de Salamina ouviam com emoção a narrativa do mensageiro de *Os Persas*, de Ésquilo. Quando refletimos no fato de que foram os atenienses reunidos no teatro, por ocasião das Lêneas, os que coroaram Ésquilo, Sófocles e, mais tarde, Eurípedes, ao invés de obscuros comparsas, não podemos deixar de admirar a solidez de julgamento desse povo e de duvidar dos malefícios da “teatrocracia” denunciada por Platão.

Os mesmos atenienses participavam das grandes procissões e dos jogos, através dos quais se manifestava sua devoção aos deuses. O famoso friso de Fídias faz reviver, aos nossos olhos, a mais grandiosa dessas procissões, a das Panatenéias, que congregava todos os atenienses numa homenagem à sua divindade tutelar. Guiados pelos magistrados, sucediam-se carregadores de oferendas, sacrificadores, as jovens a quem coubera o privilégio de tecer o véu da deusa, e os jovens cavaleiros que, caracolando, escoltavam o séquito. As festas em honra da Deméter de Elêusis davam lugar a procissões análogas, que levavam os futuros iniciados de Atenas a Elêusis. Quanto a Dioniso, a partir dos psistrátidas, passou a ser uma das divindades mais veneradas de Atenas. Além das Dionisiacas rústicas, festas populares e campesinas que se realizavam nos *dèmes*, havia três grandes festas em honra de Dioniso: as Lêneas, que ocorriam em *Gamelion* (janeiro-fevereiro), as Antestérias, que se davam em março e, finalmente, as grandes Dionisiacas, que duravam seis dias, de 10 a 15 do *Elafebólion* (março-abril) e que, por seu esplendor, competiam com as grandes Panatenéias. Eram assinaladas não apenas por uma imponente procissão, sacrifícios e banquetes, mas, sobretudo, pelos grandes concursos de tragédias e de comédias que se realizavam durante seus três últimos dias. A importância e a pompa dessas festas justificavam a afirmação de Péricles: “Administramos à alma numerosos refrigérios; instituímos jogos e festas que se sucedem do começo de um ano ao outro, maravilhosos entretenimentos cujo encanto, a cada dia, afasta a tristeza” (Tucídides, II, 38). Além disso, essas festas constituíam ocasião para a reafirmação do poderio de Atenas. Era nas grandes Dionisiacas que os aliados vinham trazer o tributo, e seus delegados podiam, assim, admirar com seus próprios olhos não apenas a majestade e a pompa com que o

povo ateniense revestia a homenagem a seus deuses, mas também a admirável ornamentação, de pedra e de ouro, de que Péricles quisera dotar a cidade.

Tratava-se de reerguer as ruínas das Guerras Médicas e, particularmente, de erigir um santuário digno da deusa tutelar de Atenas. Péricles apelou a seu amigo Fidias, o qual reuniu uma equipe de colaboradores, entre os quais estavam os arquitetos Calícrates, Ictino, Mnésicles e Coroíbo; os escultores Paiono, Alcámenes, Agorácrito, Cresilas; e os pintores Polignoto e Cololes. Os trabalhos começaram em 450 a.C. Impende tomar de empréstimo a Plutarco a descrição da movimentação que reinava, então, em Atenas: "Como matéria-prima dispunha-se de mármore, cobre, marfim, ouro, ébano, cipreste; para trabalhá-la e realizá-la havia um corpo de profissionais que compreendia carpinteiros, escultores, ferreiros, entalhadores de pedra, douradores, eborários, pintores, incrustadores, cinzeladores; para o transporte e escolta dos materiais no mar, havia comerciantes, marinheiros e pilotos; em terra, artífices para fabricação de carretas e rodas, carreiros, cocheiros, cordoeiros, tecelões, correeiros, cantoneiros e mineiros. Assim como um general dispõe de seu exército, cada profissional contava com uma multidão de operários e ajudantes, que eram como que uma tropa a seu serviço... Os monumentos erguiam-se com imponente grandeza, beleza e graça incontestáveis; os artistas porfiavam em superarem uns aos outros na perfeição técnica do trabalho. Entretanto, o mais admirável era a rapidez da execução. Todas essas obras, cuja conclusão parecia exigir muitas gerações sucessivas, foram levadas a cabo durante o período de apogeu de apenas uma carreira política ...

Cada uma dessas obras revestia-se de tal beleza que, apenas terminada, tinha já o caráter de antigo, e de tal perfeição que guardou, até nossos dias, o frescor de um trabalho recente, sempre tão esplendoroso como se uma espécie de flor de juventude tivesse resguardado seu aspecto contra as investidas do tempo" (*Vida de Péricles*, 12, 6-13, 1-5).

A admiração de Plutarco não nos surpreende, uma vez que, vinte e cinco séculos depois, a mesma emoção toma conta do visitante que percorre as encostas da Acrópole. A peça-mestra do conjunto era constituída pelo Partenon, o templo de Atena, todo edificado em mármore pentélico. De estilo dórico períptero, apresentava uma fachada de 8 colunas, enquanto 15 outras davam ritmo às partes laterais. Acima da arquitrave, 92 *métopas* reproduziam, ao norte, as lendas épicas, o ciclo troiano; a oeste, o combate das Amazonas; ao sul, a luta dos Centauros; e, a leste, a gigantomaquia. No interior, um friso que se estendia ao longo das paredes do santuário representava a procissão das Panatenéias. Finalmente, os frontões, concluídos em 433 a.C. – cinco anos antes da sagração do edifício – evocavam a deusa: a leste, o nascimento de Atena; a oeste, sua luta contra Poseidon pela posse da Ática. No interior do santuário, estava colocada a estátua "criselefantina" – ou seja, de ouro e marfim – da deusa, obra de Fidias.

Os outros monumentos da Acrópole não foram concluídos senão após a morte daquele que concebera o conjunto. Os trabalhos do Propileu, entrada

monumental do perímetro sagrado, foram interrompidos em 431 a.C., em vista do início da guerra. O *Erectíon* e o templo de Atena Niké somente no final do século estariam terminados. Mas a grandeza de concepção do conjunto bem diz da ambição pericliana de fazer de Atenas a mais bela e gloriosa cidade do mundo grego.

Tal ambição, no entanto, custava caro. Já vimos, anteriormente, como Péricles resolvera o problema do financiamento dos grandes trabalhos: extraíndo, do tributo dos aliados, a *dízima* da deusa. Imaginamos que tais expedientes não tenham merecido a aprovação dos aliados e que estes tenham, de todas as maneiras, procurado escapar a uma servidão que lhes parecia cada vez mais difícil de suportar.

### *Do Imperialismo à Guerra*

A questão da responsabilidade de Péricles no desencadeamento da Guerra do Peloponeso é irrelevante, pois é evidente que a guerra entrava na lógica de sua política. A democracia ateniense estava condicionada à manutenção do Império. Toda ameaça que pairasse sobre o mesmo representava um perigo para o regime. A guerra teve início a partir de um duplo conflito, em que se defrontaram atenienses e coríntios, a oeste, nos arredores de Corcira, e, a leste, próximo de Potidéia. Corcira, colônia coríntia, desde há muito distanciara-se da Metrópole e, quando eclodiu o conflito com Potidéia, pela posse comum de Epidamno, os corcíreus solicitaram auxílio aos atenienses. Potidéia também era uma colônia coríntia localizada ao norte do Egeu, na Calcídica. Ao contrário de Corcira, esta conservara estreitos laços com Corinto, o que, dada sua situação geográfica, não impedira de tomar parte na aliança de Atenas, tributária que era desta última. É Atenas que toma a ofensiva, exigindo dos potideus o rompimento dos laços que ainda os uniam aos coríntios. Se, sem maior esforço, compreendemos o interesse que os atenienses podiam nutrir com relação a Potidéia, situada em sua zona de expansão, não atinamos bem às razões de sua solicitude, no que diz respeito aos corcíreus. É mister salientar, contudo, que desde a fundação de Túrios, em 444/3 a.C., no local da antiga Sibaris, Atenas – cujos interesses, até então, tinham-se centrado no Egeu – voltara-se para o Ocidente. Causa espanto esse súbito interesse pelo Ocidente. É verdade que, desde há muito, vasos atenienses haviam alcançado a orla do Adriático e o mar Tirreno, mas eram navios conduzidos por mercadores estrangeiros, jônios e, principalmente, fócios, e jamais as naus de Atenas tinham-se aventurado nos mares ocidentais. Esse repentino interesse pelo Ocidente não deixa de apresentar muitos problemas. Podemos pôr em dúvida que haja, em sua origem, razões "econômicas". Atenas podia, quando muito, desejar obter, diretamente, determinadas matérias-primas, sem passar pelos intermediários coríntios. Mas podemos imaginar também que, tendo-se firmado no sul da Itália, os atenienses aspiravam a controlar as vias de acesso à sua colônia italiana.

Seja como for, os negócios de Corcira e de Potidéia criavam um estado de guerra de fato entre Atenas e Corinto. Ora, Corinto fazia parte da Liga peloponésica. Contra as manobras atenienses, os coríntios, naturalmente, fizeram apelo aos espartanos. Estes não viam com bons olhos o desenvolvimento do poderio ateniense, em seguida às Guerras Médicas. Por todos os meios, tinham-se esforçado para controlá-lo, provocando a hostilidade das cidades continentais contra Atenas, e apoiando, de modo mais ou menos efetivo, a resistência de Egina e de Mégara, velhas cidades inimigas de Atenas e suas vizinhas mais próximas. Em 445 a.C., um tratado de paz pusera fim, ao que se costuma chamar, a primeira Guerra do Peloponeso. Não acabará, todavia, a hostilidade entre as duas grandes cidades gregas – fruto de um acúmulo de rancores, mas também, e cada vez mais, de uma oposição de princípios, entre duas concepções antagônicas de cidade. Esparta tornara-se, para os adversários de Péricles e da democracia ateniense, o perfeito modelo de que seria mister tentar aproximar-se.

Solicitados pelos coríntios, os espartanos, a princípio, hesitaram em se empenhar numa luta cujo desfecho era incerto e que, de imediato, serviria mais aos interesses de Corinto que aos de Esparta. Tucídides, no começo de sua narração, deixou-nos uma notável análise dessas hesitações e das discussões que se realizaram na Assembléia espartana. Os coríntios acusaram os espartanos, particularmente, de terem dado mostras de fraqueza ante as manobras atenienses. “Sois vós os responsáveis por essa situação, porque fostes vós que deixastes que fortificassem a cidade depois das Guerras Médicas e que, posteriormente, permitistes que erguessem Longos Muros\*. Também fostes vós que privastes da liberdade não apenas os Estados que subjugastes, mas, igualmente, vossos próprios aliados. Em verdade, há que se considerar como verdadeiros responsáveis, não os que impõem a escravidão a outrem, mas aqueles que, podendo coibir a desdita, descaram de fazê-lo, sobretudo se procuram atribuir-se o mérito de serem os libertadores da Grécia” (Tucídides, I, 69). Os delegados atenienses presentes a Esparta, por sua vez, tomaram a palavra para justificar o império por seu desempenho no passado, ao tempo da guerra contra os medas, e para convidar os espartanos a preferir a negociação à guerra: “Antes de vos lançardes à guerra, avaliai a importância dos erros de cálculo que ela oculta. Com seu prolongamento, ela se compraz em multiplicar os azares; no momento, dela estamos todos afastados, e é impossível dizer em favor de quem será o desenlace.

... Resolvamos nossas desavenças amistosamente, segundo nossas convenções. Ou então, invocando os deuses, fiadores dos juramentos, procuraremos repelir os agressores de conformidade com o exemplo que nos destes” (I, 78). Sustentavam os atenienses tais propósitos, ou Tucídides, escrevendo muito tempo depois dos fatos que narra, e quando já se previa a eclosão da guerra, quis, desta

\* Esses muros estendiam-se de Atenas ao Pireu, e tornavam a cidade e o porto um conjunto defensivo praticamente inexpugnável.

forma, livrar seus concidadãos da acusação de terem, deliberadamente, desencadeado as hostilidades? Seja como for, os espartanos, na pessoa de seu Rei Arquidamo, a princípio ficaram hesitantes. Mas, o Éforo Estenélaides arrancou a decisão, em favor da guerra, e os aliados de Esparta ratificaram-na, após uma nova intervenção dos coríntios.

Os espartanos enviaram, então, uma primeira embaixada a Atenas, para fazer com que os atenienses se cientificassem da resolução dos aliados e para lhes manifestar seu ressentimento. Mas o primeiro destes objetivos era, de fato, uma manobra para tentar desacreditar Péricles: pediam, na verdade, que fosse finalmente punido o sacrilégio cometido por Mégacles, quando da conspiração de Cilon, e que resultara na condenação de todo o “gênos” dos alcmeônidas. Vimos como estes puderam retornar a Atenas e o relevante papel que desempenharam na história da cidade. Ora, Péricles era alcmeônida por parte de sua mãe, Agariste. Reabrir essa velha chaga era um meio de desacreditar o político cuja estrela começava a embaciar, como provam os processos que se tentaram mover contra seus amigos mais íntimos. Ao que parece, o caso não foi adiante. Contudo, uma segunda delegação lacedemônia trouxe um verdadeiro ultimato: os atenienses deveriam levantar o cerco a Potidéia, conceder a independência a Egina e, sobretudo, abrogar o decreto, recentemente editado, contra os megarenses. Este decreto, que bem parece ser obra de Péricles, fechava os mercados da Ática aos megarenses. A razão invocada, para justificar tal medida, era que o povo de Mégara acolhia os escravos fugidos de Atenas. Isso constituía uma medida de retorsão contra uma cidade que tinha um sério contencioso a ajustar com Atenas.

Em face desse ultimato e do que se lhe seguiu, pouco depois, exigindo de Atenas respeito à independência dos gregos, os atenienses dividiram-se: “Uns julgavam que a guerra era inevitável; outros, que não se devia fazer do decreto um obstáculo à paz e aconselhavam sua ab-rogação. Por fim, Péricles, filho de Xantipo, dirigiu-se à tribuna. Era, então, o homem mais influente de Atenas, o mais hábil na palavra e na ação. Eis os conselhos que deu aos atenienses: “Minha opinião, atenienses, é que não se deve ceder aos peloponésios...” (I, 139-140). Em seguida, Péricles desenvolvia as razões que tinham os atenienses para rejeitar o ultimato de seus adversários, alegando a má-fé destes e, por outro lado, demonstrando a superioridade evidente de Atenas, em caso de guerra, sobretudo se se adotasse a tática que preconizava: conduzir a guerra no mar e renunciar a defender o território da Ática, conservando apenas a cidade e o porto. E Péricles concluía: “É preciso que se saiba que não nos livramos da guerra; quanto mais a emprendermos por iniciativa própria, menos seremos arruinados por nossos adversários. Não esqueçamos: para as cidades, como para os indivíduos, os maiores perigos permitem alcançar a mais alta glória. Foi assim que nossos antepassados, que não dispunham de nosso poderio para suportar o embate dos medas, e que chegaram mesmo a abandonar o pouco que tinham, repeliram os bárbaros, menos por sua boa estrela que por sua inteligência, menos pela pujança do que pela audácia, e

desenvolveram o Império até o ponto em que o vedes. Não lhes sejamos inferiores. Repilamos o inimigo com todas as nossas forças e esforçemo-nos por legar, a nossos descendentes, uma grandeza não menor que a que recebemos”.

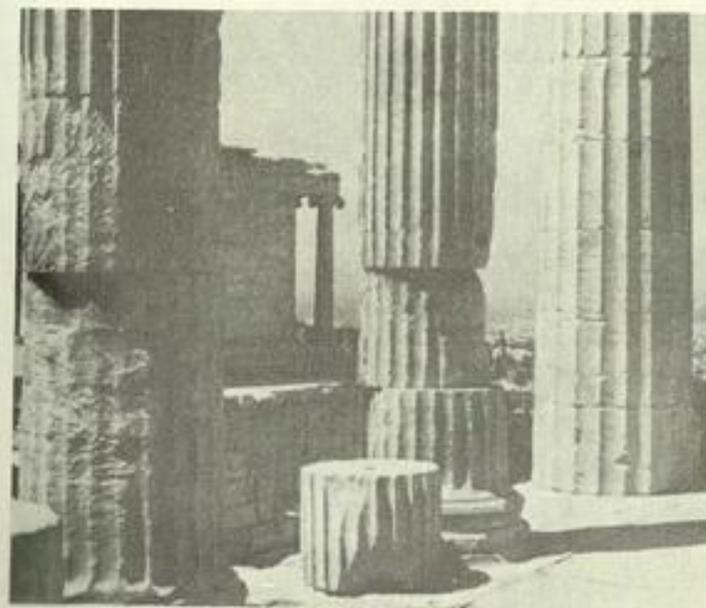
Deste modo, decidiu-se pela guerra, que duraria mais de um quarto de século e que consumaria a derrota e a ruína de Atenas.



Mármore grego (Museu Nacional, Atenas).



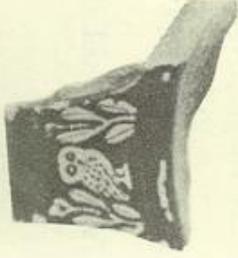
Timbre do acordo entre Atenas e Samos (405/402 a.C.). (Mármore do Museu da Acrópole.)



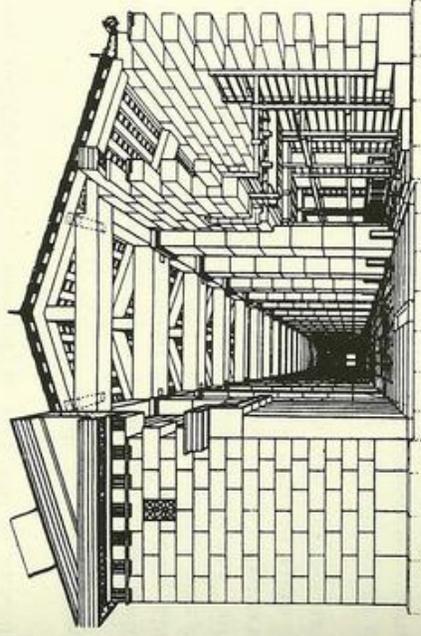
O Propileu e o templo de Atena Niké (construído entre 425 e 405 a.C.)



Athena Niké atando a sandália.  
(Baixo-relevo em um friso do templo de Athena Niké, Acrópole.)



A coruja e a oliveira de  
Atena.  
(Detalhe da alça de uma  
jarra.)



Reconstituição do arsenal do Pireu  
(de acordo com o projeto de construção).

## CAPÍTULO TERCEIRO

### A GUERRA DO PELOPONESO

De todos os acontecimentos da história de Atenas, a Guerra do Peloponeso é o que conhecemos melhor. Não apenas porque Tucídides narrou-a minuciosamente, mas também porque os últimos trinta anos, do século V a.C., foram um período extremamente rico na história do pensamento ateniense, e que nos deixou numerosos testemunhos. Destes, as comédias de Aristófanes constituem os mais vigorosos. Se, por um lado, a narrativa de Tucídides nos oferece a versão, de certo modo oficial, dos acontecimentos, por outro, o teatro de Aristófanes permite-nos entrever as reações da opinião pública ateniense, em face dos mesmos, e, dessa maneira, reviver, com os atenienses, aquele período, que lhes seria decisivo.

#### *Primeiros Reveses. A Peste*

Como vimos, Péricles preconizara uma tática, que lhe parecia a mais adequada, para conduzir a um desfecho rápido: possuindo Atenas o domínio do mar, era nele que deveria tentar obter a decisão, sem se preocupar com a defesa do território: "Se habitássemos uma ilha, dissera o grande estrategista, que povo seria mais inexpugnável que nós? Pois bem, é preciso que nos aproximemos o máximo possível desta situação; que abandonemos nossos campos e nossas casas para conservar apenas o mar e nossa cidade" (I, 143).

Esta tática foi logo posta em prática, não sem suscitar, ao que parece, murmúrios e resistência. "Os atenienses transportaram do campo para a cidade mulheres, crianças e todos os objetos mobiliários. Chegaram mesmo a levar o madeiramento das casas. Passaram com seus rebanhos e alimárias pela Eubéia e ilhas vizinhas... Uma vez na cidade, apenas um pequeno número conseguiu abrigo ou refúgio nas casas de amigos ou parentes. A maior parte acampou nos arredores desabitados, em todos os templos e santuários dos heróis – com exceção da Acrópole – ocupou o Eleusinion e os locais rigorosamente fechados... Muitos se instalaram nas torres das fortalezas. Em suma, cada um houve-se como pôde" (II, 14, 17).

Podemos bem imaginar o que foi esse êxodo interno. Afiguram-nos melhor ainda os sentimentos daqueles refugiados quando, pouco depois, viram, quase

sob seus olhos, os campos devastados pelo exército peloponésio. Tucídides relata que, naquela ocasião, a exacerbação chegou ao cúmulo. Os mais jovens queriam investir contra o inimigo, e foi preciso que Péricles, cujo crédito declinava cada vez mais, usasse toda sua energia para impedi-lo. Os acontecimentos, entretanto, pareceram dar-lhe razão: pouco depois, os peloponésios evacuavam a Ática, enquanto o exército ateniense assolava a Megária e a armada consolidava suas posições. Foi no final daquele ano, durante o inverno, que Péricles pronunciou a oração fúnebre aos atenienses mortos no decorrer do primeiro ano da guerra, discurso que constitui um hino de glória em honra a Atenas e à democracia ateniense.

No verão seguinte, os peloponésios retornaram à Ática. Foi então que irrompeu a epidemia que custaria a vida de um quarto da população de Atenas. Muito se discutiu sobre a natureza exata do mal – cujos sintomas Tucídides descreveu minuciosamente. Falou-se de peste, de tifo. De qualquer modo, o surto iria produzir terrível devastação. Deixemos que fale Tucídides, ele próprio vítima da doença, da qual, teve a sorte de escapar: “Morriam, quer por falta de cuidados, quer a despeito do tratamento que se lhes prodigalizava. Nenhum remédio, por assim dizer, mostrou-se de eficácia generalizada; aquilo que a uns trazia alívio a outros era prejudicial. Nenhuma constituição, robusta ou fraca, resistiu ao mal. Todos se finavam indistintamente, qualquer que fosse o regime seguido. O mais terrível era o desânimo que tomava conta de cada um aos primeiros ataques: os enfermos perdiam imediatamente toda a esperança e, ao invés de resistir, abandonavam-se inteiramente. Ao cuidarem uns dos outros contaminavam-se mutuamente e morriam aos magotes” (II, 51).

Evidentemente, o afluxo de campônios ao interior da cidade agravou ainda mais a situação: “Os refugiados eram particularmente afetados. Como não tinham casas e, no rigor do verão, viviam em choças sufocantes, finavam-se em meio a estranha confusão; morriam atabalhoadamente, e os cadáveres empilhavam-se uns sobre os outros; eram vistos, moribundos, arrastando-se no meio das ruas e ao redor de todas as fontes para se saciarem. Os lugares sagrados onde acampavam estavam cheios de cadáveres que não eram recolhidos” (id., 52).

Não apenas os costumes tradicionais no que tangia à sepultura dos mortos foram abandonados, mas toda a vida moral achava-se transtornada: “Em vista dessas bruscas mudanças – ricos que morriam de repente, pobres que se enriqueciam subitamente com os bens dos mortos – procuraram-se os lucros e os prazeres imediatos, uma vez que a vida e as riquezas eram igualmente efêmeras... Ninguém se deixava refrear nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; fazia-se tanto caso do bem quanto do mal, desde que se via todo mundo morrer indistintamente; além disso, ninguém pensava em viver bastante tempo para prestar contas de seus erros. O que importava mais que tudo era a ameaçadora sentença, já pronunciada, de morrer por causa daquela pestilência. Antes de sofrê-la, melhor seria tirar da vida algum prazer” (id., 53).

Entretantes, a guerra continuava, mas sem qualquer resultado decisivo. Como conseqüência, uma surda cólera começou a se desenvolver, contra Péricles, em Atenas, ao mesmo tempo em que crescia o desejo de paz. Pela magia de sua palavra, Péricles conseguiu convencer os atenienses a não ceder. Não obstante, obrigado a prestar contas, foi condenado a pagar uma multa. Sua influência sobre o *démos*, porém, era tão grande que ele foi reeleito estrategista. Morreria pouco depois, também vítima da epidemia.

Assim chegava ao fim a vida do homem que, durante mais de trinta anos, dominara a política ateniense, estabelecera a democracia, em bases sólidas, e fundara o poderio marítimo da cidade. A guerra, todavia, prosseguia estendendo-se a novas regiões do mundo grego. Enquanto os peloponésios continuavam a devastar, periodicamente, a Ática, os aliados de Atenas começavam a desertar: este foi o caso, em particular, da ilha de Lesbos, que até então, tinha-se mantido como um aliado privilegiado de Atenas, uma vez que, como a gente de Quios e Samos, os lesbianos combatiam ao lado dos atenienses com suas próprias forças. Os lesbianos solicitaram ajuda aos espartanos, mostrando-lhes toda a vantagem que lhes adviria de uma intervenção em seu favor: “Se prontamente acorrerdes em nosso socorro, tereis o reforço do que mais vos falta – uma marinha poderosa – e mais facilmente vencereis os atenienses, privando-os dos aliados, pois então, todos, com bravura, formarão ao vosso lado” (III, 13).

Os atenienses, todavia, refizeram-se. Equiparam uma esquadra de 100 navios que sitiou Mitilene, a principal cidade da ilha e, pela primeira vez, foi votada uma contribuição de guerra uma *eisphora* cujo montante foi fixado em 200 talentos. Ao mesmo tempo, uma armada comandada pelo Estrategista Lisicles ia exigir o tributo às cidades aliadas. Neste ponto, é mister fazer uma observação. Este Lisicles que, na época, parece dirigir a política ateniense, segundo se diz, tinha sucedido a Péricles à testa do partido democrático, e também no leito de Aspásia. Ora, diz-se que era vendedor de carneiros. Não pertencia, pois, à velha aristocracia cujos membros (Péricles entre eles) tinham continuado a preencher os altos cargos da cidade. Pela primeira vez, um dos homens novos que tinham começado a se insinuar entre os políticos, aparecia em primeiro plano. Lisicles, no entanto, não tardaria a dar lugar a outro homem cuja origem popular é ainda mais evidente: Cléon, o curtidor de peles.

#### *Cléon. A Guerra Total*

No momento da rendição de Mitilene é que Cléon começou a dar mostras de sua autoridade. Os mitilenenses tinham sido obrigados a capitular. Era preciso deliberar sobre o que fazer deles. Num primeiro impulso de cólera, os atenienses decidiram que todos os homens adultos seriam mortos, e as mulheres e as crianças

reduzidas à escravidão. Posteriormente, voltaram atrás e exigiram uma nova reunião da Assembléia.

“A Assembléia foi imediatamente convocada. Em seguida a outros oradores, Cléon, filho de Cleneto, que havia conquistado a Assembléia fazendo com que decidisse pela morte – o homem mais violento de todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, o orador mais ouvido do povo –, subiu de novo na tribuna e assim falou:

‘Já tive muitas vezes a ocasião de constatar que um Estado democrático é incapaz de dominar outros. Vosso arrependimento presente, a respeito do caso Mitilene, me prova mais uma vez. Porque, nas vossas relações cotidianas, não usais nem de intimidação nem de intriga, vós vos comportais da mesma maneira para com vossos aliados. As faltas que cometeis, deixando-vos seduzir por suas belas palavras, as concessões que a piedade vos faz conceder-lhes, são sinais de fraqueza – tanto mais porque as imaginais sem perigo para vós – e não granjeiam o reconhecimento deles. Não concebeis que vosso poder é, na realidade, uma tirania sobre pessoas prestes a se revoltarem; não cuidais que eles aceitam de mau grado vossa dominação. Vossa complacência vos é perigosa e não garante obediência por parte deles. O que assegura vossa superioridade é vossa força e não a deferência deles’” (III, 37).

Os mitilenenses tinham cometido traição. Mereciam um castigo exemplar que servisse como advertência aos aliados que, porventura, sonhassem em imitá-los. Cléon, no entanto, não conseguiu convencer a Assembléia. Com efeito, um orador, Diódoto, tinha apontado aos atenienses o perigo de se confundir os responsáveis pela defecção com o *dêmos* de Mitilene. Ao se mostrarem generosos para com esse *dêmos*, os atenienses cativariam mais as massas populares das cidades aliadas, as quais, deste modo, não hesitariam em se opor aos partidários de Esparta. A proposição de Diódoto prevaleceu por ínfima maioria, e os habitantes de Mitilene foram salvos. Cléon, contudo, fez com que se decidisse pela divisão do território da cidade em lotes, que seriam concedidos a clerucos atenienses, que manteriam tropas na ilha e receberiam um censo anual de 2 minas (200 dracmas) por lote, sendo que os mitilênios continuariam a explorar as terras – das quais se tornavam arrendatários (427 a.C.).

O esmagamento da sublevação de Mitilene marca uma reviravolta na história da Guerra do Peloponeso. Com efeito, a partir daí, a guerra toma cada vez mais uma feição política, torna-se uma luta entre duas ideologias. De um lado, Atenas – para a qual se voltam as massas populares de todas as cidades –, do outro, Esparta – esteio de todas as oligarquias. A guerra, por suas violências e destruições, rompeu o equilíbrio do mundo grego e, daí em diante, ninguém escaparia à mesma. A partir de então, o teatro de operações não cessa de se ampliar. A um apelo de Leontinos, os atenienses enviam um corpo expedicionário à Sicília – mais uma vez manifestando interesse pelo Ocidente, como já vimos. Os espartanos, por seu

turno, a partir do caso Mitilene, mantêm navios ao longo das costas orientais e setentrionais do Egeu, ameaçando diretamente as posições tradicionais de Atenas.

No entanto, quase a cada ano, os espartanos vêm desvastar a Ática, enquanto a esquadra ateniense passa ao longo das costas peloponésias, lançando rápidos ataques seguidos de pilhagens. Um deles deveria produzir conseqüências importantes: em 425 a.C., o Estratego ateniense Demóstenes decidiu ocupar e fortificar a praça de Pilo, em Messênia. Naquele momento, estava acampado, na Ática, um exército espartano sob o comando do Rei Ágis. Os espartanos voltaram às pressas e empreenderam o cerco de Pilo. Mas, como não pudessem se apoderar da praça, decidiram enviar a Atenas uma embaixada para negociar a paz. Em Atenas era grande o desalento. No ano anterior, a epidemia havia experimentado um novo recrudescimento e contava novas vítimas. Quase a cada ano, os camponeses viam seus campos devastados pelas incursões lacedemônias. Todavia, os dirigentes da democracia, e Cléon em primeiro lugar, não pensavam em ceder antes de terem alcançado um êxito decisivo. E, como já vimos, este tinha a garantia do apoio de parte da Assembléia. Foi assim que pôde fazer rejeitar a proposição lacedemônia e a guerra ganhou alento. Além da narrativa de Tucídides, para conhecer as reações dos atenienses durante este período, temos as primeiras comédias de Aristófanes. Cléon é, então, o alvo preferido do poeta que vê nele o responsável por todos os males de que sofre o povo. Em *Os Arcanjos*, Aristófanes imagina a situação burlesca de um ateniense que, cansado da guerra, conclui uma trégua pessoal com os inimigos. Em *Os Cavaleiros*, encenada por ocasião das Lêneas de 424 a.C., Aristófanes faz um ataque aberto a Cléon, representado sob a forma de um escravo curtidor paflagônio que tem sob seu poder Dêmos, seu amo. A representação de *Os Cavaleiros* se deu pouco depois que Cléon rejeitou as propostas de paz, feitas por Esparta. Cléon vangloriou-se de conquistar a ilha de Esfacteria – onde se encerraram os soldados lacedemônios, em face de Pílos. E, de fato, eleito estrategista e enviado com Demóstenes ao Peloponeso, obteve a rendição dos soldados lacedemônios, dentro do prazo que fixara, o que lhe valeu um maior prestígio junto ao povo. Em *Os Cavaleiros*, um dos servidores de Dêmos, que representa claramente o Estratego Demóstenes, diz coisas que os espectadores não podiam deixar de compreender: “Temos um senhor, sujeito mal-educado, um rilhador de favas facilmente irritável. Chama-se Dêmos e é originário de Pnix. É um velhinho atrabiliário, um pouco surdo. Na última feira da lua nova, adquiriu um escravo paflagônio, curtidor de peles, uma espécie de gênio da trapaça e da calúnia. Tão logo este paflagônio da Tanaria conheceu o caráter do velho, pôs-se a rastejar diante do mesmo, a adulá-lo, acariciá-lo, bajulá-lo, seduzi-lo, com aparas de couro, fazendo-lhe propostas deste teor: ‘Ó Dêmos, contenta-te em julgar uma só causa e depois vai tomar teu banho. Depois disso, aplica-te em engolir, mastigar, absorver e digerir esta peça de três óbolos. Queres que te traga uma merenda?’ E depois, mal terminamos de preparar algo para o nosso amo, este paflagônio no-lo arranca para lhe prestar homenagens. Ainda recentemente, em Pilo, eu havia preparado um pão da Lacônia, e eis que esse mestre da velhacaria, passando às carreiras, me

escamoteia para ir, ele mesmo, oferecer a Démos o que eu amassara com minhas mãos”.

Os atenienses coroaram Aristófanes, mas conservaram sua confiança em Cléon, partidário de se conduzir a guerra até a vitória completa. Isto parecia tanto mais necessário quanto, a partir do caso de Pilos, os espartanos ameaçavam as zonas vitais ao Império ateniense e pretendiam arrebatar, de Atenas, o domínio do Egeu. E enquanto a guerra prosseguia em todos os campos de batalha, em Delos, um combate particularmente sangrento opunha atenienses e beócios. Brásidas, o Rei de Esparta, com um exército a que acrescentara hilotas libertos para a circunstância, estabeleceu-se na Trácia e vem sitiá Anfipole, na ocasião defendida pelo Estratego Eucles, apoiado por alguns dos navios da esquadra que, sob o comando de Tucídides, o historiador, passava ao largo de Tasos. A tomada de Anfipole por Brásidas representava uma séria derrota para Atenas. Tucídides, que não pudera impedi-lo, foi condenado ao exílio, o que lhe permitiu começar a redação de sua grande obra. Foi então que, entre Esparta e Atenas, sobreveio uma trégua que Cléon aproveitou para revigorar o esforço de guerra ateniense. Em seguida, ele próprio, à testa de um exército, dirigiu-se à Trácia com o propósito de retomar Anfipole, defendida por Brásidas. Tucídides, a quem Cléon não inspira simpatia, lança sobre o mesmo a responsabilidade do fracasso experimentado pelo exército ateniense. Tal revés, no entanto, não teria conseqüências muito sérias para Atenas. Tendo Brásidas e Cléon morrido no combate, os partidários de uma trégua, em Esparta e Atenas, encontraram menos dificuldade em fazer prevalecer seu ponto de vista. Concluiu-se uma paz, pelo período de cinquenta anos, ao termo do qual atenienses e lacedemônios restituiriam, uns aos outros, os territórios conquistados, inclusive Anfipole. Pouco depois a este tratado de paz seguiu-se um de aliança (421 a.C.).

A lassidão era geral: “Os atenienses”, escreve Tucídides, “sob o golpe do fracasso de Delos e da derrota, bem recente, de Anfipole, já não tinham aquela confiança inquebrantável em sua força, a mesma que, não havia muito, lhes havia feito recusar toda composição, quando imaginavam que seus triunfos presentes garantiriam sua superioridade no futuro. Além do mais, temiam ver seus inimigos obterem novas defecções entre seus aliados e lamentavam não se terem aproveitado das circunstâncias favoráveis que se haviam seguido à tomada de Pilos para concluir um acordo vantajoso. Os lacedemônios, por sua vez, viam a guerra frustrar suas previsões, pois tinham pensado que, devastando a Ática, poucos anos lhes seriam suficientes para se sobreporem ao poderio de Atenas. Ora, em Esfacteria haviam experimentado um desastre como Esparta jamais conhecera. Seu país estava exposto às incursões dos piratas, provenientes de Pilos e de Citera; os hilotas desertavam; era de se temer que os de dentro, seguindo as sugestões dos de fora, aproveitassem as circunstâncias para tentar alguma revolução, como a que já se vira...” (V, 14). Pouco tempo antes da conclusão da paz, Aristófanes fizera representar, nas grandes Dionisiacas, uma peça que trazia exatamente esse título. O herói, o vinhateiro ateniense Trigeu, decide ir consultar os deuses para saber o

que aconteceu à deusa Eirene, a Paz. E, ajudado por Hermes e por camponeses atenienses, liberta-a da caverna onde fora encerrada por Polemos, para grande alegria da gente do campo e desolação dos vendedores de capacetes e de broquéis. A peça foi escrita após a morte de Cléon, a qual foi saudada por Aristófanes com uma alegria sem pudor. “É uma sorte que ele tenha morrido. Para o bem da cidade, era preciso que isso acontecesse, do contrário, ele nos deixaria na pindaíba.” E Trigeu, tendo sabido também da morte de Brásidas, acrescenta: “Este é o momento para que vós, habitantes da Grécia, esqueçais as disputas e as batalhas, para delas extrair a paz, por todos querida, antes que um novo aventureiro (alusão a Cléon) no-lo impeça. Vamos, agricultores, comerciantes, artesãos, operários, metecas, estrangeiros, insulanos, dêem-se pressa em acorrer aqui, tragam pás, alavancas e cordas”. E quando, finalmente, a Paz sai da Caverna, Trigeu lança este aviso aos camponeses, cujos braços foram os mais eficazes: – “Roga-se que os trabalhadores tomem seus instrumentos de trabalho e regressem imediatamente a seus campos, depois de se terem desvencilhado de piques, gládios e dardos”. Ao que o coro responde: “Ó dia tão esperado pelas pessoas de bem e pelos lavradores, regozijo-me em ver tua luz, quero saudar minhas vinhas e as figueiras que plantei em minha juventude. Desejo apenas uma coisa: abraça-las depois de tão longa ausência”. E mais adiante, dirigindo-se à deusa Paz, Trigeu diz-lhe: “Mistura novamente o sumo da amizade ao sangue dos gregos. Adoça nosso caráter nele diluindo indulgência mútua. Que nosso mercado regurgite de bons produtos. Que os megáricos nos enviem suas cabeças de alho, seus pepinos temporãos, seus marmelos, suas romãs e suas mantilhas de escravos. E que se possam ver os beócios a trazer seus gansos, patos, pombos e calhandras. Que para cá se vejam afluir cestos cheios de enguias do lago Copais...” Quanto a este aspecto, todavia, as ilusões de Trigeu-Aristófanes seriam malogradas, pois os beócios e os megáricos recusaram-se a ratificar o tratado de paz.

Tal fato demonstrava o caráter precário do mesmo. E, de fato, se bem a paz entre Atenas e Esparta duraria, efetivamente, seis anos e dez meses, esses anos não seriam menos conturbados, com as duas cidades opondo-se através de terceiros.

### *A Expedição da Sicília*

O pretexto para a violação do tratado foi a expedição ateniense à Sicília. Com efeito, em Atenas, muitos viam na paz apenas uma trégua provisória, imposta pelas circunstâncias, e própria para que a cidade pudesse reconstituir suas forças. Evidentemente, não se deve atribuir demasiada importância a certos gracejos de Aristófanes, e as lamentações dos comerciantes de armaduras e de lanças eram um meio fácil de fazer rir os espectadores que, em sua maioria, deviam comungar nos sentimentos expressos pelo coro de *A Paz*: “Ah! Que prazer! Que prazer estar livre do capacete, do queijo e das cebolas. É preciso que diga que não gosto de fazer a guerra. Prefiro beber com meus camaradas ao pé de um fogo bem chamejante, feito de achas secas arrancadas durante o tempo de calor...” Essas alusões aos

prazeres da vida campestre deviam tocar, de modo particular, um público composto por numerosos refugiados. Não é menos verdade que, no que concerne ao problema da guerra, começavam a se delinear, no seio do povo, divergências que iriam se agravar durante a segunda parte da guerra e que explicam o fato de, por duas vezes, o regime democrático ter sido colocado em questão. De um lado está a massa de pessoas do campo, para quem esses dez anos de guerra foram particularmente penosos e que desejam a manutenção da paz. Estão prontos a seguir os homens que pregam esta política de paz, como o filho de Niquérato, o rico Nícias, que, nos últimos anos da guerra, adquirira boa reputação como estrategista e que, segundo Tucídides, não desejava perdê-la, arriscando-se a uma derrota. Fora ele que tomara a iniciativa das negociações com Esparta e empenhava-se na manutenção de uma paz, da qual fora o artífice. Era um homem muito rico, mas bastante timorato, e sem grande envergadura. O grosso de sua fortuna encontrava-se nas minas de prata. No dizer de Xenofonte, ali empregava mais de mil escravos. Essa fortuna e o uso que dela fazia granjeavam-lhe ampla clientela, à qual se juntava a massa dos que desejavam a manutenção da paz. Mas, face a eles, havia a população urbana, mais ativa – embora menos numerosa – e mais presente, também, nos locais onde se decidiam os negócios da cidade. A massa dos *letes* não via, na paz reencontrada, as mesmas vantagens que os proprietários rurais. A guerra significava para eles um soldo regular e vantagens materiais. Se se lhes acenasse com uma expedição fácil, estariam prontos a seguir o autor da proposição.

Alcibiades – que nessa ocasião, faz sua entrada na cena política ateniense – compreende isso muito bem. Na galeria dos retratos dos grandes atenienses, é um dos mais encantadores personagens. Nobre, rico, belo, inteligente, tinha todos os trunfos nas mãos. Sua mãe, Deinomaque, era uma almeônida. Seu pai, Clínia, morrera na batalha de Coronéia. Era parente de Péricles, a quem tivera como tutor depois da morte de seu pai. Jovem, freqüentara as aulas de Sócrates. Era duvidosa a sinceridade de seu apego à democracia. Em todo caso, cheio de ambição e desejoso de ocupar o primeiro lugar na Assembléia, logo compreendeu que sua glória carecia de uma grande empresa e que a política timorata de Nícias era um obstáculo que cumpria vencer.

Ora, os acontecimentos deram razão àqueles que não haviam acreditado na paz. Os espartanos não tinham devolvido Anfipole. Mantinham negociações com os beócios, cuja atitude de hostilidade, para com os atenienses, somente crescia. Alcibiades, que talvez ficara melindrado porque, por sua mocidade, fora mantido à margem das negociações que resultaram na paz de 421 a. C., "... começou a fazer oposição aos lacedemônios alegando que não eram aliados fiéis e que, ao pactuar com Atenas, tinham em vista somente a ruína dos argólicos, prelúdio de um ataque contra os atenienses, que dessa forma ficariam isolados" (V, 43). A aliança com Argos foi um primeiro pretexto para a rivalidade entre Nícias e Alcibiades – sendo que o primeiro mantinha-se, contra tudo e contra todos, fiel à aliança

lacedemônia. Foi uma guerra por pessoa interposta, complicada ainda mais pelas lutas civis em Argos – onde o povo defendia a aliança ateniense, enquanto os notáveis estavam dispostos a se aproximarem de Esparta. Um outro caso testemunha que, então, o partido imperialista e antiespartano retomou alento: trata-se do caso da pequena ilha de Melo. Esta colônia lacedemônia achava-se isolada no meio de ilhas controladas por Atenas e conservava, até então, uma prudente neutralidade. Os atenienses cuidaram de pôr fim a essa neutralidade e de forçar os habitantes de Melo a entrar em sua aliança. Ante recusa destes, os atenienses desembarcaram à força em Melo e foram submeter suas exigências aos magistrados da cidade. O diálogo entre os habitantes de Melo e os atenienses é uma das mais célebres peças de bravura da narração de Tucídides. Na boca dos atenienses, é também uma profissão de fé "imperialista" que, por vezes, ressoa de maneira estranhamente moderna, ao mesmo tempo em que se vislumbra o eco dos ensinamentos dos sofistas: "Quanto a nós, não empregaremos belas palavras. Não diremos que nossa dominação é justa porque derrotamos os medas, que nossa expedição contra vós tem por objetivo vingar os males que nos fizestes sofrer. Chega desses longos discursos que só servem para suscitar desconfiança. Mas, por vosso lado, não penseis em nos convencer sustentando que é na qualidade de colonos da Lacedemônia que recusastes fazer campanha conosco e que não causastes qualquer dano a Atenas. De uma parte e de outra, é preciso que não extrapolemos os limites das coisas positivas. Sabemos, e vós sabeis tão bem quanto nós, que a justiça não entra em linha de conta nos raciocínios dos homens senão quando as forças são iguais de parte a parte. Caso contrário, os fortes exercem seu poder, e os fracos devem ceder" (V, 89). É sintomático que Tucídides, por uma única vez, não faça falar um ateniense, mas os atenienses, como a querer indicar que todo o povo pensava assim. Os melenses recusaram-se a ceder, e os atenienses, tendo tomado de assalto a cidade, massacraram todos os homens, reduziram as mulheres e as crianças à escravidão e colocaram 5.000 colonos no território de Melo. Pouco depois, uma embaixada, vinda de Segesta, pediu a ajuda de Atenas contra os selinúncios.

Vimos anteriormente que os atenienses, desde o começo da Guerra do Peloponeso, estavam interessados nos negócios sicilianos. A Sicília não fazia parte do domínio tradicional de influência ateniense. As principais cidades da ilha, porém, eram de origem peloponésia e, a mais importante delas, Siracusa, era uma colônia dos coríntios, inimigos irredutíveis dos atenienses. Essa é a razão de os atenienses terem apoiado a população de Leontinos contra Corinto. O apelo dos segestanos parecia fornecer pretexto a uma nova intervenção na ilha. Alcibiades tomou-a imediatamente, e propôs que uma expedição fosse enviada à Sicília, sendo o comando compartilhado por ele, Nícias e Lamacos. Foi a ocasião para um duelo de oratória entre Nícias e Alcibiades, diante da Assembléia convocada para o evento, em caráter extraordinário. Nícias empenhou-se em demonstrar aos atenienses que a expedição era perigosa, não traria grande lucro para Atenas, e implicava o risco de recomeçar as hostilidades com Esparta. Sem o nomear

expressamente, atacava Alcibiades: "... ele tem em vista apenas seu interesse. Demasiadamente jovem, ainda, para exercer o comando, não busca senão sobressair criando cavalos e, no comando, visa somente a sua própria vantagem. Não lhe deis ocasião de brilhar às expensas da cidade" (id., 12).

Alcibiades não deixou de replicar, vigorosamente, ao porta-voz dos pacifistas. Sua juventude e sua fortuna não eram argumentos que se lhe poderiam opor. Quanto à essência da questão, a própria expedição era plenamente justificada, dada a situação que então existia na Sicília. E Alcibiades, retomando os argumentos expostos para justificar a expedição contra Melo, concluía: "Digamos que a melhor maneira de aumentar nosso poderio é ir combater naquele lugar. Façamos essa expedição para abater o orgulho dos peloponésios – resultado que obteremos se, ao navegarmos em direção à Sicília, tivermos o ar de quem desdenha a tranquilidade, de que atualmente desfrutamos. Das duas uma: ou aumentaremos ali o nosso poderio e, naturalmente, ficaremos à testa da Grécia inteira; ou, no mínimo, causaremos dano aos siracusanos, e nós mesmos, bem como nossos aliados, não deixaremos de tirar vantagem disso" (VI, 18). Nícias ainda tentou fazer a Assembléia voltar atrás, em relação à sua decisão, mostrando o elevado custo da operação, mas seus argumentos não foram ouvidos. "Todos", diz Tucídides, "sem exceção, sentiram-se tomados de um furioso desejo de partir: os mais velhos diziam, uns aos outros, que iam dominar o país para onde se dirigiam e que tal aparato de tropas não corria o risco de fracassar; os homens, em idade de carregar armas, desejavam ver e conhecer uma terra longínqua e alimentavam a esperança de regressar de lá. A multidão e os soldados contavam em auferir um soldo imediato, aumentando, assim, o poderio da cidade, e fazer ali uma conquista que lhes garantiria um salário permanente" (VI, 24).

A expedição partiu, com grande entusiasmo, em meados do verão de 415 a.C. Toda a população da Ática, tanto cidadãos quanto estrangeiros, descera até o porto para acompanhar os que partiam: "Uma vez terminado o embarque das tropas e do material que se devia levar, a trombeta fez soar o toque de sentido. As preces habituais, que antecedem a partida, foram recitadas na voz de um arauto, não sobre cada navio isoladamente, mas sobre toda a armada. Todo o exército misturou o vinho nas crateras e todos, soldados e oficiais, fizeram libações com taças de ouro e de prata. As invocações eram repetidas pela multidão que se encontrava à margem, a que era formada por cidadãos e todos aqueles que desejavam o sucesso da expedição. Depois que se cantou o peã e se terminaram as libações, levantou-se âncora..." (IV, 32).

Essa exultação era o prelúdio de uma das maiores catástrofes da história de Atenas. Desde o começo, a questão foi mal conduzida. Com efeito, certa manhã, alguns dias antes da partida da esquadra, encontraram-se mutilados os Hermes, bustos de pedra que ornamentavam as encruzilhadas e que foram colocados às portas das casas. Era um sacrilégio que se poderia facilmente imputar a algum grupo de jovens irreverentes. Todavia, a investigação, a que se procedeu, revelou

que o caso tinha uma extensão muito maior. Um escravo, interrogado, revelou que, em certas casas de Atenas, parodiavam-se os mistérios de Elêusis<sup>6</sup>.

Tudo aquilo não tinha maior gravidade. Tratava-se de extravagâncias de jovens embriagados. Mas o nome de Alcibiades foi pronunciado entre aqueles que tinham participado daquelas extravagâncias. A questão passou a tomar uma maior importância porque seus inimigos, vendo aí um meio de se livrarem do homem que os incomodava, ordenaram uma investigação suplementar. Ao termo dessas diligências, Alcibiades recebeu ordens para abandonar o comando e retornar a Atenas a fim de comparecer diante dos juizes – preferiu fugir e foi para o Peloponeso. Privada daquele que a concebera, a expedição à Sicília, desde o começo, achar-se-ia comprometida. Se se acrescentar a isso a pusilanimidade de Nícias, a feroz determinação dos siracusanos de resistir à investida ateniense, e a ajuda que Esparta não tardou a lhes fazer chegar, imagina-se porque, ao cabo de alguns meses, os atenienses encontraram-se encurralados na retirada, sendo finalmente derrotados e aprisionados. Tucídides deixou um relato, ao mesmo tempo documentado e dramático, dos acontecimentos na Sicília. O retrato que pinta do exército ateniense batendo em retirada, após ter sofrido uma séria derrota naval, ao largo de Siracusa, é particularmente impressionante: "No conjunto, era terrível a situação dos atenienses. Tinham perdido todos os navios. Tinham perdido as belas esperanças e, em seu lugar, para eles e para a cidade, não havia senão perigos. Além do mais, o campo que se abandonava apresentava, aos olhos e ao espírito, um espetáculo de aflição. Os mortos continuavam sem sepultura e, à vista do cadáver de um de seus amigos, o soldado experimentava uma angústia misturada ao temor. Os vivos, que se abandonavam feridos ou doentes, suscitavam ainda mais aflição e comiseração que os mortos. Suas súplicas e gemidos infundiam desespero no exército. Quando percebiam um companheiro ou um parente próximo, com grandes gritos imploravam e suplicavam que os levassem. Agarravam-se a seus companheiros de tenda no momento em que estes começavam a caminhar. Acompanhavam-nos até não mais poder e, quando a vontade ou as forças traíam-nos, paravam invocando os deuses e soluçando". Sabe-se como a retirada acabou num desastre perto do rio Asinaros. Grande número de atenienses foi massacrado, e aqueles que tinham sido aprisionados foram encerrados em pedreiras a descoberto, chamadas "latomias". "Enclausurados, em massa, no fundo daquela estreita escavação, sem abrigo, sofreram enormemente o calor do sol e a falta de ar. Depois, as noites frias de outono determinaram uma mudança de temperatura que provocou doenças. Tinham que satisfazer a todas as necessidades vitais naquele pequeno espaço. Os cadáveres acumulavam-se, uns tendo sucumbido aos ferimentos, outros às mudanças de temperatura ou a algum acidente. O mal cheiro era insuportável. Padeciam tanto de fome como de sede" (VII, 87). Bem poucos escaparam. Para Atenas, foi um desastre que, imediata-

<sup>6</sup> Os Mistérios de Elêusis eram famosos em toda a Grécia, e tinham essa denominação por ser nessa cidade que se encontrava um templo de Deméter, personificação grega da terra – identificada com a Ceres latina –, divindade que regia esses mistérios.

mente, suscitou violenta cólera na opinião pública, sensibilizada por ter sido na própria Grécia que a guerra recomeçara. Na primavera de 413 a.C., Ágis, o Rei de Esparta, penetrara na Ática com seu exército e apoderara-se da fortaleza de Decélia, onde instalara uma guarnição permanente. Tucídides não deixa de insistir sobre as conseqüências dramáticas daí advindas. "Até então, as invasões tinham sido de pouca duração, e não os impediam de explorarem o país durante o tempo em que os espartanos se mantinham afastados. Todavia, a instalação definitiva do inimigo; a devastação dos campos, ora por numerosas tropas, ora pela guarnição permanente que, necessariamente, vivia de saques; a presença de Ágis, Rei da Lacedemônia, que conduzia a guerra com extremo vigor, tudo isso causou aos atenienses imensos prejuízos. Achavam-se privados de todo o campo, mais de vinte mil escravos tinham desertado – artesãos em sua maioria – todos os rebanhos e animais de tiro haviam morrido ..." (VII, 27). O abastecimento não vinha mais da Eubéia e, sobretudo, obrigados a empreender duas guerras, uma na Ática, outra na Sicília, os atenienses já não tinham recursos.

O anúncio do desastre da Sicília, depois do sentimento de prostração do primeiro instante, provocou, entretanto, uma reação: era preciso tentar, a todo custo, forçar uma decisão no mar, destinar todos os recursos da cidade à construção de uma frota. Quando se soube da defeção de Quílos, decidiu-se lançar mão da reserva de mil talentos, que se encontravam no tesouro da Deusa. Com efeito, também os espartanos tinham decidido levar a guerra ao Egeu e, ajudados por subsídios fornecidos pelo estrategista persa Tissafernes, esforçavam-se por aliciar os aliados de Atenas. Apenas Samos, onde o povo tomara o poder, continuava fiel a Atenas e servia de base a seu exército e sua frota.

### A Primeira Revolução Oligárquica

Não é de admirar que, diante de uma situação tão dramática, os adversários da democracia, em Atenas, tenham pensado em aproveitar a ocasião para destruir o regime e instaurar a oligarquia. Já vimos que, em Atenas, havia uma opinião contrária à guerra. Ora, na medida em que a guerra era a conseqüência da hegemonia que Atenas pretendia exercer sobre o mundo grego, e que esta hegemonia era desejada pelo povo e necessária ao bom funcionamento da democracia, é de se conceber que alguns, cansados da guerra, tenham projetado uma modificação constitucional que tiraria a soberania do povo e anularia a influência dos oradores.

Aqueles podiam ser facilmente persuadidos por um pequeno grupo de resolutos adversários da democracia, cuja atividade e influência não fizera senão crescer, desde o começo da guerra. Vimos como este partido se constituía em torno de Tucídides de Alopece. O ostracismo deste, por um momento, enfraquecera a oposição, a qual, no entanto, não tardaria a recobrar as forças, nos anos que precederam o desencadeamento da guerra. Os processos tentados contra os

amigos de Péricles são prova disso. Por volta de 431 a.C., fora publicado um panfleto, cujo autor ignoramos, e que descrevia a Constituição de Atenas como um regime favorável aos maus e a seus interesses, liberal com relação aos escravos, mas particularmente temível para aqueles que o autor chamava de *kaloí-kagathoi*, os "belos e bons", os homens de bem, diríamos. Esses adversários do próprio princípio da democracia, que se recusavam a aceitar a soberania do povo, encontravam-se no seio de pequenos grupos, que faziam lembrar as "heterias" aristocráticas. Ali foi elaborada toda uma propaganda que exigiria a volta à *patrios politéia* – a Constituição dos Ancestrais – e recordava os grandes nomes de Drácon e de Sólon, aos quais se atribuía a redação de pseudoconstituições – as quais Aristóteles, no século seguinte, considerará como sendo documentos autênticos. Os oligarcas esperavam apenas a ocasião propícia para derrubar o regime e entabular negociações com Esparta. Mas era preciso que agissem com prudência, porque o apego à democracia firmara sólidas raízes na massa do povo ateniense. Por conseguinte, era-lhes mister tentar conquistar, para sua causa, aqueles a quem os sucessivos fracassos de Atenas exasperavam e, em particular, o conjunto de pequenos e médios proprietários arruinados pela guerra.

Paradoxalmente, a ocasião de agir ser-lhes-ia fornecida por Alcibiades. Como vimos, este, intimado a ir a Atenas, a fim de se apresentar diante do tribunal, por causa do caso dos Hermes, fugira, a princípio para Túrios, de onde pudera depois chegar ao Peloponeso. Na ocasião, Atenas estava teoricamente em paz com Esparta, e Alcibiades podia ter o sentimento de não cometer traição indo ali se refugiar. Parece, no entanto, que foi ele que incitou Ágis, de quem era hóspede, à expedição que devia resultar na tomada de Decélia. Entrementes, Alcibiades tornara-se amante da mulher de Ágis. Foi então obrigado a deixar Esparta e acabou indo parar na satrapia de Tissafernes. Aquele que, em Esparta, vivera como um espartano, "banhando-se na água fria, comendo pão de cevada e caldo negro", a partir de então, partilhou da vida faustosa do sátrapa. Plutarco, a quem devemos esses detalhes, acrescenta: "Sua brandura e extrema habilidade causavam admiração ao bárbaro". Alcibiades, que, acima de tudo, desejava tornar a entrar em Atenas e ali desempenhar o eminente papel para o qual se julgava predestinado, começou, então, um jogo difícil, que consistia em afastar Tissafernes da aliança espartana sem, no entanto, reaproximá-lo de uma Atenas dominada pelos democratas exaltados – e, por outro lado, deixara transparecer aos atenienses a possibilidade de uma ajuda do sátrapa, mas sob a condição de que estabelecessem um governo oligárquico. Era-lhe relativamente fácil entrar em contato com os atenienses aquartelados em Samos e, por meio destes, fazer-se ouvir em Atenas, até por aqueles que estavam dispostos a derrubar o regime. Em fim, a maior parte dos estrategistas pôs-se de acordo em levar em consideração as propostas de Alcibiades. Um deles, Pisandro, foi a Atenas e conseguiu convencer o povo de que era preciso chamar Alcibiades de novo e, para isso, era mister aceitar as modificações, ainda que provisórias, do regime. De imediato, decidiu-se enviar uma delegação de dez comissários, chefiada por Pisandro, a fim de entabular

negociações com Tissafernes. Mas este, talvez a conselho de Alcibiades – que pretendia reservar somente para si o mérito do caso –, endureceu suas exigências e fez com que as negociações fracassassem – o que provocou a reaproximação do sátrapa com os lacedemônios. Então, Pisandro e os delegados que o acompanhavam entraram de novo em Samos, decididos a agir por sua própria conta, com o apoio das heterias atenienses. Seu plano era duplo: derrubar os regimes democráticos em Samos e nas cidades aliadas; depois, estabelecer a oligarquia em Atenas. Mas, em Atenas, os oligarcas das heterias já tinham dado a palavra de ordem para a ação. Tinham feito assassinar o homem que, então, lhes parecia o orador mais influente, um certo Ándrocles, bem como alguns dos democratas em maior evidência. Começavam a fazer reinar, em Atenas, um verdadeiro clima de terror que Tucídides, embora hostil aos democratas exaltados, bem reproduziu: “O povo ainda se reunia, bem como a *Boulè*. Mas não tomava nenhuma decisão sem o assentimento dos conjurados. E, além disso, os oradores pertenciam à conjuração, e seus discursos tinham sido previamente examinados. Tão grande era o temor que inspirava o número de conjurados que ninguém ousava contradizê-los. Se alguém lhes fazia oposição, imediatamente se encontrava algum meio de fazê-lo perecer. Os assassinos não eram nem procurados nem processados na justiça, ainda que sobre os mesmos pesasse suspeita. O povo estava paralisado. Seu pavor era tamanho que, mesmo guardando silêncio, considerava-se bem feliz por não sofrer qualquer violência. Como se imaginava que o número de conjurados fosse maior do que na verdade era, havia desalento em todos os corações” (VIII, 66).

É neste clima que chegaram Pisandro e os membros da delegação. As coisas, então, desenvolveram-se muito rapidamente. Convocou-se uma Assembléia em Colone, fora da cidade, para que a pressão da população urbana não pudesse se fazer sentir. Submeteu-se a essa Assembléia um projeto que estabelecia, de fato, uma nova constituição. Os *misthoi* eram abolidos, as condições de acesso às magistraturas modificadas, uma *Boulè* de 400 membros, designados por cooptação, substituiria a dos Quinhentos – cujos membros eram escolhidos por sorteio. Por fim, posteriormente, os Quatrocentos redigiriam o catálogo dos cinco mil cidadãos aos quais seria reservada a plenitude dos direitos políticos. A proposta foi apresentada por Pisandro, mas a se dar crédito a Tucídides, ela havia sido preparada pelo orador Antifonte, que parece ter sido o teórico do movimento. O projeto de decreto foi adotado. Restava dissolver os Quinhentos. A empresa desenrolou-se sem dificuldades, tendo sido cuidadosamente preparada pelos conjurados. E os membros da *Boulè*, a quem se deu a indenização a que tinha direito, até o final de suas funções (faltavam ainda quatro meses), dispersaram-se sem protestar.

Evidentemente, pode-se ficar surpreso diante de tamanha passividade dos atenienses. O próprio Ágis, que continuava a acampar na Decélia, esperava que se produzissem distúrbios na cidade, que talvez lhe permitissem ali entrar sem

dificuldade. Nada aconteceu. Isso pode ser explicado por várias razões: a conspiração fora bem preparada, e tomaram-se medidas para fazer frente a qualquer veleidade de resistência. A presença bem próxima do inimigo obrigava os atenienses, em idade de portar armas, a se manterem em guarda nas muralhas. Finalmente, impende não esquecer que uma parte do exército e a frota estavam em Samos, com os elementos mais ligados à democracia. Muito cedo ficaria provado que esta foi a principal razão da passividade dos atenienses diante das manobras dos oligarcas. Com efeito, decidira-se enviar, a Samos, dez comissários encarregados de prevenir o exército dos acontecimentos que acabavam de ocorrer em Atenas. “Temia-se”, escreve Tucídides, “que a massa de marinheiros não quisesse aceitar a oligarquia e que daí partisse um movimento que varresse os conjurados” (VIII, 72). De fato, em Samos, a situação estava nas mãos dos democratas. Estes, levados principalmente pelos estrategos Leonte e Diomedonte, pelo trierarca Trasibulo e por um simples soldado, Trasilo, tinham feito abortar uma tentativa dos oligarcas sâmios, no sentido de derrocar a democracia em Samos. Para se inteirarem da situação, enviaram a Atenas o navio oficial, “A Paraliana”, cujos marinheiros eram cidadãos atenienses. Ao chegarem em Atenas, foram detidos, alguns presos, os outros embarcados em outros navios. Um deles, um certo Quéreas, conseguiu fugir e voltou a Samos, onde fez uma descrição dramática da situação que reinava na cidade. Tucídides, que no livro VIII (que não chegou a terminar) por vezes se contradiz, sustenta que Quéreas mentia. Ele próprio, pouco antes, dissera que os Quatrocentos faziam reinar o terror em Atenas, prendendo e deportando aqueles que se lhes opunham. A narração de Quéreas, em todo caso, provocou uma reação imediata no exército aquartelado em Samos:

“Os soldados reuniram-se em Assembléia. Tiraram do comando os antigos estrategos e todos os trierarcas, suspeitos de professarem opiniões oligárquicas. Elegeram outros trierarcas e outros estrategos, entre os quais Trasibulo e Trasilo. Faziam uso da palavra para se exortarem mutuamente. Não era preciso, diziam, perder o ânimo sob o pretexto de que a cidade havia rompido com eles. Era a minoria que se desligara da maioria, sendo que esta estava muito melhor provida de todo o necessário. Uma vez que tinham à sua disposição toda a frota, obrigariam as cidades, sob sua dependência, a lhes pagar tributo, como se partissem de Atenas. Tinham em Samos uma cidade importante que, por ocasião da guerra, estivera a dois passos de arrebatá-la, aos atenienses, o império do mar. Ela lhes serviria de base, como outrora, para repelir os ataques do inimigo. A frota lhes permitira obter, mais facilmente que as pessoas da cidade, tudo aquilo de que necessitavam... No futuro, se a cidade se recusasse a lhes conceder direitos políticos, teriam mais condição de lhe vedar o acesso ao mar, que ela de lhes privar da cidadania” (VIII, 76).

A revolta dos soldados e dos marinheiros atenienses acantonados em Samos, e sua recusa em aceitar o regime oligárquico, é uma das grandes páginas da história de Atenas. Testemunho do profundo apego do povo ao regime, bem como de sua

consciência política. Contudo, seria a sublevação tão “revolucionária” quanto possa parecer a princípio? De fato, cumpre não esquecer que o exército não se distinguia da cidade. Mobilizado, o ateniense continuava um cidadão que podia, a qualquer momento, pedir contas aos chefes que elegera. As Assembléias de soldados são freqüentes, no exército ateniense, e o (ou os) estrategos e magistrados eleitos dirigem-se aos soldados como se se dirigissem a seus concidadãos, reunidos na Pnix. Esses podem, pois, sem violar a lei, destituir um estrategos e eleger outro. No entanto, se bem que o princípio em si não fosse contrário às leis da cidade, as condições nas quais se produziu a destituição dos estrategos e dos trierarques dão-lhe, não obstante, um caráter revolucionário. Isto porque as novas eleições não se realizaram nas condições exigidas. Por outro lado, destituíram-se trierarques. Ora, a trierarquia constituía uma liturgia, um encargo que a cidade atribuía a um homem rico que devia, com sua fortuna pessoal, equipar uma trirreme, da qual recebia o comando em caso de operação. A destituição de um trierarca e sua substituição por alguém que não havia absolutamente participado da equipagem do navio era, em si, ilegal. Finalmente, a escolha dos homens indica que se queria manifestar, com isso, uma opção política: Trasilo, um simples hoplita, foi elevado ao grau de estrategos.

Não obstante, os soldados que acabavam de testemunhar seu apego ao regime democrático eram exatamente esse mesmo povo volúvel e sensível aos argumentos dos oradores, que Aristófanes denunciava. Ora, um dos chefes da revolta, Trasibulo, estava pessoalmente ligado a Alcibiades. Reuniu os soldados em assembléia e propôs-lhe que se votasse o perdão de Alcibiades. Conseguiu convencê-los e foi ele próprio procurar seu amigo, na corte de Tisafernes. De volta a Samos, convocaram uma Assembléia dos soldados. “Naquela oportunidade, Alcibiades queixou-se de seu exílio, deplorando-lhe o rigor, falou, por muito tempo, dos negócios públicos e pintou, aos olhos dos assistentes, vastas esperanças para o futuro... Com base nessas belas promessas, seguidas de muitas outras, os soldados elegeram Alcibiades para estrategos, junto com os que já tinham o comando, e devolveram-lhe a condução dos negócios” (VIII, 81-82).

Alcibiades prometera, entre outras coisas, o apoio militar e financeiro de Tisafernes. Achava que, para retomar a ofensiva, era preciso aproveitar-se das divisões que então reinavam entre os peloponésios e seus aliados. Isso pressupunha, evidentemente, que se arrostando a vontade de uma parte dos soldados que desejava, primeiramente, tomar a direção de Atenas para expulsar os oligarcas. Alcibiades soube realizar hábeis manobras, e o êxito coroou suas empresas, uma vez que os atenienses venceram a esquadra peloponésia, em Abido. Era a primeira vitória ateniense depois do reinício das hostilidades, e teve uma enorme repercussão.

Em Atenas, todavia, a presença de Alcibiades, em Samos, havia semeado a inquietude nas hostes dos oligarcas. Os mais moderados, como Terámenes,

inquietavam-se com os tratos realizados com Ágis, bem como com a morosidade com que se organizara o catálogo dos Cinco Mil. É possível também que Terámenes, sentindo escapar-lhe o poder, procurasse se justificar aos olhos do povo. Seja como for, a agitação não tardaria a se desenvolver entre os hoplitas, que guarneciam os fortes e, especialmente, o Pireu. Causava-lhes inquietação os tratos feitos com Esparta pelos oligarcas. Com efeito, a situação externa era séria: uma esquadra peloponésia avançava para Salamina e ameaçava cortar as ligações de Atenas com a Eubéia. Às pressas, equipou-se uma esquadra, com marinheiros improvisados, para fazer face à frota peloponésia. Foi um desastre. E esse desastre precipitou a queda dos oligarcas. “Pela primeira vez, depois do golpe de Estado, convocou-se uma assembléia na Pnix, lugar onde outrora se realizavam as sessões. Ali, os atenienses puseram fim ao poder dos Quatrocentos e decidiram devolver o governo aos Cinco Mil – dos quais fariam parte todos os que se equipavam às próprias expensas. Nenhuma função pública seria remunerada sem ameaça de maldição para os transgressores. Em seguida, realizaram-se freqüentes Assembléias, nas quais se votou a criação dos nomótetas e outras medidas administrativas. Nunca, pelo menos em meu tempo, os atenienses pareceram mais bem-governados que no início desse regime. Havia uma sábia combinação de oligarquia e democracia. Foi isso que contribuiu para reerguer a cidade, fazendo-a sair de uma situação lamentável. Votou-se, igualmente, o regresso de Alcibiades e de seus partidários” (VIII, 97).

A narrativa de Tucídides interrompe-se, pouco depois, e não se sabe exatamente quando foi restabelecida a democracia tradicional. Com efeito, parece que o regime dos Cinco Mil durou apenas alguns meses, e o retorno às práticas democráticas operou-se insensivelmente. Quando Xenofonte, em *As Helênicas*, retoma a narração de Tucídides, a democracia ateniense aparece plenamente restaurada. A melhor prova disso é a presença em Atenas, em 410 a.C., de um dos chefes da revolta de Samos, Trasilo, no momento em que Ágis tenta, mais uma vez, ameaçar a cidade, a partir da Decélia.

### *O Retorno de Alcibiades. As Arginusas*

Entrementes, Alcibiades prosseguia sua campanha visando ao restabelecimento das posições de Atenas no Helesponto. De fato, queria, a todo custo, regressar a Atenas coberto de glória. Seus partidários, colocando em relevo as vitórias em que ele acabava de se ilustrar, conseguiram fazer com que fosse eleito estrategos, junto com seu amigo Trasibulo, no ano de 407 a.C. A partir de então, a via do retorno estava aberta. Ele desembarcou no Pireu na primavera de 407 a.C. Seus amigos encarregaram-se de preparar a opinião pública a seu favor. Xenofonte relata que as pessoas acorreram em massa, da cidade e do Pireu, para vê-lo. Plutarco deixou uma descrição desse regresso: “À chegada, não desceu da trirreme antes de ter visto, do porto em que se encontrava, seu primo Euríptoleme e um

número bastante grande de outros amigos e familiares, que lhe faziam festa e o convidavam a desembarcar. Quando em terra, os atenienses que se encontravam no percurso do cortejo pareciam não ver os outros generais; com Alcibiades, ao contrário, corriam em sua direção a aclamá-lo, abraçavam-no, escoltavam-no, jogavam-lhe coroas. Os que não podiam dele se aproximar olhavam-no de longe, e os mais velhos mostravam-no aos jovens” (*Vida de Alcibiades*, 32).

Alcibiades, no entanto, soube evitar que essa acolhida lhe subisse à cabeça. Diante da Assembléia, esforçou-se por justificar as acusações lançadas contra si, oito anos antes. Também se empenhou em testemunhar sua piedade, com relação às duas deusas, garantindo a segurança da tradicional procissão a Elêusis que, desde a ocupação de Decélia pelos espartanos, realizava-se por mar, uma vez que, por terra, não era seguro. Por conseguinte, não é de admirar que lhe tenham sido conferidos plenos poderes para prosseguir a guerra contra os inimigos de Atenas. Plutarco sustenta que, agindo desse modo, alguns imaginavam sobretudo afastá-lo de Atenas, onde sua popularidade ameaçava tornar-se perigosa para as próprias instituições.

Seja como for, quatro meses após seu regresso, tornou a partir com uma esquadra de 100 navios. De fato, era preciso agir depressa, pois a frota espartana tornava-se ameaçadora. Era, na ocasião, comandada por Lisandro, político hábil que soubera granjear as boas graças do rei e de seus sátrapas, e daí tirar os subsídios necessários à manutenção de suas tropas. Lisandro concentrou suas forças perto de Nócio. Travou-se uma batalha naval entre a frota espartana e parte da ateniense. Foi um desastre para esta última, e Alcibiades chegou demasiado tarde para virar a situação. Em Atenas, a notícia do desastre provocou, imediatamente, a destituição dos estrategos, em exercício, e a eleição de seus substitutos. Por esse fato, pode-se medir o desarrazoamento que tomara conta da cidade e que devia se traduzir, no ano seguinte, pela adoção de resoluções extremas. Alcibiades, por seu turno, preferiu não voltar a Atenas, e refugiou-se numa propriedade fortificada que possuía em Quersoneso. Ali deveria findar seus dias, alguns anos mais tarde, sem ter revisto sua pátria. Personagem estranho e encantador, admirado e igualmente detestado por seus contemporâneos e que permanece como uma das figuras mais marcantes da história de Atenas.

Nesse ínterim, a frota espartana, comandada por Calicrátidas, que sucedera a Lisandro, viera assediá-los Lesbos, onde se encontrava parte da esquadra ateniense, comandada pelo Estratego Cónon. Em Atenas, decidiu-se, então, pelo envio de uma frota de socorro para romper o bloqueio a Cónon. Xenofonte nos diz que, para organizar essa frota, mobilizaram-se todos os homens em idade de servir, inclusive os escravos – aos quais se prometeu a liberdade –, e solicitou-se, aos aliados, todo o auxílio possível. No total, 150 navios vieram cruzar diante de Mitilene, ao largo das ilhas Arginusas. A batalha foi dura, mas, ao final, os peloponésios puseram-se em retirada, deixando os atenienses vitoriosos. Vinte e

cinco navios tinham soçobrado, mas quando se quis socorrer a tripulação, surgiu uma tempestade que frustrou toda a ação. Os estrategos deram ordem à esquadra para voltar a Mitilene, onde Cónon ainda se encontrava. A vitória nas ilhas Arginusas não fora, pois, decisiva e havia custado muito caro à cidade. Mais uma vez, os estrategos foram objeto de acusação, quando retornaram a Atenas, para prestar contas de sua missão. Não era a primeira vez que tal fato se produzia. No entanto, jamais as coisas se desenrolaram tão rapidamente nem terminaram com uma sentença tão radical: seis dos oito estrategos, que comandavam nas ilhas Arginusas, foram condenados à morte. Entre eles, encontrava-se o filho que Péricles tivera com Aspásia e que, por um decreto especial, fizera admitir no corpo dos cidadãos, embora nascido de mãe estrangeira. Xenofonte, cuja narrativa não tem a riqueza nem a consistência da de Tucídides, deixou, a respeito, um relato de surpreendente veracidade. Tem-se a impressão de assistir a essa sessão da Assembléia, onde os partidários e os adversários dos estrategos defrontavam-se sobre a moção, redigida pela *Boulè*, por proposta de um certo Calixeno. Os termos da moção eram os seguintes: “Considerando que os acusadores dos estrategos, bem como a defesa dos mesmos, foram ouvidos na última Assembléia, decide-se que será realizado um escrutínio, sob a forma de sim ou não, entre todos os atenienses divididos em tribos. Em cada uma, colocar-se-ão duas urnas, e em cada tribo o arauto anunciará que os que julgam os estrategos culpados de não terem recolhido os vencedores do combate naval devem depositar seu voto na primeira; os que sustentam opinião contrária, na segunda. Se forem declarados culpados, a pena será a morte, serão entregues aos Onze, terão seus bens confiscados e a Deusa perceberá a dízima”. O processo era ilegal porque não se podia julgar em bloco os seis acusados; cada um deles devia poder apresentar sua defesa. “Alguns (Euriptólemo, filho de Peisianax e outros) solicitaram que se fizesse a acusação de Calixeno, por haver redigido uma moção ilegal. Entre o povo, alguns os apoiavam, mas a turba pôs-se a gritar que, impedir o povo de fazer o que queria, era algo abominável. Então, quando Lísisco propôs também colocar em julgamento aqueles homens, se não abandonassem a acusação, a multidão mais uma vez o apoiou tumultuosamente, e eles foram obrigados a ceder. Alguns prítanes, no entanto, recusaram-se a por em votação esse processo de escrutínio, por sim ou não, que era ilegal. Calixeno subiu outra vez à tribuna e reafirmou contra eles a mesma acusação, e o povo se pôs a gritar que era preciso fazer justiça aos que se lhe opunham. Os prítanes, atemorizados, aceitaram colocar a proposta em votação, por unanimidade, exceto Sócrates, filho de Sofronisco, que se recusou a fazer o que não estivesse de conformidade com a lei” (*Helênicas*, I, 7, 9-11). Xenofonte não podia deixar de sublinhar a coragem de seu mestre diante de uma Assembléia infrene. Os estrategos foram condenados à morte e executados. Mas esse caso permaneceria, por muito tempo, nos espíritos e serviria de argumentos àqueles (cada vez mais numerosos) que condenavam o regime.

### O Fim da Guerra

Enquanto isso, a guerra continuava no Egeu e, para custeá-la, Atenas era

obrigada a recorrer a medidas extremas. Assim, para poder lançar-se à construção de novos navios e pagar o soldo dos remadores, decidiu-se mandar fundir as vitórias de ouro que se achavam no tesouro da Deusa. Além disso, por iniciativa de Cleofonte, um orador acatado pelo povo, distribuiu-se aos indigentes um abono diário de dois óbolos. Estacionada em Samos, a esquadra ateniense continuava a fazer incursões na Ásia, sem grandes resultados, e a situação era muito precária, pois Lisandro, novamente à testa da frota espartana, dispunha da ajuda material do rei e de seu filho. O encontro decisivo finalmente ocorreu em Egos Potamos, no Helesponto, do outro lado de Lâmpsaco. A esquadra ateniense foi totalmente destruída, com exceção de alguns navios que conseguiram escapar. Todos os estrategos, salvo Cõnon, foram aprisionados.

Em Atenas, quando chegou a galera paraliana anunciando a notícia do desastre, foi a balbúrdia: "Um gemido oriundo do Pireu espalhou-se pelos Longos Muros da cidade, cada um notificando a seu vizinho. Além disso, naquela noite ninguém dormiu, porque as pessoas não choravam somente pela sorte dos desaparecidos, mas, antes, por seu próprio destino. Teriam que se submeter, pensavam, ao tratamento que haviam infligido aos habitantes de Melo – colônia lacedemônia subjugada após um cerco –, bem como aos habitantes de Istiêia, Esquione, Torone, Egina e a muitos outros gregos. No dia seguinte, reuniu-se a Assembléia e decidiu-se fechar os portos com um dique, exceto um, e pôr as muralhas em ordem e nelas instalar sentinelas, e fazer na cidade todos os preparativos necessários para o caso de bloqueio" (*Helênicas*, II, 2, 3).

Com efeito, após ter livrado as cidades do Helesponto das tropas atenienses, Lisandro partiu para Atenas, enquanto que, simultaneamente, um exército peloponésio, sob o comando de Pausânias, o outro Rei de Esparta, vinha reforçar a guarnição de Ágis, na Decélia. "Situados por terra e por mar, os atenienses não sabiam o que fazer, pois não tinham nem navios, nem aliados, nem trigo. Pensavam que não podiam escapar ao tratamento que haviam infligido às populações das pequenas cidades, não à guisa de punição, mas por descomediamento – e isso pela única razão de que aquela gente era aliada de outrem. Essas razões fizeram com que decidissem devolver os direitos cívicos àqueles que tinham sido privados dos mesmos (depois do fracasso da revolução oligárquica de 411 a.C.), e os armaram de coragem – e, a despeito do número dos que morriam de fome, não se falava em capitulação. Todavia, chegado o momento em que já não havia mais trigo, enviaram delegados a Ágis: aceitavam ser aliados dos lacedemônios, conservando os Longos Muros e o Pireu, e solicitavam negociar sobre essas bases. Ágis disse-lhes para ir à Lacedemônia, pois ele próprio não tinha plenos poderes" (II, 2, 10-12).

Os lacedemônios exigiram a destruição dos Longos Muros. Ora, em Atenas não se queria nem ouvir falar de uma tal disposição – que teria colocado a cidade à mercê de seus inimigos. Terâmenes ofereceu-se, então, para ir negociar com Lisandro.

dro. Na verdade, porém – a se dar crédito a Xenofonte – propositalmente fez com que as negociações se arrastassem no tempo, a fim de reduzir os atenienses, já sem recursos, às condições de Esparta. Depois, à frente de uma delegação, com plenos poderes, apresentou-se aos éforos espartanos:

"Quando chegaram a Esparta, convocou-se uma Assembléia, na qual a oposição mais violenta partiu dos coríntios e dos tebanos, secundados por muitos outros gregos. Não se devia, diziam, negociar com os atenienses, mas aniquilá-los. Os lacedemônios, no entanto, recusaram-se a reduzir à escravidão uma cidade grega que havia realizado feitos grandes e belos, em meio aos extremos perigos que, outrora, tinham ameaçado a Grécia. Decidiu-se fazer a paz nas seguintes condições: destruição dos Longos Muros e dos do Pireu; entrega de todos os navios, exceto doze; volta dos exilados; os atenienses teriam os mesmos amigos e inimigos que os lacedemônios e os seguiriam em terra e no mar, onde quer que eles os conduzissem.

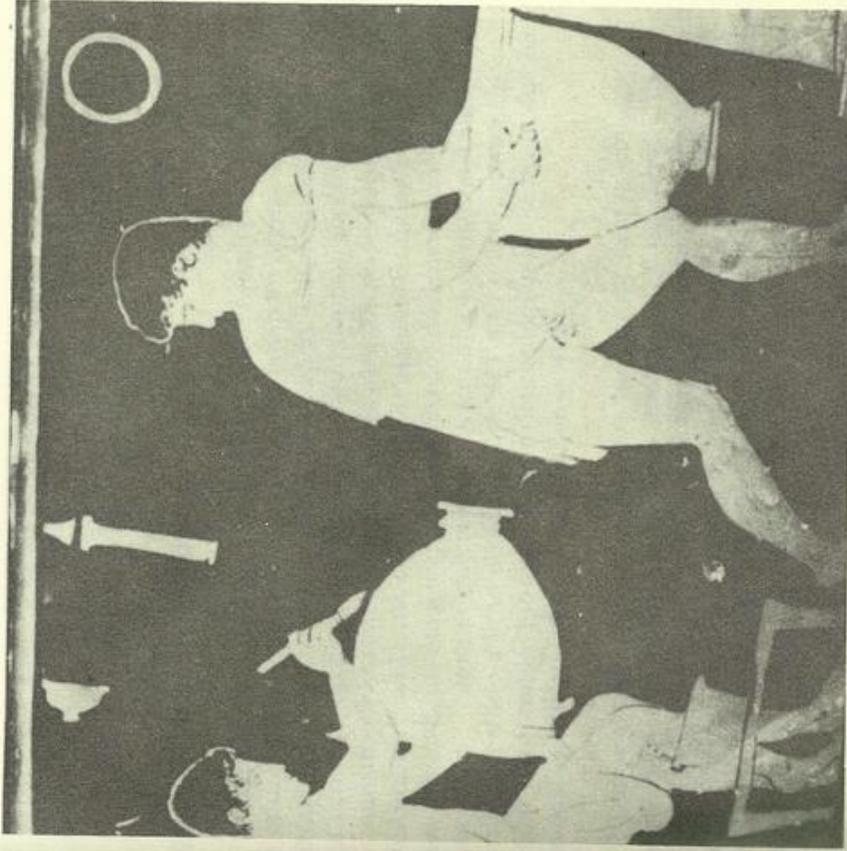
Terâmenes e os delegados que o acompanhavam trouxeram essas condições a Atenas. Quando entraram na cidade, foram cercados por uma grande multidão de pessoas que temiam que tivessem voltado sem nada terem obtido: é que não havia mais tempo a perder por causa do número dos que morriam de fome. No dia seguinte, os delegados expuseram as condições sob as quais os lacedemônios estavam dispostos a fazer a paz. Terâmenes foi o primeiro a falar, dizendo que era preciso obedecer aos lacedemônios e destruir os Longos Muros. Alguns protestaram, mas bem maior foi o número dos que aprovaram, e decidiu-se aceitar essa paz. Então, Lisandro entrou no porto do Pireu com sua frota, os exilados voltaram, e começou-se a demolir as muralhas, ao ritmo dos tocadores de flauta, com grande entusiasmo, todos pensando que esse dia marcava, para a Grécia, o começo da liberdade" (II, 2, 19-23).

É com estes termos que Xenofonte conclui a narrativa da Guerra do Peloponeso. O laconófilo que foi, não esconde aqui seus sentimentos. E pode-se imaginar que outros, que não ele, experimentaram um "covarde desafio", e esperavam aproveitar-se da presença de Lisandro para por fim à abominada democracia.

Deste modo, desmoronava-se o poderio de Atenas, ao termo de uma guerra que durara mais de um quarto de século e da qual a cidade saía arruinada e transtornada.



Buril de ferreiro e sapataria.  
(Ânfora decorada com figuras pretas. *Museum of Fine Arts, Boston.*)



Olaria.  
(Cratera decorada com figuras vermelhas. *Ashmolean Museum, Oxford.*)

## CAPITULO QUARTO

### O PÓS-GUERRA: REVOLUÇÃO E RESTAURAÇÃO

#### *A Segunda Revolução Oligárquica*

As muralhas destruídas, o Império perdido, a esquadra nas mãos do inimigo, e este acampado no território da cidade. Tal era, para Atenas, o balanço de uma guerra que durara mais de um quarto de século. Como estranhar que, uma vez mais, como depois do desastre da Sicília, alguns tenham acreditado que chegara o momento de pôr fim ao regime cujas fraquezas eram responsáveis pela derrota? As condições, no entanto, não eram exatamente as mesmas que em 411 a.C. O inimigo estava presente, pronto a apoiar os adversários da democracia. E, entre estes, os "extremistas" – aqueles que rejeitavam, em bloco, o regime e suas fraquezas, haviam aprendido a lição do fracasso de 411 a.C. e não pretendiam se deixar enredar por fórmulas jurídicas. Isso se depreende do breve relato dos acontecimentos que Aristóteles faz na *Constituição de Atenas*.

"Tendo a paz sido concedida aos atenienses, com a condição de que conservassem a constituição de seus ancestrais, os democratas procuravam conservar a democracia. Aqueles, dentre os notáveis, que faziam parte das heterias e os banidos que voltaram depois da paz, desejavam a oligarquia. Os que não participavam de nenhuma heteria e que, além disso, não pareciam inferiores a qualquer outro cidadão, pretendiam, em vão, a constituição dos ancestrais.

Arquino, Anito, Cleitofonte, Formísio e muitos outros estavam entre esses, e seu principal chefe era Terâmenes. Mas quando Lisandro colocou-se do lado dos partidários da oligarquia, o povo, atemorizado, teve que aceitá-la, votando com as mãos erguidas, e o decreto foi redigido por Dracontides de Afidnas" (A. P., XXXIV, 3). Trinta pessoas foram então designadas para redigir uma nova constituição. Na verdade, limitaram-se a substituir o antigo conselho por um novo, formado de pessoas que lhes eram afetas. Depois, estabeleceram em Atenas um verdadeiro regime de terror. "Quando dominaram mais efetivamente a cidade, não tiveram deferência por nenhum cidadão. Privavam da vida os que se distinguiam por sua fortuna, nascimento ou reputação, a fim de extinguirem os motivos de temor, e movidos pelo desejo de saquear as riquezas. Em pouco

tempo, tinham matado nada menos que 1.500 pessoas” (A. P. XXXV, 4). Um texto escrito, alguns anos depois dos acontecimentos, fornece-nos um testemunho particularmente eloqüente sobre essas prisões e execuções arbitrárias. Trata-se do discurso que o orador meteco Lísias pronunciou contra um certo Erastótenes, responsável pela execução de seu irmão Polemarco: “Teógnis e Pisão declaram no Conselho dos Trinta que, entre os metecos, havia os que eram hostis à constituição. Era, diziam, um excelente pretexto para se conseguir dinheiro sob a aparência de dar um exemplo. A cidade estava sem recursos, e o poder tinha necessidade de fundos. Não tiveram trabalho em convencer os outros vinte que tinham em conta de nada a vida das pessoas e em alta conta o dinheiro, que disso aufeririam. Decidiram prender dez metecos, e, entre eles, dois pobres, a fim de poderem assegurar, ao público, que a medida havia sido ditada, não por cupidiz, mas no interesse do Estado, como todo o resto. Distribuíram, então, as casas entre si e puseram-se a caminho. Quanto a mim, encontraram-me à mesa com hóspedes; expulsaram-nos e me entregaram a Pisão. O resto do bando entra na oficina e faz a lista dos escravos. Digo a Pisão: Queres me salvar por dinheiro? Sim, responde, se a soma for grande. Declarei-me pronto a lhe dar um talento. ‘Está bem’, disse. Eu o conhecia como não tendo fé nem lei. Por conseguinte, em minha situação, pareceu-me indispensável exigir dele um juramento. Jura, sobre a cabeça de seus filhos e sobre a minha, que me salvará a vida por um talento. Entro, então, em meu quarto e abro o cofre. Pisão apercebe-se disso, entra, por sua vez e, ao ver o conteúdo, chama dois de seus ajudantes e ordena-lhes que se apoderem dele. Não era apenas a soma combinada, mas três talentos de prata, quatrocentos cizicenos, cem daricos e quatro taças de prata. Pedi-lhe para, ao menos, deixar-me com que viajar. Deves considerar-te feliz por teres a vida salva. No momento em que saímos, Pisão e eu, demos com Melódio e Mnesiteides, que voltavam da oficina. Eles nos encontram no liminar mesmo da porta e nos perguntam aonde vamos. Pisão respondeu que ia à casa de meu irmão, a fim de lá também fazer uma perquisição. Deixaram que fosse e ordenaram-me que os seguisse até a casa de Damníque” (*Contra Erastótenes*, 6-12). Lá, Lísias, que conhecia a casa, conseguiu fugir e embarcar, à noite, para Mégara. Mas seu irmão não teve a mesma sorte e, detido na rua, foi levado à prisão e condenado a beber cicuta.

Essas execuções sumárias multiplicaram-se e não tardariam a suscitar dissensões, no próprio seio do grupo dos Trinta. Para a compreensão da ruptura que então se opera, é preferível a narrativa de Xenofonte à análise, muito breve, de Aristóteles. Este que, com efeito, não esconde sua simpatia pelo grupo dos moderados – do qual Terámenes era o chefe –, simplesmente esquece de dizer que Terámenes fazia parte dos Trinta e apresenta-o como o homem íntegro que reclama o fim da violência e o estabelecimento de uma nova constituição pela qual os cidadãos, com plenos direitos, seriam em número de três mil e, por isso, vê-se acusado e condenado à morte pelos Trinta. De fato, desde o começo, os Trinta – dos quais faziam parte Terámenes e Crítias, o primo de Platão – quiseram fazer reinar o terror apoiando-se numa guarnição lacedemônia. “Uma vez recebida essa

guarnição, mostraram-se, diante de Calíbio (o harmostrá lacedemônio), como sendo de uma subserviência total, com o fito de conseguir seu assentimento a tudo o que iam fazer. Por outro lado, com os soldados da guarnição (Calíbio destacava para o serviço dos Trinta tantos quantos estes desejassem), mandavam prender não mais os turbulentos e os velhacos, mas, doravante, todos os que, a seu juízo, sentiam mais dificuldade em tolerar o fato de terem sido colocados à margem e que, se quisessem fazer oposição, poderiam reunir o maior número de partidários” (*Helênicas*, II, 3, 14). Podemos nos perguntar, então, as razões da ruptura entre os dois homens. Terámenes, sem dúvida, achava que Crítias ia longe demais, e gostaria que, após a eliminação dos chefes democratas, se retomassem procedimentos mais legais. Temia, talvez, que os oligarcas se achassem cada vez mais isolados. Pelo menos, é o que Xenofonte dá a entender: “Como o número e a injustiça das execuções faziam com que se vissem muitas pessoas reunidas para se perguntarem, com espanto, o que ia ser da Constituição, Terámenes começou novamente a dizer que, se não se colocasse um número suficiente de pessoas para participar dos negócios, o regime oligárquico não poderia se manter” (Id., 17). Seja como for, a oposição de Terámenes estava tornando-se cada vez mais ostensiva, e os outros oligarcas consideraram a possibilidade de se livrarem dele. Foi então que, diante do Conselho, convocado para a circunstância, travou-se um grande debate que colocou os dois homens frente a frente e permitiu, a cada um deles, fazer uma verdadeira profissão de fé política. Xenofonte estava em Atenas, na ocasião, e podemos admitir que nos dá, se não os termos exatos, pelo menos o teor dos dois discursos que foram pronunciados. Crítias acusava Terámenes de trair os de seu partido: “Se desde o começo ele tivesse adotado essa atitude, com certeza teria sido nosso adversário, mas, enfim, não se teria o direito de considerá-lo como um homem mau. De fato, porém, esse homem foi o promotor da política de confiança e de amizade com os lacedemônios, e também da dissolução do regime democrático, sendo o primeiro a nos instigar a punir aqueles que, no começo, eram denunciados a vós. Agora que nos tornamos, vós e nós, inimigos declarados da democracia, o que se passa já não lhe convém, e ele procura um meio de pôr-se a salvo, enquanto nós receberemos o castigo por nossos atos. Destarte, não é somente como adversário, mas também como traidor, no que respeita a vós e a nós, que ele deve ser punido” (II, 3, 28-29). A essa acusação, Terámenes opunha a coerência de suas opções políticas. Era, e sempre fora, inimigo “daqueles que consideram que não pode haver democracia autêntica, a não ser que os escravos participem do poder, bem como aqueles que, por indigência, venderiam sua pátria por uma dracma; e, de outra parte, ... daqueles que acham que não se pode constituir uma boa oligarquia, a não ser que tenham reduzido a cidade à submissão da tirania de poucos”. E Terámenes concluía: “Governar com os que estão em condições de defender o Estado – seja com seu cavalo, seja com o escudo –, eis o que considerava, outrora, a melhor política, e hoje não sustento opinião diferente” (id., 49). Evidentemente, era o programa dos moderados, dos que estavam ligados à *patrios politéia*, e que, em vão, tinham tentado fazer com que o mesmo prevalecesse em 411 a.C., depois da queda dos Quatrocentos. Pode-se

imaginar que, na época, esses gozavam de certa receptividade em Atenas, se bem que a maior parte dos chefes democratas tivessem tomado o caminho do exílio, e que as violências dos Trinta lhes tivessem privado de boa parcela de seus partidários. Sem dúvida, essa é a razão pela qual Crítias, temendo um voto do Conselho favorável a seu adversário, mais uma vez recorreu à violência. Mandou cercar a sala do Conselho por jovens armados de punhais. Depois, decidiu, ele próprio, apagar o nome de Terâmenes da lista dos Três Mil, ou seja, daqueles que, teoricamente, gozavam do benefício da plena cidadania – o que despojava Terâmenes das garantias legais e o colocava à mercê dos Trinta. Depois disso, Crítias declarou-o culpado e o condenou à morte, e os guardas arrancaram-no do altar, junto ao qual se refugiara, para, em seguida, levá-lo à prisão, atravessando a Ágora, enquanto Terâmenes, em vão, tentava sublevar a multidão. Na prisão, Terâmenes foi obrigado a beber cicuta.

A partir de então, tendo-se livrado do homem que gozava da maior receptividade entre os moderados, os Trinta podiam agir a seu bel-prazer. A entrada da cidade foi interdita a todos os que não estavam na lista dos Três Mil, os quais se refugiaram no Pireu ou seguiram para o exílio, para reencontrar, em Tebas ou em Mégara, os chefes democratas que ali já tinham encontrado asilo. Entre esses, figurava Trasíbulo que, já em 411 a.C., fora um dos artífices da revolta dos soldados, em Samos, e da restauração democrática. Desde a tomada do poder pelos oligarcas, refugiara-se em Tebas, onde alguns fiéis companheiros juntaram-se a ele. Foi dali que partiu, pouco depois da morte de Terâmenes, e conseguiu estabelecer-se na Ática, instalando-se na fortaleza de File. Isso aconteceu durante o inverno de 404/03 a.C., e os Trinta não puderam evitar que ele ali permanecesse. A chegada de Trasíbulo à Ática fez com que renascesse a esperança dos democratas. Bem depressa, o número de seus partidários elevou-se para 700 e, depois de uma investida feliz, que lhes permitiu lançar a desordem no exército dos Trinta, conseguiu apoderar-se do Pireu, em seguida à batalha, que se travou perto da fortaleza de Muníquia. A tomada do Pireu tinha sua importância. De fato, era ali que se tinham refugiado todos os que não faziam parte dos Três Mil e que, por isso, estavam dispostos a se juntar a Trasíbulo. Também era no Pireu que viviam os metecos ricos que tinham escapado às proscricções dos Trinta e podiam ajudar materialmente os democratas. Enfim, ali estava o coração do poderio ateniense. Eis a razão pela qual alguns, dentre os habitantes da cidade, começaram a desejar afastar-se dos Trinta e preparar os elementos para uma futura reaproximação com os democratas. Acabaram por convencer os outros e proclamar a destituição dos Trinta e, em seu lugar, a eleição de dez magistrados encarregados de governar a cidade.

Destarte, enquanto se aprofundavam as divisões entre os oligarcas, as pessoas do Pireu se organizavam: “estas, mais numerosas e de todas as condições, fabricavam escudos, uns de madeira, outros de verga de vime, que pintavam de branco. Com menos de dez dias, tinham assegurado a igualdade de imposto

(isotelia) aos que combatiam junto com eles, mesmo que fossem simples estrangeiros, e faziam investidas com grande número de hoplitas e grande infantaria ligeira. Tinham, além disso, cavaleiros em número de aproximadamente setenta” (*Helênicas*, II, II, 4,25).

As pessoas da cidade e os Trinta, que se tinham refugiado em Elêusis, pensaram, então, em apelar para Lisandro. Este estava disposto a responder favoravelmente, mas Pausânias, o Rei de Esparta, à testa de um exército estacionado na Ática, e de uma parte dos aliados peloionésios, adiantou-se a ele e veio acampar perto do Pireu, com o intuito de desalojar Trasíbulo dali. Tendo fracassado, Pausânias compreendeu, então, que haveria interesse, para Esparta, em se colocar entre os Três Mil e os partidários de Trasíbulo. Multiplicando os conciliábulos com uns e outros, induziu-os a enviar representantes a Esparta, e a Assembléia espartana, por sua vez, decidiu mandar para Atenas 15 comissários encarregados de negociar a reconciliação. Xenofonte não se estende sobre as condições dessa negociação – que parece ter sido levada a cabo de modo muito rápido. Ficou acordado que uma anistia completa seria aplicada a todos, mas não aos Trinta, aos Onze (magistrados encarregados de mandar aplicar as penas) e aos dez magistrados estabelecidos pelos Trinta no Pireu, antes que o ponto caísse nas mãos de Trasíbulo. Sem dúvida, eles também tinham encontrado asilo em Elêusis. Xenofonte não precisa se a democracia plena foi restaurada. Mas isso fica subentendido, uma vez que Trasíbulo e as pessoas do Pireu marcharam em armas para a Acrópole, e, em seguida, a *ekklésia* foi convocada pelo estrategos. Trasíbulo pronunciou, então, um discurso do qual Xenofonte nos deixou o essencial, e que tem seu interesse para a compreensão do que iriam ser os primeiros passos da democracia restaurada. Trasíbulo começava por refutar os tradicionais argumentos dos oligarcas, suas pretensões de dominar a cidade, mostrando-lhes que não se tinham revelado superiores à massa dos pobres, nem pelo senso de justiça, nem pela coragem. Voltando-se, então, para seus companheiros, instigava-os a, não obstante, respeitar a anistia. E Xenofonte conclui: “Depois dessas palavras, e de outras do mesmo teor, e da recomendação de ‘evitar toda ação revolucionária’ e de, ao contrário, aplicar as antigas leis, ele despediu a Assembléia” (II, 4, 42).

Com efeito, a democracia restaurada iria se mostrar muito conformista no plano institucional. Com exceção de Trasíbulo, mais soldado que político, os homens que então governam a cidade pertenciam, em sua maioria, àquele grupo de moderados que cercava Terâmenes e que, muito cedo, tinha-se desligado dos Trinta. Entre esses, encontrava-se Arquino, que contribuiu para que se argüísse como ilegal, segundo o processo da *graphé paranomon*, um decreto proposto por Trasíbulo e “que dava o direito de cidadania a todas as pessoas vindas do Pireu com ele – algumas das quais eram bem conhecidas por serem escravas” (A.P., XL, 2). Formísio também era dos que tentaram limitar o exercício dos direitos políticos

somente aos possuidores de um bem de raiz. A medida foi rejeitada, embora, no dizer de Denis de Halicarnasso, atingisse apenas 5.000 pessoas, num corpo cívico de aproximadamente 30.000 cidadãos. Isso não deve causar estranheza. O povo aferrava-se aos privilégios reconquistados e não tinha intenção de partilhá-los com muita gente – daí sua hostilidade ao decreto de Trasíbulo; mas não queria tampouco deles se ver privado – donde a rejeição do decreto de Formísio. O grupo dos moderados continuou ainda a dirigir a vida política da cidade. E se não pôde impedir uma expedição punitiva contra os oligarcas refugiados em Elêusis, pelo menos esforçou-se no sentido de fazer respeitar as cláusulas da anistia. Logrou êxito absoluto? Platão, que tinha todas as razões para ser hostil à democracia restaurada, reconhece, no entanto, o mérito desse grupo. E Aristóteles confirma, com um exemplo preciso, essa fidelidade dos democratas a seus compromissos: o fato de que os atenienses “não somente desfizeram as acusações que pesavam sobre o passado mas também devolveram, em comum, aos lacedemônios, o dinheiro que os Trinta tinham tomado emprestado para a guerra, enquanto o ajuste estipulava que os dois partidos (o da cidade e o do Pireu) pagassem suas dívidas separadamente; isto porque os atenienses achavam que era dessa maneira que se devia começar a praticar a união. Nas outras cidades, quando o partido democrático sai vitorioso, longe de contribuir com seu próprio dinheiro, vai ao ponto de fazer nova partilha das terras” (A.P., XL, 3). Não obstante, houve numerosos processos políticos, nos anos que se seguiram à restauração democrática. Os discursos de Lísias dão testemunho disso. Os antigos rancores suscitados pela política dos Trinta demoraram muito a se extinguir. É surpreendente, todavia, que, até o fim da independência ateniense, os oligarcas não mais tenham tentado modificar o regime, aproveitando-se das dificuldades com que se defrontou a democracia. A oposição – se se puder, no caso, falar de oposição – concentra-se em certos meios “intelectuais”, nas escolas que iam aparecer em Atenas, e onde, procurando definir qual deveria ser a melhor constituição, as pessoas permitiam-se criticar, mais ou menos abertamente, o regime e os homens que o dirigiam. A mais célebre dessas escolas seria a Academia platônica, viveiro de políticos e de pensadores e onde se venerava a lembrança daquele que fora o primeiro a colocar o problema político em termos novos: o filósofo Sócrates.

### Sócrates

O processo e a morte de Sócrates abrem a história do século IV a.C. ateniense, e não se pode fazer abstração desta figura enigmática, que ainda não cessou de levantar questões. Sócrates tinha vivido e “ensinado” em Atenas durante a Guerra do Peloponeso, e sua influência era grande, uma vez que Aristófanes, em *As Nuvens* (433 a.C.), não hesitou em fazer dele o alvo de sua crítica contra os “sofistas”. Parece surpreendente que se considere como sofista, quando conhecemos as palavras que lhe empresta Platão, contra os representantes desse movimento de pensamento. E, no entanto, aos olhos do ateniense médio, esse homem desalinhavado que, sem cessar, discuta com seus amigos, nas ruas, no

comércio, na Ágora; que inquiria os artesãos, conversava com as cortesãs e freqüentava a juventude dourada de Atenas, não era muito diferente desses estrangeiros que vinham a Atenas a fim de, mediante pagamento, ensinar a demonstrar o que fosse. É verdade que Sócrates não cobrava por seus ensinamentos, mas, como os sofistas, recusava-se a admitir, como absolutas, verdades que eram apenas circunstanciais, e convidava seus ouvintes a um contínuo questionamento do saber adquirido. Infelizmente, somente conhecemos Sócrates através de seus discípulos e, intimamente, através dos dois mais fiéis (Platão e Xenofonte), uma vez que ele nada escreveu. Ora, se o Sócrates de Xenofonte e o de Platão têm traços comuns e se é possível, a partir desses traços, elaborar um “retrato falado” do filósofo, este retrato apresenta-se bastante insípido para justificar o fascínio que o homem provocou nos espíritos mais brilhantes. Fica-se, pois, tentado a escolher, e a preferir, o Sócrates de Platão, tão semelhante a seu ilustre discípulo que já não sabemos o que é de um e o que pertence ao outro.

Este Sócrates se nos apresenta como um espírito vigoroso, irônico e persuasivo ao mesmo tempo, preocupado com a felicidade do homem e convencido de que essa felicidade só pode advir da eterna busca da justiça, no homem e na cidade. Evidentemente, tal preocupação só podia ir de encontro a uma realidade cada vez mais estranha a essa imagem de justiça, no homem e entre os homens – idéia que o filósofo procurava recriar. Sabemos que o ateniense Sócrates era um cidadão como os outros, preocupado em cumprir seus deveres cívicos. Hoplita, participara de expedições militares. Membro da *Boulè*, foi na ocasião em que sua tribo exercia a prítania que teve de decidir sobre a sorte dos generais das Arginusas. Entre os 50 prítanes, foi o único a opor-se à proposição de Calíxeno, reclamando a votação da pena de morte. Em 404 a.C., vira, talvez sem muito desagrado, o estabelecimento do regime dos Trinta. Entre estes, contava, no mínimo, com dois fiéis discípulos: Cármitis e Critias. Mas, muito cedo, ante o espetáculo de terror, que os Trinta faziam reinar em Atenas, afastou-se deles. Em particular, recusou-se a participar da prisão de um certo Leon de Salamina, não hesitando em atrair sobre si, em semelhante ocasião, temíveis inimizades. Por conseguinte, podemos nos perguntar por que razão, quatro anos depois da restauração democrática, e quando a cidade queria e se mostrava efetivamente fiel à lei da anistia, Sócrates foi condenado à morte.

Para se compreender o processo que contra ele foi movido, não é supérfluo deter-se um pouco nas pessoas de seus acusadores. Dois deles, Meleto e Licon, eram comparsas. O terceiro, o curtidor Anito, é um personagem importante. Seu pai, Antêmio, era um homem rico que possuía um estabelecimento de curtição. Ele próprio herdara a riqueza do seu pai, o que lhe permitiu ter acesso aos mais altos cargos. Antêmio era da geração de Cléon, mas, ao contrário deste, tinha continuado modesto e não disputara altas funções. Seu filho – que fora um dos ouvintes de Sócrates – ao contrário, tinha ambições políticas. Mas – e a coisa não deixa de ser interessante –, enquanto na geração precedente, esses “industriais”

que, graças a sua fortuna, tinham conseguido ascender aos altos cargos da cidade, eram, de modo geral, democratas firmemente apegados aos princípios da democracia igualitária, ele, Anito, era um "moderado" do grupo de Terâmenes. E, se bem que muito cedo tenha aderido ao partido de Trasíbulo, continuava, igualmente, ligado àquele grupo de homens que, como vimos anteriormente, tinham-se dado pressa em controlar a restauração democrática e em evitar que ela tomasse uma feição excessivamente "revolucionária". A acusação levantada contra Sócrates vinha, pois, desses homens que pretendiam manter a democracia ateniense nos limites tradicionais e conformistas. Não pode, de modo algum, ser considerada como uma desforra de democratas exaltados contra o amigo de Critias e de Cármenes. Nem Platão nem Xenofonte (tanto um como o outro deixaram uma narrativa desse processo) fazem, de resto, intervir razões políticas. Mas, na *A Apologia* de Xenofonte, uma alusão a Anito faz crer numa espécie de vingança pessoal: "Ele creê", teria dito Sócrates, "ter realizado uma grande e maravilhosa façanha fazendo-me morrer, porque ao vê-lo elevado pela cidade às mais altas dignidades, eu lhe teria dito que não deveria educar seu filho na profissão de curtidor" (Xenofonte, *Apologia*, 29). Na realidade, é preciso atribuir maior importância aos motivos da acusação: Sócrates, com efeito, era acusado de não reconhecer os deuses da cidade e de introduzir outros novos. De outra parte, era acrimado de corromper a juventude.

Já vimos, anteriormente, a propósito do processo movido contra Anaxágoras, a importância que podiam ter tais acusações. A religião tradicional fazia parte integral das leis da cidade. Colocar em dúvida a tradição, fosse como fosse, significava solapar a base em que repousava a cidade. O conformismo em questões religiosas era tão forte quanto em questões políticas. Assim como era preciso manter-se fiel aos *archaioi nomoi* e abolir toda inovação, assim também era mister permanecer fiel à religião dos ancestrais, e não agitar questões, próprias a inquietar ou a suscitar a dúvida. Quanto à corrupção da juventude, evidentemente, era também um argumento próprio a levantar contra Sócrates a "burguesia" conformista que tendia a se tornar a classe dirigente de Atenas. Quando Sócrates aconselhava Anito a não educar seu filho na profissão de curtidor, quando convidava seus jovens ouvintes, filhos dos homens mais ricos de Atenas, a se afastarem da política e da aquisição de riquezas para se voltarem para a filosofia, aparecia como um importuno, capaz de perturbar a sociedade e do qual esta devia se livrar.

A condenação de Sócrates à morte não oferece apenas matéria para reflexão. Revela a nova sociedade que iria dominar Atenas, no século IV a.C., e dar-lhe sua peculiar fisionomia.

#### *A Situação no Pós-Guerra*

No entanto, a democracia restaurada encontrava-se diante de problemas particularmente sérios. Para manter efetivamente a paz social, após os violentos

distúrbios que tinham marcado o fim da guerra, era preciso sofrer os mais apressados, assegurar o abastecimento e evitar que uma excessiva miséria criasse uma agitação revolucionária no seio do povo. Efetivamente, com o fim da guerra, camponeses tinham podido recuperar suas terras. E podemos imaginar que, para grande número deles, o alívio de, apesar das dificuldades, novamente se acharem em casa, contribuiu bastante para manter uma relativa calma. A observação de Aristóteles sobre a sabedoria dos democratas atenienses – os quais, mais uma vez como senhores da cidade, não procederam à partilha das terras – é rica em ensinamentos. Tal consideração atesta que o problema não tinha, na época, um caráter agudo, o que confirma a indicação de Denis de Halicarnasso, a que anteriormente se fez alusão: dos 30.000 cidadãos atenienses, somente 5.000 – entre os quais pessoas ricas – não tinham terra. Isso significa o fracionamento da propriedade agrária, a predominância da pequena e média exploração, a ausência de verdadeiros latifúndios, comprovada pelas raras indicações quantificadas que possuímos. Esse fracionamento da propriedade rural explica por que a partilha das terras não fez parte do programa dos democratas – cujos dirigentes eram, além disso, cada vez mais oriundos de meios estranhos à agricultura e à vida rural. Isso, no entanto, significaria dizer que, nos anos seguintes ao fim da Guerra do Peloponeso, Atenas continuou ao abrigo de uma crise agrária que sacudia o resto do mundo grego? É preciso indagar as fontes contemporâneas. A esse respeito, as duas últimas comédias de Aristófanes são particularmente reveladoras. *A Assembléia das Mulheres*, encenada em 392 a.C., imagina que as mulheres de Atenas, cansadas dos repetidos fracassos da política fixada por seus maridos, tomam o poder e, imediatamente, decretam a comunidade dos bens e a comunidade das mulheres. Esse é um problema que estará no cerne do diálogo de Platão, *A República*, cuja publicação é posterior, em alguns anos, à representação de *A Assembléia das Mulheres*. E podemos imaginar que esse era tema de certas discussões filosóficas, das quais Aristófanes não deixa de escarnecer. Mas, se bem que ele fosse ostensivamente avesso às medidas radicais, preconizadas pela reformadora, nem por isso deixa de expressar, através dela, propósitos que revelam o caráter, por vezes, dramático da situação dos camponeses atenienses: "Direi que é preciso que todos disponham de seus bens em comum, que todos deles participem e vivam da mesma propriedade; não convém que um seja rico e o outro miserável; que este cultive uma vasta propriedade, e aquele outro nem tenha onde cair morto; que alguém tenha, a seu serviço, numerosos escravos, e outro não disponha nem de um criado" (v. 590-595), e Praxágoras acrescenta: – "Ninguém fará mais coisa alguma pela pobreza porque tudo pertencerá a todos" (v. 605-606). Quatro anos depois, em sua última comédia, *Pluto*, Aristófanes retoma o problema da miséria campesina. E, no discurso que Cremilo – o herói da peça, que é um camponês empobrecido pela guerra – dirige à Pobreza, é que essa miséria se exprime de modo particularmente chocante: "Tu, que bens poderias obter, senão as queimaduras contraídas nas termas, com as crianças morrendo à míngua e toda uma caterva de velhas? Já nem te falo do número de piolhos, mosquitos e pulgas. Há tantos que, com seus zumbidos em volta de nossas cabeças, importunam-nos,

acordam-nos e nos dizem: 'Hás de ter fome; vamos, levanta-te!', 'Sim senhor!', e além disso tudo, ter andrajos por manto, um catre de juncos por cama, cheio de percevejos que mantêm despertos aqueles que querem dormir; uma esteira fétida como tapete, uma grande pedra, sob a cabeça, à guisa de travesseiro; ao invés de pão, comer brotos de malva, em lugar de bolo, míseras folhas de rábano; ter como escabelo um testro de pote quebrado, como masseira a parte lateral de um barril também quebrado ..." (v. 535 e seg.)

O poeta pintou de cores sombrias o quadro da miséria camponesa. No entanto, também outros textos testificam que os primeiros anos do século IV a.C. foram particularmente difíceis para os camponeses atenienses. Essas dificuldades favoreceram o abandono das terras, a especulação, e mesmo a degradação de alguns, obrigados a se alugarem para viver. Este é o caso de Eutério, interlocutor de Sócrates, em *Os Memoráveis*, de Xenofonte, que, tendo perdido os bens que possuía nas colônias atenienses (depois que a paz privou Atenas dessas possessões), vê-se forçado a fazer trabalhos manuais para se manter e a quem Sócrates aconselha que se alugue, como intendente, nas terras de algum grande proprietário.

Mas, se os camponeses tinham sido duramente afetados pela guerra e pelas invasões do território ateniense, os habitantes da cidade não sofreram menos. E sobretudo para estes, mais que para as pessoas do campo, a perda do Império constituía uma catástrofe. Isto porque, com o Império, desapareciam os soldos e os salários que faziam viver, mais ou menos bem, a um grande número de atenienses. Além disso, a guerra provocara uma franca diminuição das atividades artesanais: os arsenais estavam fechados, os estaleiros navais também, as minas eram exploradas esporadicamente, e a perda de 20.000 escravos artesãos, quando da ocupação da Deceléia, ainda agravava mais a situação. Garantir o pão cotidiano constituía preocupação constante, o que explica, tanto quanto a derrota, o crescente desinteresse pelas assembléias, cujas reuniões, por demais freqüentes e ineficazes, acabavam por cansar. Para lutar contra esse absentismo e, ao mesmo tempo, conseguir alguns recursos para os mais pobres, Agírio instituiu o *misthos ekklesiasticos*, ou seja, o salário para todos os que assistiam às sessões da *Ekklesia* – a princípio, módico, uma vez que era de um óbolo, logo depois aumentado para três óbolos, como o salário dos juízes.

É evidente que tais medidas só podiam ser paliativas e gravavam um tesouro que os recursos tradicionais já não alimentavam. O fato de que a situação em Atenas, nos anos 90 a.C., não tenha sido mais dramática só pode nos causar espanto. É preciso admitir que os mecanismos, ainda elementares, da vida econômica permitiam a subsistência dos atenienses e, ademais, tinham-se tomado medidas muito rigorosas no sentido de assegurar o abastecimento de cereais da cidade – medidas que se pode ter uma idéia através do discurso de Lisias, contra os mercadores de trigo. E, sobretudo, a partir de 395 a.C., a retomada da guerra ia

abrir novas perspectivas aos atenienses. Cónon, um dos estrategos que estavam no comando em Egos Potamos, tinha conseguido fugir, com uma parte da esquadra, e colocara-se a serviço do grande rei dos persas. Este, preocupado com as crescentes ambições de Esparta, favoreceu o retorno de Cónon à sua pátria com uma frota de 50 navios e subsídios que permitiram aos atenienses empreender a reconstrução dos Longos Muros. A partir de então, a guerra recomeçava e eram lícitas todas as esperanças de mudar a situação, enquanto, mais uma vez, parecia possível viver do soldo e dos aliados. Não será de causar espanto encontrar Trasíbulo entre os que, na ocasião, tentaram restabelecer as posições de Atenas nos estreitos, bem como os estrategos Nicófemo e Aristófanes, amigos pessoais de Cónon, e, logo mais, o filho deste, Timóteo, que, na época, tomava aulas com o retórico Isócrates e ambicionava uma grande carreira política. Esses homens, não sem sacrifício, esforçavam-se por manter seus exércitos, fazendo recair impostos sobre os antigos aliados de Atenas, a *eisphora* da qual os atenienses se queixavam, por não ser suficiente para cobrir as necessidades, e, insensivelmente, voltavam às práticas do século V a.C., o que não deixava de inquietar os espartanos e seu rei e, em Atenas, aqueles que temiam o retorno dos males de que sofrera a cidade. Eis a razão de o rei ter sustado o renascimento da expansão ateniense quando, em 386 a.C., convocou os delegados das cidades gregas para, em Sardes, ditar-lhes uma paz da qual, doravante, seria o fiador. Os atenienses que, em 392 a.C., tinham rejeitado as propostas de paz espartanas, porque não podiam renunciar a uma guerra, que lhes ajudava a viver, desta feita foram obrigados a se curvar. Nos anos que se seguiram à paz do rei, na opinião ateniense desenvolveu-se toda uma corrente da qual o "Panegírico", de Isócrates, é a expressão mais acabada: tratava-se de preconizar a volta à hegemonia de Atenas, a única capaz de livrar os gregos da humilhante arbitragem do rei – mas uma hegemonia que renunciaria aos erros do passado seria livremente aceita por todos e se exerceria no respeito à liberdade de cada um.

### A Segunda Confederação Marítima

Dois homens tentariam realizar esse programa: Timóteo, filho de Cónon, e Calístrato de Afidnas. As circunstâncias eram particularmente favoráveis: a aliança entre a liga peloponésia e a confederação beócia rompera-se desde que os espartanos, preocupados com o crescente desentendimento entre eles e os tebanos, tinham deixado que Fébidas, um de seus generais, conquistasse Cadméia, a cidadela de Tebas, para aí reforçar o partido pró-lacônio (381 a.C.). Dois anos depois, em 379 a.C., os tebanos tinham expulsado a guarnição lacedemônia, e uma aliança de fato estabelecera-se entre Atenas e Tebas, enquanto os tebanos se preparavam para levar a guerra ao Peloponeso. Os atenienses aproveitaram-se do enfraquecimento de Esparta para estreitar sua aliança com algumas cidades do Egeu, em particular Metimna, Mitilene e Quios, e também com Bizâncio, posição-chave na rota dos trigos pânticos. No final do ano 378 a.C., uma conferência reuniu em Atenas os delegados das cidades aliadas e celebrou-se uma aliança geral, uma simaquia, da qual conhecemos a carta de fundação pelo texto

do decreto que foi, então, submetido à ratificação da Assembléia. Desde o começo, o texto precisava o objetivo da aliança: obrigar "os lacedemônios a deixar os gregos viverem livre e autonomamente, e usufruírem de seu território de modo pleno". Para atingir tal fim, celebrou-se uma aliança, em pé de igualdade absoluta: "Se qualquer um dos gregos ou dos bárbaros, habitante do continente ou das ilhas, sob a condição de que não pertença ao rei, quiser ser aliado de Atenas e de seus aliados, poderá fazê-lo, continuando livre e autônomo, conservando a *politeia* que lhe aprouver, sem receber tropa, sem ser submetido a um arconte, sem pagar tributo..." O texto determinava, também, que os atenienses não poderiam possuir terras no território das cidades aliadas: "Não haverá nenhuma propriedade, pública ou privada, dos atenienses no território dos aliados". Em caso de litígio, a questão seria levada ao Conselho formado por delegados das cidades aliadas, e quem quer que infringisse estas disposições seria imediatamente denunciado ao tribunal dos aliados. Como se vê, tratava-se de assegurar, aos aliados, garantias contra os excessos, que tinham caracterizado o imperialismo ateniense no século V a.C., e de dar à aliança um caráter mais nitidamente federalista. Inscrições posteriores ao decreto de fundação da segunda confederação ateniense, permitem entrever o funcionamento dessas instituições federais. O conselho dos aliados, o *Synédrión*, reunia-se freqüentemente, e pode-se crer que os projetos elaborados pela *Boulê* lhe fossem submetidos anteriormente à votação pela *Ekklesia*. A fórmula que, amiúde, figura nos decretos: "Os atenienses e os aliados", ou, "os atenienses e a maioria dos aliados", implica que os atenienses não estavam representados no *Synédrión* – mas não se tomava nenhuma decisão comum sem que a mesma fosse também aprovada pelo *Synédrión*. E, efetivamente, pelo menos durante os primeiros anos da confederação, parece que essas regras, de modo geral, foram respeitadas pelos atenienses.

Ademais, estes tinham-se comprometido a não cobrar tributo. No entanto, em caso de guerra, podia-se exigir dos aliados uma contribuição excepcional, *syntaxis*. No século IV a.C., com a guerra devastadora em estado endêmico, as *syntaxis* multiplicar-se-iam, e muito cedo Atenas retomaria as práticas que, o obstante, se obrigara a não mais tolerar.

Poderia ser de outra maneira? Efetivamente, seria preciso que Atenas, sem oprimir os aliados, dispusesse de recursos, no mínimo, iguais aos do século precedente. Ora, a diminuição do comércio esgotara uma das principais fontes da receita da cidade: as taxas impostas sobre as mercadorias que entravam ou saíam do porto do Pireu. Depois da ocupação da Decélia, a exploração das minas decrescera consideravelmente. Enfim, a extinção do tributo privava o tesouro da Deusa de um recurso suplementar, nada desprezível. Ao mesmo tempo, as despesas só tinham feito aumentar. É verdade que Atenas não tinha encargos militares tão pesados como no século V a.C., mas o recurso, cada vez mais freqüente, a soldados mercenários, mesmo para operações de pequena duração, onerava, mais e mais, o orçamento da cidade, ainda que quase sempre o(s) próprio(s) estrateg(o)s assegurasse(m) o pagamento de seus soldados.

### A Reforma de Calístrato. As Minas do Láurio

Um homem, o orador Calístrato, tomou consciência desses problemas e tentou encontrar soluções. Não se sabe muita coisa a seu respeito. Sabe-se apenas que estava ligado a Timóteo, o filho de Cõnon, e a alguns dos estrategos mais em evidência. Ele próprio foi eleito estratego diversas vezes. Mas, ao contrário de Timóteo e de Ifícrates, não era um profissional da guerra. Se era particularmente versado em questões financeiras, ou nelas se interessou por necessidade, não se sabe muito bem. Em todo caso, costuma-se atribuir a ele duas reformas cujo objetivo era o de proporcionar, à cidade, maiores recursos: uma reforma da *eisphora* e uma transformação das condições de exploração das minas do Láurio. Sobre a primeira, carecemos de maiores informações. Parece que Calístrato quisera transformar a *eisphora*, ou seja, o imposto de guerra, em um imposto proporcional à fortuna de cada um. A fim de garantir a arrecadação deste imposto, os contribuintes eram divididos em 100 simórias, cada uma representando uma mesma fração de capital tributável. Em seguida, os 300 cidadãos mais ricos foram distribuídos entre as 100 simórias – com a missão de assegurar a coleta do imposto e com ele fazer um adiantamento à cidade (*proeisphora*). Infelizmente, é quase impossível calcular qual era o montante desse imposto, tal a fragmentação e, muitas vezes, contradição que existe nos dados quantitativos de que dispomos. Um só fato merece ser guardado: as repetidas queixas dos ricos contra o peso desse imposto explicam a razão de eles terem, bem depressa, se desligado do partido imperialista.

A outra reforma de Calístrato, em compensação, é-nos melhor conhecida: ela consistiu em modificar as condições nas quais o Estado concedia aos particulares o direito de explorar as minas de chumbo argentífero do Láurio. A partir de então, para as minas já em atividade, a concessão era de 3 anos, enquanto que para aquelas cuja exploração fora abandonada, há um tempo mais ou menos longo, a concessão era de 10 anos. A concessão era feita mediante o pagamento de uma quantia, que não se sabe se era anual ou se era depositada, de uma vez para sempre, pelo concessionário. A dúvida provém do fato de que as somas que figuram nas inscrições dos *poletes* (vendedores), ou seja, magistrados encarregados de fazer o registro das concessões, são, geralmente, bastante modestas (de 20 a 150 dracmas), com exceção de algumas concessões "pagas" a 2.000, 6.000 ou 9.000 dracmas. Tratava-se de concessões particularmente importantes ou, como foi aventado por alguns autores, significavam uma venda real, com o Estado abdicando de todo o direito de propriedade sobre as minas assim transacionadas? No atual estágio de nossa documentação, é quase impossível dar uma resposta definitiva. O exame dos nomes dos concessionários que figuram nas listas dos *poletes* é instrutivo: grande número deles é conhecido por outras fontes, e parece que se tratavam de homens ricos, geralmente também proprietários de oficinas fora das minas para o tratamento do minério, e, além disso, conhecidos por terem sido trierarcas ou estrategos. Em todo caso, uma coisa é certa: a reforma de

Calístrato iria permitir um inconstestável renascimento da atividade do Láurio, a princípio lento – uma vez que, ainda em 356 a.C., Xenofonte, em *As Receitas*, queixa-se de que as minas não proporcionavam todo o lucro que delas se poderiam esperar; mas, nos anos que se seguem à guerra social, primeira brecha verdadeiramente séria no seio da Segunda Confederação ateniense, foi de vulto o ressurgimento da exploração mineira.

É exatamente a morosidade deste renascimento, bem como as dificuldades provocadas pela cobrança da *eisphora* que explicam o fato de que, para fazer face aos encargos, cada vez maiores, que pesavam sobre os atenienses, estes tenham sido forçados a voltar às práticas condenadas pelos promotores da Segunda Confederação ateniense. A iniciativa coube principalmente aos estrategos, obrigados a recorrer a expedientes para manterem seu exército e levarem a cabo, com êxito, as campanhas que lhes eram confiadas pela cidade.

#### *O Problema Militar: o Desenvolvimento do Mercenarismo*

Efetivamente, as condições da guerra tinham mudado. Não é muito fácil seguir o lento processo que esvaziou o exército ateniense de seu conteúdo cívico. Pode-se, quando muito, constatar seus efeitos nas primeiras décadas do século IV a.C. Com efeito, parece que, cada vez mais, repugna aos cidadãos abandonar suas ocupações para cumprir seu tempo de serviço militar. O fenômeno não é peculiar a Atenas, uma vez que, em toda a parte, os exércitos cívicos tendem a ser substituídos por exércitos de mercenários. E isso é muito natural, pois a miséria, oriunda da Guerra do Peloponeso, atirou, no mercado de trabalho, massas de homens prontos a se alugarem ao que oferecesse mais. Além disso, o recurso aos mercenários permite substituir o pesado exército de hoplitas por corpos de infantaria ligeira mais manobráveis. Assim é que, no curso das campanhas que empreendeu no Peloponeso, de 392 a 390 a.C., o estratego ateniense Ifícrates equipou seus mercenários trácios com um escudo pequeno de vime, uma pelta (daí o nome peltastas), de couraças de tecido de linho mais flexíveis que as couraças de malha de fio de bronze dos hoplitas, e calçou-os com sandálias leves chamadas *ifícrátidas*.

Todavia, vemos, imediatamente, as conseqüências que podiam resultar desse recurso sistemático aos mercenários. Em primeiro lugar, os estrategos, freqüentemente, deviam pagar esses soldados profissionais com seus próprios recursos: assim é que, em 375 a.C., Timóteo, para levar a cabo, com êxito, a campanha que devia resultar na tomada de Corcira, desembolsa 13 talentos. Dois anos mais tarde, ele é obrigado a hipotecar uma parte de seus bens. Ifícrates, cuja fortuna, pelo menos no começo de sua carreira, está longe de se igualar à de Timóteo, é obrigado, nos intervalos das operações, a alugar seus remadores como trabalhadores agrícolas. Compreendemos, desde logo, que tenha sido forte a tentação de pressionar os aliados; de restabelecer as taxas aduaneiras no Bósforo, até mesmo a

partir de 362 a.C., e de restaurar as clerúquias. A guerra dos aliados, que eclode em 357 a.C., e da qual o Império ateniense devia sair consideravelmente diminuído, é, evidentemente, conseqüência dessas exações a que os estrategos, muitas vezes, tinham sido obrigados a recorrer por necessidade.

Mas o recurso aos mercenários apresentava também um outro perigo: comandando o exército profissional, composto de estrangeiros, que lhe eram devotados de corpo e alma, o estratego escapava, cada vez mais, ao controle da cidade. Aí reside, talvez, um dos fatos mais importantes de Atenas, no século IV a.C. Com efeito, os estrategos tinham sido, no século V a.C., os verdadeiros dirigentes da cidade. Foi enquanto estratego – regularmente reeleito cada ano, durante um período de 15 anos –, que Péricles tinha presidido aos destinos de Atenas. No quadro das instituições democráticas de Atenas, isso pressupunha que os estrategos deviam prestar contas de sua gestão. E, de fato, o exemplo mesmo de Péricles e o do mais dramático dos estrategos das Arginusas provam a realidade desse controle. Além disso, no curso mesmo de uma campanha, o estratego podia ser levado a se justificar perante a Assembléia dos soldados. E, é verdade que, em circunstâncias excepcionais, estes podiam destituir um estratego de suas funções – como foi o caso em Samos, no ano de 411 a.C. Mas o estratego que comandava estrangeiros – os quais, ainda por cima, eram por ele pagos – escapava a tal controle. A partir de então, era-lhe possível ter sua própria política com tanto mais facilidade, uma vez que recebia pouco ou nenhum subsídio da cidade. Essa independência dos estrategos era ainda reforçada por uma dúplice série de fatos: de um lado, a maior complexidade da administração da cidade, e particularmente de sua administração financeira, tendia a dar o privilégio da direção da cidade, a homens que não podemos ainda classificar de técnicos, mas que se afirmavam como magistrados exclusivamente civis: Calístrato, entre 378 e 362 a.C., Eubulo, depois de 356 a.C., e Licurgo, depois de 338 a.C., são, a princípio, magistrados financeiros, e se nenhum título particular qualifica a função do primeiro, o segundo consegue transformar, em um cargo financeiro importante, a função de preposto do teórico (ou seja, a alocação destinada a permitir, aos mais pobres, pagar seu direito de ingresso no teatro). Quanto a Licurgo, foi uma função criada especialmente para ele, e que anuncia as magistraturas financeiras dos reinos helênicos, que lhe permitiu empreender as reformas de que trataremos posteriormente. A partir daí, entre as funções civis e militares, operava-se uma divisão que tendia a fazer dos estrategos, primeiramente e sobretudo, chefes militares que não intervinham na política interna da cidade senão por intermédio de oradores aos quais estavam ligados: Calístrato e Timóteo, e, mais tarde, Demóstenes e Cares. O caráter primeiramente militar do estratego favorecia muito um fenômeno que aparece como novo no século IV a.C., a saber, o fascínio pelo chefe aureolado de glória por uma vitória retumbante. Tal fora o caso de Alcibiades, nos últimos anos do século V a.C. Mas Alcibiades era um personagem excepcional, que não se podia julgar sem paixão. É um tanto curioso de se ver, no século IV a.C., esse fascínio manifestar-se por homens de envergadura muito mais modesta,

como Timóteo, Ificrates, Cares e Cábria. Demóstenes, espírito lúcido, ligado à tradição democrática, devia lastimar tal fato, alguns anos mais tarde: assinalava que, outrora, falava-se de modo anônimo dos vencedores de Maratona ou de Salamina e que, "... hoje se repete comumente que Timóteo tomou Corcira, que Ificrates esmagou a *mora* lacedemônia, que Cábria ganhou a batalha naval de Naxos" (*Sobre a organização financeira*, 22).

Contra essa onipotência dos estrategos, sobre os quais repousava, essencialmente, o peso da guerra, os ricos, submetidos à *proeisphora* e à trierarquia, é que tinham tentado se rebelar. Isso não era fácil, pois, para a massa empobrecida, a guerra continuava a ser a única saída, uma vez que assegurava um soldo e despojos aos mais pobres, e uma vez que permitia, também, a manutenção das possessões atenienses no Egeu e o controle dos estreitos por onde chegava o trigo pântico que alimentava uma parte da população da Ática. Entre a massa do povo e os estrategos existia uma cumplicidade de fato que os moderados, entre os quais se contavam principalmente os proprietários, não ousavam romper.

A guerra dos aliados, no entanto, oferecer-lhes-ia a ocasião de agir. Nascida da recusa de algumas grandes cidades (Quios, Rodes, Cós e Bizâncio) em continuar na Aliança ateniense, a guerra vibraria um golpe muito duro no partido imperialista e belicista: com efeito, no outono de 356 a.C., a esquadra ateniense, comandada por Ificrates, Timóteo e Cares, era vencida pela frota dos aliados, em Embata, ao largo de Quios. O processo tentado contra Timóteo e Ificrates, por instigação de Cares, devia revelar o desconcerto do partido imperialista e precipitar a conclusão da paz, que se celebrou no verão de 355 a.C.. Atenas devia reconhecer a independência de seus aliados. Era um golpe muito duro na segunda confederação marítima, ao mesmo tempo em que se provava o fracasso da política imperialista. Não causa surpresa que, a partir de então, durante alguns anos, a direção da cidade tenha passado para as mãos de um grupo de moderados – cuja figura mais notável é a do financeiro Eubulo.

#### *Eubulo. "As Receitas" de Xenofonte*

Não sabemos muita coisa acerca de Eubulo. Sua família e seus antepassados não nos são conhecidos. Seus amigos tinham-no em alta conta, e seus adversários o respeitavam. Eleito "preposto do teórico", daria a este cargo dimensões excepcionais e dirigiria, de fato, a política da cidade. Nada sabemos de suas idéias, exceto seu desejo de manter a paz, mas temos a sorte de possuir certo número de textos que, se não emanam diretamente de seu círculo e não foram por ele inspirados, são testemunhos das preocupações que o animavam.

O primeiro, e o mais importante desses textos, é o pequeno tratado atribuído a Xenofonte e intitulado *As Receitas*. Por vezes, têm surgido dúvidas quanto à justeza de se atribuir, ao mesmo, ao historiador ateniense. No entanto, tudo parece

indicar que a obra é realmente de sua autoria. Xenofonte, exilado de Atenas por haver combatido ao lado dos espartanos, durante a guerra de Corinto, pôde retornar mais ou menos na ocasião em que Eubulo se torna responsável pela política de Atenas. E a tradição queria que o homem político tivesse sido instigador do decreto que permitiu ao escritor recobrar seus direitos. Xenofonte, aliás, em toda sua obra dá mostras de uma curiosidade (excepcional em sua época) pelos problemas econômicos, ao ponto de introduzi-los no gênero que parece o menos apropriado para acolhê-los, a saber, o diálogo socrático, como testemunham *O Econômico* e algumas passagens dos *Memoráveis*. É ele que, na *Ciropedia*, faz uma análise da divisão do trabalho que, após o século XIX, os economistas não deixam de citar – sendo Marx o primeiro deles.

Em *As Receitas* propõe-se a demonstrar que Atenas pode viver de suas rendas e por isso mesmo renunciar à exploração de seus aliados. "Já se disse, escreve no preâmbulo de sua obra, que alguns dos dirigentes de Atenas, mesmo conhecendo a justiça tão bem quanto os outros homens, sustentavam que, dada a pobreza da massa, eram obrigados a cometer injustiça com relação a outros Estados.

Foi isso que me deu a idéia de pesquisar se os atenienses não poderiam subsistir com os recursos de seu país, o que seria a maneira mais justa de resolver a situação, convencido de que, se isso fosse possível, seria um remédio tanto para sua pobreza quanto para a desconfiança dos gregos" (*Receitas*, I, 1). Xenofonte lança-se, então, ao exame desses recursos que, bem utilizados, poderiam permitir aos atenienses renunciar à exploração dos aliados. Em primeiro lugar vinham os recursos naturais (recursos do solo, do mar e do subsolo). Xenofonte não insiste demais sobre os primeiros, uma vez que, em *O Econômico*, desenvolveu amplamente o problema. Quanto aos recursos do mar e do subsolo, limita-se a lembrar sua existência. Em segundo lugar, detém-se nos recursos que Atenas colhe de sua posição geográfica. Atenas é, por excelência, o pólo de irradiação do comércio egeu. É mister que os atenienses tomem todas as medidas capazes de atrair os comerciantes estrangeiros. Estes, quer se estabeleçam em Atenas ou no Pireu, são uma fonte de divisas para a cidade, uma vez que, enquanto metecos, estão sujeitos à *eisphora* e ao serviço militar e, além disso, pagam uma taxa de residência. A fim de atraí-los em maior número, seria preciso conceder-lhes certas honrarias reservadas aos cidadãos, como servir na cavalaria, e abandonar certas disposições humilhantes. Xenofonte não precisa quais as disposições que seria mister suprimir; mas podemos imaginar que ele tinha em mente a obrigação que o meteco tinha de se fazer representar por um patrono, quando se encontrava envolvido em algum litígio. Causa espécie constatar que, na segunda metade do século, essa disposição desaparecerá de fato, senão de direito, e que, perante os tribunais comerciais, metecos e cidadãos serão colocados em pé de igualdade. Xenofonte ia ao ponto de reivindicar, para os metecos, o direito de possuir bens de raiz, na cidade ou no Pireu, não para que ali se dedicassem à agricultura, bem

entendido, mas para que fossem proprietários do solo sobre o qual estavam construídas suas casas, o que teria como efeito ligá-los ainda mais à cidade. Com isso, todos lucrariam: os comerciantes que “em Atenas podem levar, em troca daquilo que trouxeram, a maior parte das mercadorias de que os homens têm necessidade, ou, se não querem aceitar carregamento, podem exportar dinheiro e, deste modo, fazer um excelente negócio; pois, onde quer que o vendam auferirão mais que o capital investido” (III, 1); e os atenienses “... pois o crescimento do número dos residentes e dos estrangeiros em trânsito conduziria, naturalmente, a um aumento correspondente nas importações, exportações, vendas, salários e direitos a cobrar” (id., 3).

Mas, para Xenofonte, tudo isso não era muita coisa em comparação com os recursos que Atenas poderia obter de uma exploração mais sistemática das minas de prata do Láurio. O capítulo IV de *As Receitas* é consagrado à análise do que poderia ser essa exploração sistemática. Primeiramente, Xenofonte pondera que apenas uma pequena parte das jazidas do Láurio estava sendo explorada. Ora, uma exploração sistemática permitiria ampliar, consideravelmente, a zona argentífera e, por isso mesmo, aumentar a quantidade de prata disponível. “Ela (a prata) não é o mesmo que um móvel, que, quando já se tem os suficientes para a casa, não se compra mais; com relação à prata, nunca se tem bastante para não se desejar mais, e se se possui uma grande quantidade, causa tanto prazer enterrar o excedente quanto fazer uso do mesmo.” Xenofonte propõe-se, por conseguinte, a expor “o meio pelo qual a exploração das minas seria mais proveitosa para o Estado”. O leitor incauto espera, então, um projeto de exploração direta das minas pelo Estado. Ora, em lugar disso, Xenofonte expõe um sistema que revela o estado do pensamento econômico de sua época. O Estado ateniense, seguindo o exemplo dos particulares, adquirirá grande número de escravos que alugará, aos concessionários privados, ao preço corrente de um óbolo diário, por homem. Ao possuir 10.000, a receita anual que auferirá de sua locação será de 100 talentos, o que, é claro, supõe que os operários serão utilizados, ininterruptamente, durante todo o ano. Esse projeto, como se vê, não é revolucionário em si. Assim como o proprietário de escravos viveria das rendas auferidas com o trabalho dos mesmos, do mesmo modo o Estado ateniense tornar-se-ia proprietário de escravos e viveria de rendas. Mas, para fazer face a uma objeção que seus adversários não deixarão de lhe fazer, ou seja, que o Estado ateniense corre o risco de não poder alugar todos os seus escravos, Xenofonte concebe, em uma segunda etapa, uma solução que, esta sim, mostra-se muito mais inovadora: que o próprio Estado se torne empreiteiro, com as tribos recebendo um número igual de escravos públicos e procedendo à exploração sistemática das minas, com os rendimentos sendo equitativamente distribuídos entre todos os cidadãos. Essa exploração das minas pela cidade, com seus próprios escravos, não poria fim, todavia, à exploração dos concessionários privados. Contudo, aumentaria consideravelmente o rendimento das minas.

Xenofonte concluiu sua análise considerando que, a fim de realizar esse

programa, primeiramente e sobretudo, era preciso que se mantivesse a paz. “De todos os Estados, a Ática é, por sua natureza, o mais adequado a prosperar durante a paz. Quando nosso país está em paz, quem é que pode prescindir de nós, a começar pelos armadores e comerciantes, e com eles os proprietários que produzem em abundância trigo, vinho comum ou vinho fino, azeite, gado, e as pessoas que estão em condição de negociar sua inteligência ou seus capitais, e os artistas, os sofistas, os filósofos e os poetas, e os que utilizam suas obras, e os que querem ver ou ouvir as coisas sagradas ou profanas que merecem ser vistas ou ouvidas, e os que querem vender e comprar grandes estoques sem perder tempo? Que lugar melhor para se dirigirem que Atenas?” (V, 2). E àqueles que objetariam que a guerra “é mais vantajosa às finanças da cidade que a paz”, Xenofonte responde: “Não vejo melhor maneira de resolver a questão que considerar as conseqüências que a paz e a guerra tiveram no passado. Ora, veremos que outrora, durante a paz, afluía bastante dinheiro ao tesouro, e que, durante a guerra, tudo foi inteiramente dispendido; se se passar um olhar sobre o presente, ver-se-á, também, que a guerra esgotou muitas fontes de receitas e que as que subsistiam foram totalmente gastas com diversas finalidades, enquanto que, a partir do restabelecimento da paz no mar, as rendas aumentaram, e os cidadãos podem dispor delas a seu bel-prazer”.

É inútil indagar se *As Receitas* serviram como programa político para Eubulo e para o grupo que o cercava, uma vez que podemos apenas supor a existência de laços entre eles e Xenofonte. Por outro lado, é evidente que o projeto de compra maciça de escravos, por parte da cidade, nunca foi posto em prática; igualmente importante é o fato de que a época de Eubulo é também a da rápida retomada da exploração das minas, conforme atestam as listas dos *poletes*. Houve, igualmente, retomada da atividade comercial? É difícil responder a esta questão, uma vez que não dispomos de nenhuma informação precisa sobre o volume do intercâmbio, em meados do século. No entanto, é sintomático que, então, tenha-se estabelecido o direito comercial e que se tenham generalizado processos rápidos de modo a permitir que os comerciantes estrangeiros, defendessem seus interesses perante tribunais atenienses. Não é por acaso que somente dispomos de preciosas informações sobre a organização do comércio marítimo de Atenas no que se refere ao século IV a.C. Podemos, pois, admitir que aqueles que cercavam Eubulo esforçaram-se no sentido de pôr em prática algumas das proposições contidas em *As Receitas*.

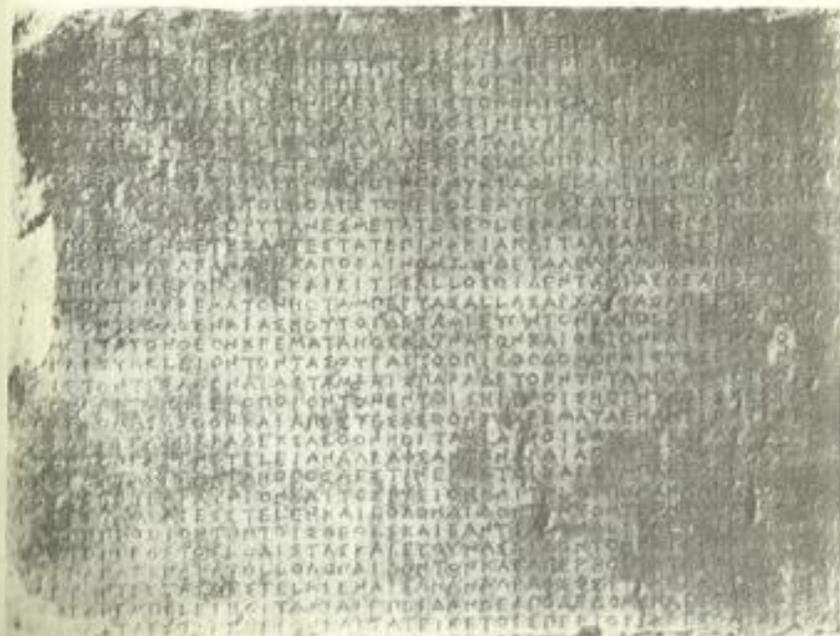
#### Isócrates

Outro escritor da época permite-nos entrever, talvez com um pouco mais de precisão, o que queriam Eubulo e os que o cercavam: trata-se de Isócrates, professor de retórica, amigo pessoal de alguns políticos atenienses e que, embora se tenha mantido à margem da vida política ateniense, nos discursos que propunha como modelos a seus alunos – sendo que ele próprio jamais

pronunciou nenhum -, não cessou de formular juízos sobre os acontecimentos e a situação de seu tempo. Ora, por volta de 356 a.C., ou seja, no momento em que Eubulo, "preposto do teórico", domina a vida política ateniense, Isócrates escreve um discurso cujo título já é todo um programa, uma vez que se intitula "Sobre a paz". Supõe-se que a oração tenha sido redigida antes que a batalha de Embata obrigasse os atenienses a renunciar à sua dominação do Mar Egeu. Note-se que, desde o começo do discurso, Isócrates faz uma profissão de fé que lembra de maneira impressionante o preâmbulo do tratado de Xenofonte: "Bastaria, pois, que habitássemos nossa cidade sem ter qualquer temor, que dispuséssemos de maiores recursos para nossa vida, que gozásssemos de paz interior e desfrutássemos de boa reputação junto aos gregos? De minha parte, creio que, com isso, o Estado seria perfeitamente feliz; ora, a guerra privou-nos de tudo o que acabo de mencionar; ela nos tornou mais pobres, obrigou-nos a enfrentar muitos perigos, desacreditou-nos diante dos gregos e impôs-nos danos de toda sorte. Mas, se celebrarmos a paz e se nos mantivermos tal qual os tratados gerais estipulam, habitaremos nossa cidade em plena segurança, livres das guerras, dos perigos e da desordem que, no presente, nos opõem uns aos outros; a cada dia aproximar-nos-emos da abundância, livres dos impostos, das trierarquias e das outras liturgias relacionadas com a guerra, não tendo mais temor de cultivar nossas terras, navegar no mar ou de realizar outros trabalhos que atualmente a guerra fez cessar. Veremos nossa cidade receber duas vezes mais rendas que presentemente, bem como encher-se de comerciantes, estrangeiros e metecos que, no momento, dela fogem" (*Sobre a paz*, 19-21). Isócrates é menos preciso que Xenofonte quando fala das receitas que o retorno à paz poderia proporcionar à cidade; em compensação, é mais explícito sobre os inconvenientes oriundos da guerra: os *eisphorai* e a trierarquia que pesam implacavelmente sobre os mais ricos dos quais Isócrates exprime descontentamento, e que, sem a interferência da antiga distinção entre fortuna honrosa e aquela, mais recente, nascida de uma atividade artesanal, a partir de então opõem-se em bloco a uma política imperialista, cujo peso todo recai sobre eles. Por isso mesmo, através do discurso de Isócrates, entrevemos os elementos da sociedade ateniense sobre os quais Eubulo se apoiava: os ricos, os proprietários e os aproximadamente 1.200 cidadãos que, de forma adiantada, faziam o pagamento da *eisphora* à cidade e que, reunidos nas simórias trierárquicas, criadas pouco antes, deviam assumir o encargo de equipar a esquadra ateniense. Esses homens, ao contrário dos oligarcas do século precedente, não eram adversários da democracia. Mas, conscientes do ônus, cada vez maior, da guerra, desejavam ver Atenas renunciar à hegemonia e às vantagens materiais que dela poderia auferir, para tentar viver com seus próprios recursos. Daí a busca de meios que permitissem o aumento da receita de Atenas e o aparecimento do que se poderia chamar uma mentalidade econômica, se bem que esta, como vimos, decorresse de um empirismo muito elementar. Em todo caso, o certo é que estamos diante de uma alteração importante na história da cidade, que poderia ter conduzido a uma mutação substantiva, se a evolução de Atenas não tivesse sido bloqueada pelo desenvolvimento do poderio macedônio.



Decreto contra a tirania, 336 a.C.  
(Atenas, Museu da Ágora.)



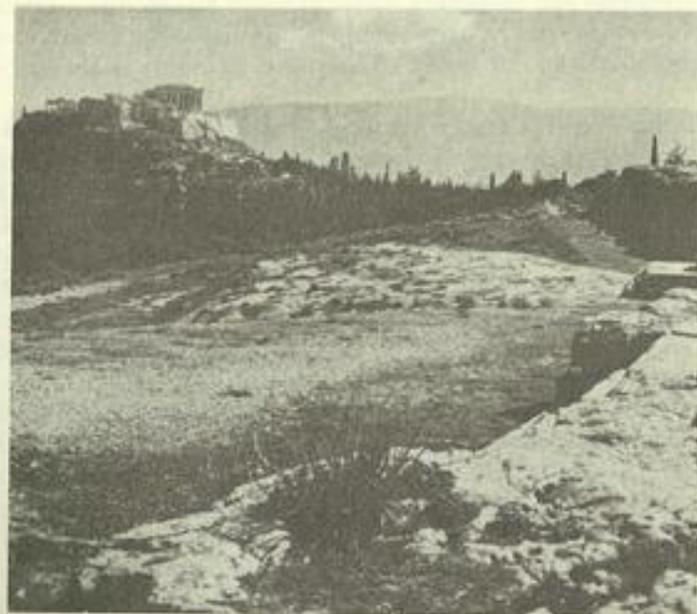
Decreto determinando a restituição das somas tomadas de empréstimo das tesourarias dos templos durante a Guerra do Peloponeso.  
(Mármore do Museu do Louvre.)

Vista do monumento corégico de Trasiló  
abaixo do teatro de Dioniso, por volta de  
1780.  
(Desenho de Stuart e Revett.)



Teatro de Dioniso, como se encontra atualmente.

Panorama de Atenas: a Pnix em 1810.  
(Desenho de Stackelberg.)



A Acrópole vista da Pnix.

## CAPÍTULO QUINTO

### ATENAS NA ÉPOCA DE FILIPE E DE ALEXANDRE

O período que vai de 359 a 322 a.C. é um dos mais bem conhecidos da história de Atenas, e isso se deve ao excepcional conjunto que constituem os discursos de Demóstenes. Tanto os discursos políticos que pronunciou perante a Assembléia, como os arrazoados que tratam dos negócios públicos ou particulares, fazem-nos viver entre os atenienses, participar de suas angústias e problemas. Essa documentação extraordinária – completada pelos discursos de Ésquines, o adversário de Demóstenes – elucida, de maneira viva e marcante, um momento essencial da história de Atenas, precedente imediato de seu declínio e eclipse: a longa luta que ela teve que travar contra as empresas de Filipe, Rei da Macedônia.

A Macedônia era uma região exterior em relação à Hélade propriamente dita, mas cuja história, de há muito, havia estado estreitamente ligada à dos gregos. A dinastia que reinava sobre esse povo de rudes camponeses da montanha pretendia ser de origem grega e, de fato, os reis da Macedônia, desde cedo, tinham mantido relações com as cidades gregas – e, particularmente, com Atenas. Esta, como vimos, a partir da época dos pisistrátidas, interessara-se, efetivamente, pelas margens setentrionais do Egeu. A fraqueza dos reinos indígenas trácio e macedônio, evidentemente, favorecera os projetos atenienses. Mas, em 359 a.C., as coisas vão mudar bruscamente, com o advento de um jovem príncipe na Macedônia: Filipe, que iria se incumbir de fazer da Macedônia uma grande potência, sendo que, para tanto, começaria por reforçar a autoridade monárquica – até então bastante limitada. Não é fácil fazer uma idéia precisa do homem que, durante vinte anos, dominaria a política grega, pois não o conhecemos senão através das críticas parciais de Demóstenes ou dos encômios interessados de seus partidários. O homem certamente tinha um grande valor. Era, ao mesmo tempo, político e estrategista e soube, de maneira admirável, tirar partido dos antigos antagonismos que dividiam as cidades gregas, para se intrometer em seus negócios e, pouco a pouco, impor-lhes a hegemonia macedônia. Em poucos anos, tornou-se senhor das costas setentrionais do Egeu. Ao mesmo tempo, intervinha, ao lado dos tebanos, na guerra sagrada que os opunham aos fócios, pelo controle do santuário de Delfos e da anfíctonia délfica – e conseguia não somente se apoderar da Tessália, como também fazer com que lhe fossem atribuído os dois

votos dos fócios no conselho anfictiônico, logrando, assim, penetrar no seio de um organismo pan-helênico. A chamada paz de Filócrates (nome do negociador ateniense que tomou a iniciativa para sua celebração) sancionava uma situação a que Atenas tentara se opor em vão. Na realidade, a opinião ateniense estava dividida perante os desígnios de Filipe; partidários de Eubulo, os proprietários – em sua maioria fiéis a uma política pacifista – desejavam manter Atenas numa relativa neutralidade e evitar toda empresa temerária que pudesse custar caro à cidade e arriscasse comprometer a política de soerguimento empreendida por Eubulo. Outros, porém, temiam a ameaça que se abateria sobre Atenas com a perda da rota setentrional do Egeu – que levava aos estreitos e à região pônica, vital para o suprimento de trigo de Atenas. As maquinacões de Filipe contra Anfípole e Potidéia, suas intrigas junto aos régulos trácios – aliados tradicionais de Atenas –, sua infiltração na Grécia central, por meio do expediente da guerra sagrada, tudo isso lhes parecia justificar uma ação militar ateniense, por mais operosa que fosse. Ora, a partir de 352 a.C., esses partidários da resistência a Filipe encontrariam um porta-voz perante a Assembléia, na pessoa de Demóstenes.

### *Demóstenes e Filipe*

Este pertencia ao que se poderia chamar a “burguesia” ateniense. Seu pai, que também se chamava Demóstenes, possuía duas “oficinas” de escravos – a primeira com 30 trabalhadores que faziam facas; a segunda com 20 operários fabricantes de móveis – e também tinha uma casa, móveis, objetos preciosos e alguns títulos de crédito. O total da sua fortuna chegava a 14 talentos. Morreu relativamente novo, confiando sua viúva e seus dois filhos a tutores que se deram pressa em dilapidar essa fortuna. O jovem Demóstenes, por conseguinte, foi obrigado a trabalhar para viver e tornou-se logógrafo – escritor de discursos: isto é, advogado. Ao mesmo tempo, moveu, contra seus tutores, um processo que lhe permitiu recuperar uma parte de seus bens. Ele próprio era, pois, um homem rico e, mais tarde, lembraria os cargos que ocupara em função dessa riqueza (coregia, trierarquia, etc.) No início de sua carreira, parece ter sido amigo de Eubulo e, a princípio, partilhado das opiniões deste sobre a necessidade de uma política francamente pacifista. Mas bem depressa abandonou essa posição e tornou-se o porta-voz daqueles que temiam as empresas de Filipe e pensavam que era preciso atacar rápida e violentamente, estando dispostos a arcarem com alguns sacrifícios – e principalmente sacrifícios financeiros. Ésquimes, que o detestava, explicava essa hostilidade por razões pessoais. A mãe de Demóstenes era de origem trácia, e ele teria conservado vínculos pessoais com essa região – a qual se encontrava particularmente ameaçada por Filipe. Mais tarde, Demóstenes foi acusado de ser um agente do grande rei persa, sob o pretexto de que, diante de Filipe, estava disposto a todas as alianças – até mesmo à aliança com os bárbaros. No entanto, ao ler os discursos de Demóstenes, toca-nos a sinceridade de sua paixão. É preciso convir que, ao contrário das acusações freqüentemente levantadas contra os oradores pelos adversários da democracia ateniense, ele não procurava bajular o povo, mas, ao

invés disso, colocava-o brutalmente diante de suas responsabilidades. Recusando-se a servir no exército e preferindo o recurso aos mercenários, opondo-se à alocação de recursos da cidade para as necessidades da guerra, e procurando, por todos os meios, escapar às *eisphorai* e às trierarquias, os atenienses – e estranhamente os mais ricos deles – escolhiam deliberadamente o caminho que levava à servidão, pois não era preciso se iludirem a respeito das intenções de Filipe, nem crearem em suas belas palavras.

Sobretudo depois de 346 a.C. – após aquela paz à qual o próprio Demóstenes acabara por aderir – é que sua ação iria tornar-se preponderante. Os sucessivos êxitos de Filipe – aos que Atenas sempre se opusera tarde demais – tinham, efetivamente, vibrado um duro golpe no prestígio de Eubulo. O partido moderado não conseguira resolver as dificuldades materiais de Atenas, e suas hesitações, diante das manobras de Filipe, tinham agravado a situação. Aos olhos da opinião ateniense, isso dava mais força àqueles que, desde o começo, tinham denunciado as empresas de Filipe (e a Demóstenes em primeiro lugar).

Demóstenes tinha traçado para si um duplo objetivo: tratar-se-ia, primeiramente, de garantir, para Atenas, alianças a fim de fazer frente ao conflito que não deixaria de ressurgir – pois a paz de 346 a.C. não seria mais que uma trégua; era preciso, em seguida, obrigar os atenienses a aceitar uma série de medidas destinadas a reforçar o potencial militar da cidade. Demóstenes foi, pelo menos duas vezes, ao Peloponeso na tentativa de conseguir a adesão das suas cidades, a Atenas: em 340 a.C., realizou-se um congresso, em Atenas, onde se encontraram delegados de Corinto, Mégara, da Liga aquéia, bem como das cidades da ilha de Eubéia. Firmou-se uma aliança segundo a qual se decidiu equipar uma esquadra de 100 trirremes e reunir um exército de 10.000 homens, aos quais se juntariam 1.000 cavaleiros. No mesmo ano, Demóstenes realizou uma viagem à região dos estreitos a fim de conquistar, para a causa ateniense, as grandes cidades (Bizâncio e Abido) que dela se tinham afastado a partir de 356 a.C., bem como as grandes ilhas de Rodes e de Quios. Com efeito, a partir de 342 a.C., Filipe representava uma séria ameaça para essas regiões e, particularmente, para Quersoneso da Trácia, antiga possessão ateniense. A despeito da oposição de uma parte da Assembléia, Demóstenes conseguira fazer enviar, a Quersoneso, o estrategista Diopito à testa de um exército de mercenários. Este, porém, tendo recebido poucos subsídios, não tardara a se entregar a exações, capturando principalmente navios de comércio. Em Atenas, os adversários de Demóstenes tinham aproveitado a ocasião para protestar, e este estava na obrigação de pronunciar um veemente discurso para defender o estrategista – em sua opinião, injustamente acusado: “Opomo-nos a qualquer imposto sobre a fortuna e a fazer campanha nós mesmos; não tentamos renunciar a viver às expensas do Estado; não permitimos a Diopito impor tributos; tampouco aprovamos que ele obtenha recursos por si próprio... Pois se não estais dispostos nem a contribuir, nem a fazer campanha vós mesmos, nem a renunciar às distribuições de dinheiro, nem a dar a Diopito o produto dos

impostos, nem a deixá-lo obter por si próprio os meios para viver, nem a fazer o que vos concerne, nesse caso, não tenho mais nada a dizer" (*Sobre os negócios de Quersoneso* 21, 23). Demóstenes, todavia, não estava propenso a se calar. E, ao mesmo tempo em que procurava convencer os outros gregos do perigo comum que os ameaçava, envidava esforços no sentido de reconstituir um exército capaz de fazer frente a Filipe – e, para isso, buscava os meios de pagá-lo. Nesse mesmo discurso *Sobre os negócios de Quersoneso*, tinha indicado aos atenienses o caminho a seguir: "É preciso ter um exército organizado, garantir-lhe meios de viver, tesoureiros, um serviço público, e é mister fiscalizar rigorosamente a gestão financeira. Depois disso, fazer com que vos prestem contas do emprego desses fundos, por parte do tesoureiro, e das operações, por parte do general. Se agirdes assim e se estiverdes verdadeiramente decididos a isso, ou obrigareis Filipe a realmente respeitar a paz e forçá-lo-eis a permanecer em seu território – o que seria muito melhor – ou o combatareis, pelo menos, em igualdade de condições" (id., 47).

Eis a razão pela qual, entre 340 e 338 a.C. – anos que antecederam Queroneia – Demóstenes vai se empenhar em encontrar os meios para pôr em prática essa política. As reformas financeiras realizadas por Calistrato, no começo do século, e a política de Eubulo, aparentemente não tinham resolvido o problema das finanças públicas. E isto porque o imposto não era ainda uma noção plenamente aceita, o que traduz o caráter, ainda primitivo, do Estado ateniense. Fora as *eisphorai*, cujo montante continuava relativamente limitado, era da boa vontade dos proprietários que dependia o equilíbrio orçamentário. E mesmo que a retomada da atividade mineira, de um lado, e o aumento do intercâmbio no Pireu, de outro, proporcionassem receitas à cidade, é mister não esquecer que uma parte dessas rendas servia para alimentar as distribuições e o pagamento dos salários públicos. Esta é a razão pela qual Demóstenes podia responsabilizar tanto os ricos que se recusavam a contribuir, quanto os pobres que não queriam renunciar às distribuições. Por volta de 349 a.C., tinha sido criada uma caixa de *stratiotika*, ou seja, um fundo militar. Mas quando, no ano seguinte, Apolodoro, o amigo de Demóstenes, propôs que os fundos da caixa do teórico fossem alocados aos fundos militares, viu sua proposição atacada como ilegal e foi obrigado a retirá-la. Foi também com precaução que Demóstenes retomou o projeto de Apolodoro. Na *IV Filípica* – cuja autenticidade, é verdade, tem sido posta em dúvida –, Demóstenes, ao parecer justificar a existência do teórico, no entanto, convidava os pobres a "renunciar a um abuso que irrita os ricos e justifica suas queixas". E parece que ele conseguiu fazer alocar os fundos do teórico à caixa militar. Mas também exigiu dos ricos contribuições suplementares. Ao mesmo tempo, fazia-se considerável esforço para reconstituir um exército parcialmente cívico. Alguns anos mais tarde, por ocasião da questão da Coroa\*, Demóstenes faria o balanço de

\* A questão da Coroa surgiu quando Ctesifonte propôs que se oferecesse uma coroa de ouro a Demóstenes por ter feito reparar, à sua custa, os muros de Atenas – que haviam sido destruídos por Filipe. Esta proposta fez com que Ésquines pronunciasse o "Discurso contra Ctesifonte sobre a

sua ação nos anos que haviam precedido Queroneia e ressaltaria os resultados obtidos: "Atenienses, ao verificar que nossa marinha periclitava, que os ricos estavam isentos de ônus de pequena monta e que os cidadãos de pequena e média fortuna perdiam o que tinham; e que, ademais, e por causa disso, o país perdia oportunidades, fiz aprovar uma lei pela qual forcei uns – os ricos – a cumprir seus deveres, enquanto punha fim às injustiças cometidas contra os pobres e conseguia que os preparativos fossem feitos no momento justo, coisa da maior utilidade para a cidade" (*Sobre a Coroa*, 102). A lei, da qual Demóstenes trata, consistia em retornar, parcialmente, às práticas anteriores à lei de Periandro, que, em 357 a.C., a fim de atender às queixas dos ricos, criara simórias trierárquicas. No futuro, os ricos garantiriam, como outrora, o equipamento de uma ou mesmo de duas trirremes, se sua fortuna lhes permitisse, ao invés de se limitarem a participar, no seio de uma simória, do equipamento de uma só trirreme. No momento de fazer aprovar sua lei, parece que Demóstenes chocou-se com a oposição dos ricos, que tentaram até suborná-lo, com o fito de levá-lo a retirar seu projeto. A lei, todavia, foi adotada e, a se dar crédito a Demóstenes, foi imediatamente posta em prática. Sem dúvida, foi ela que permitiu aos atenienses fazer face às novas incursões de Filipe contra Bizâncio e a região dos estreitos. Quando a guerra recomeçou em 340 a.C., Atenas pôde enviar uma grande esquadra ao Egeu e conseguiu, assim, obrigar Filipe a levantar o cerco a Bizâncio, em 339 a.C. Mas Filipe não renunciara a seu objetivo, que, segundo Demóstenes, era o de reduzir, a seu talante, a única cidade capaz de lhe fazer frente no Egeu, ou seja, Atenas. Evidentemente, é preciso levar em conta a parcialidade do orador ateniense. No entanto, parece que Filipe, com suas intrigas, mais ou menos motivou a nova guerra sagrada que desencadearia a retomada das operações militares no continente. Como vimos, a partir de 346 a.C., Filipe era membro de direito da anfíctonia délfica. Em tal qualidade, participa das operações decididas contra os lócrios de Anfissa, acusados de terem cultivado terras sagradas pertencentes ao santuário. Mas essa intervenção iria ter conseqüências inesperadas. Os tebanos que, até então, tinham sido favoráveis às empresas de Filipe, começaram a se inquietar com uma vizinhança tão incômoda. Demóstenes imediatamente aproveitou a oportunidade e, pessoalmente, dirigiu-se a Tebas para celebrar uma aliança com os tebanos contra Filipe. O *Discurso sobre a Coroa*, deixou uma narrativa particularmente viva e eloqüente sobre as circunstâncias que levaram os atenienses a se decidirem pelo envio de uma embaixada a Tebas: Filipe tinha ocupado, de surpresa, a fortaleza de Elatéia na Beócia, para obrigar os tebanos a continuarem sendo seus aliados. Em Atenas, a notícia provocou uma comoção geral. "Era de noite; chegou aos pritanes a notícia da ocupação da Elatéia. Depois disso, uns, imediatamente interrompendo o jantar pela metade, perseguiram as pessoas das lojas da Ágora, e atearam fogo nas barracas, enquanto outros convocavam os estrategos e tocavam a trombeta chamando os soldados; toda a cidade estava tomada de agitação. No dia seguinte,

Coroa", oração na qual atacava a idéia. Demóstenes, então, fez a defesa de Ctesifonte no "Discurso em prol de Ctesifonte sobre a Coroa", sendo Ésquines, seu adversário, condenado a pesada multa (330 a.C.).

desde cedo, os prítanes convocaram o Conselho a comparecer à sala de sessões, enquanto vós vos dirigíeis à Assembléia; e, antes que o Conselho tivesse deliberado e preparado o seu relatório, todo o povo tinha-se dirigido à Pnix. Depois, quando o Conselho chegou, os prítanes deram a conhecer as notícias que lhes haviam chegado, e apresentaram seu informante. Depois que este falou, o arauto perguntou: 'Quem quer tomar a palavra?' (§ 169-170). Demóstenes, então, foi o único a se levantar e, por proposição sua, foi decidido o envio a Tebas de uma embaixada de 10 pessoas, e da qual ele fazia parte.

A despeito da presença de uma embaixada Macedônia, a aliança entre tebanos e atenienses foi celebrada, com estes últimos tomando a seu cargo a maior parte das despesas da guerra. E foi na Beócia que se desenvolveram as operações militares. Durante o inverno de 339/338 a.C., não houve qualquer definição. Filipe conseguiu apoderar-se de Anfissa e, em setembro, esmagava o exército grego em Queroneia.

Em Atenas, a agitação era a nota dominante: com efeito, Filipe, depois de sua vitória, tinha instalado uma guarnição na Cadméia, a fortaleza de Tebas. Atenas estava diretamente ameaçada. Decidiu-se também conduzir toda a população para o interior das muralhas e organizar a defesa. A *Boulè*, em armas, manteve-se em sessão permanente e tomou uma série de medidas de "salvação pública": mobilização dos homens de 50 a 60 anos, a fim de garantir a guarda das muralhas, proibição a todo ateniense de sair da cidade, convocação dos banidos e reintegração dos direitos cívicos daqueles que deles tinham sido privados. Finalmente, o orador Hiperides propôs que a cidadania fosse concedida aos metecos e a liberdade aos escravos que recebessem armas para defender a cidade. Esta é uma medida extremamente séria que fazia lembrar aquelas tomadas por Cleofonte, antes do combate das Arginusas, com a diferença de que, desta vez, tratava-se não de mobilizar os escravos como remadores, mas de lhes dar armas para garantir a defesa do próprio solo da cidade. Não é de admirar que a medida de Hiperides tenha sido imediatamente atacada, como ilegal, por um certo Aristogiton. Os homens do partido macedônio, e até os moderados, viam com inquietação os elementos mais turbulentos dominarem a Assembléia. Em sua *Vida de Fócion*, Plutarco pretende até que alguns estavam prontos a confiar o poder a Caridemo, um eubeu que recebera a cidadania ateniense e passava por um dos chefes do partido antimacedônio. Seria preferível conhecer os acontecimentos que se desenvolveram, então, em Atenas, num clima de manifesta desordem e agitação. Nossa fonte mais eloqüente é o orador Licurgo, que, alguns anos mais tarde, lembraria os acontecimentos desse momento no discurso contra Leocrátes. Hiperides ocupava ali o primeiro lugar, e defronte dele estavam o estratego Fócion e o orador Dêmades. Foi este último que, com suas intrigas, conseguiu negociar, com Filipe, uma paz que deixava Atenas livre da ocupação estrangeira e que garantia a sua autonomia. As proposições de Dêmades foram ratificadas por todos aqueles que temiam a agitação política e social na cidade. Alguns anos mais tarde, a

Assembléia aprovou um decreto que previa as penas mais pesadas para todo aquele que tentasse derrubar o regime e estabelecer a tirania em Atenas. Pensou-se que esse decreto, cuja descoberta é relativamente recente, visava essencialmente às manobras dos partidários da Macedônia. Mas esta é uma interpretação bem hipotética que está fundamentalmente ligada ao fato de que o Areópago é nominalmente citado no decreto. Ora, o Areópago era fortaleza dos moderados e sustentava a política pró-macedônia de Fócion. Por conseguinte, não se concebe Fócion e seus amigos estabelecendo uma tirania em Atenas, ainda que o povo, em seu delírio, pudesse ser tentado a entregar o poder a um orador eloqüente.

Seja como for, a paz de Dêmades foi ratificada, e Atenas teve que aceitar a perda de Quersoneso, a dissolução da Confederação, e foi obrigada a aderir à liga constituída em torno de Filipe, em Corinto. Concretamente, isso significava que teriam que contribuir para a expedição que Filipe, transformado em *hegemon* dos helenos, preparava contra o inimigo hereditário, o grande rei persa.

Filipe morreria assassinado em 336 a.C., e é seu filho Alexandre que realiza seu projeto com o êxito que se sabe. Durante os 13 anos marcados pela prodigiosa aventura do jovem rei macedônio, Atenas, aparentemente, leva sua vida tradicional. Filipe não quisera despertar a hostilidade de Atenas, e a forma política do regime não fora modificada. Ademais, os homens que tinham instigado a luta contra o macedônio – principalmente Demóstenes e Hiperides – continuam a desempenhar um papel no primeiro plano da cidade. Todavia, se o regime subsiste, a cidade mesma não é mais que o pálido reflexo daquilo que fora outrora. Efetivamente, até a morte de Alexandre, ela cessa, quase que completamente, de ter uma política externa independente, e não desempenha mais qualquer papel nas relações internacionais, limitando-se a saldar seus compromissos para com o macedônio. Mas também, por mais paradoxal que isso pareça, no momento em que Atenas se prepara para desaparecer da cena política, é que nos apercebemos melhor do funcionamento de suas instituições, e dos diferentes mecanismos de sua vida econômica e social.

### A Constituição de Atenas

Com efeito, é durante esse período que Aristóteles ensina no Liceu e reúne os elementos de sua *Constituição de Atenas*, que vem a público por volta de 329 a.C.. É também em 336 e 322 a.C. que são pronunciados muitos arrazoados civis que chegaram até nós como tendo sido de autoria de Demóstenes e que são, igualmente, testemunhas eloqüentes da vida ateniense, nos últimos 30 anos do século IV a.C. Finalmente, é durante essa década que observamos a última tentativa de restauração da democracia dos ancestrais que, comumente, ligamos ao nome de Licurgo.

A *Constituição de Atenas* é uma das últimas obras de Aristóteles, e não foi conhecida senão a partir do final do século XIX. Sabe-se que o filósofo, vindo a

Atenas para freqüentar as aulas de Platão, fundara sua própria escola filosófica, que se localizava nos jardins do Liceu, e que fizera reunir, por seus discípulos, informações sobre as Constituições de mais de 150 Estados, gregos ou bárbaros, a fim de elaborar seu grande tratado, conhecido com o nome de *A Política*, que veio a público em Atenas – onde Aristóteles gozava do estatuto de meteco – em 336 a.C., no ano mesmo do advento de seu antigo aluno, Alexandre, e a *Constituição de Atenas*, alguns anos mais tarde. Aristóteles concebera sua obra em duas partes: a primeira formava uma história de Atenas, das suas origens até o restabelecimento da democracia em 403 a.C.; a segunda apresentava-se como um quadro das instituições atenienses de sua época, ou seja, dos últimos anos do século IV a.C. Não deixa de ser interessante comparar as análises de Aristóteles com os testemunhos dos homens políticos da época, e confrontar as indicações um pouco abstratas do filósofo com a realidade dos fatos.

Atenas é, aos olhos do filósofo, a típica democracia radical, onde a soberania está nas mãos dos pobres – que constituem a maioria dos presentes nas sessões da Assembléia. Sabe-se que esta, em princípio, reunia-se quatro vezes por prítania, ou seja, quarenta vezes por ano, e que a ordem do dia, de cada sessão, era fixada de maneira precisa. A Assembléia principal de cada prítania, depois de ter confirmado os magistrados em seus cargos, através de votação com as mãos erguidas, deliberava sobre as questões fundamentais: abastecimento, política externa, acusações de alta traição. As três outras assembleias da prítania tinham um programa mais restrito, limitado aos assuntos de rotina, mas em caso de urgência este podia ser modificado. Também podiam ser convocadas assembleias extraordinárias, se o tempo instasse: assim, depois da ocupação da Elatéia por Filipe, convocou-se o povo para deliberar sobre as medidas a tomar.

As sessões das assembleias geralmente se realizavam na colina da Pnix, onde fora disposto um hemicírculo de aproximadamente 120 metros de diâmetro. Uma plataforma talhada na rocha e cercada por uma balaustrada formava a tribuna de onde os oradores se dirigiam aos atenienses – os quais se sentavam nos degraus. Era nessa tribuna que tomavam assento os nove proedros que formavam a Mesa da Assembléia. Os proedros eram escolhidos por sorteio dentre as tribos, com exclusão daquela que, na ocasião, exercia a prítania. O presidente, *epistato* dos proedros, era assistido por um arauto e por um secretário. Era ele que, depois de ter aberto a sessão com um sacrifício a Zeus Agoraios – cujo altar ornava a tribuna – fazia a leitura da ordem do dia e do relatório da *Boulè* – *proboudeuma* – sobre o qual os atenienses presentes eram chamados a se pronunciar. Após a discussão, sobrevinha a votação, com as mãos levantadas, o mais das vezes, e por meio de boletins secretos, quando se tratava de uma medida particularmente grave.

Os adversários da democracia ateniense, de bom grado, ressaltavam o caráter arbitrário das decisões tomadas por vezes em meio ao tumulto, por vezes no final do dia, quando a maioria dos assistentes tinham voltado para casa. No começo do

século IV a.C., para fazer frente ao crescente absentismo dos atenienses, fora instituído o *misthos ekklesiastikos*, ou seja, a remuneração pela presença nas sessões da Assembléia. Isso teria tido, como efeito, transformar esta no refúgio de todos os indigentes, ávidos por passarem a mão em três óbolos, como pretende Aristófanes? Sem dúvida, isso é um exagero, e podemos afirmar que a Assembléia à qual Demóstenes se dirigia não podia ser composta somente de pobres diabos. É bem evidente, porém, que nessas assembleias o peso da população urbana era preponderante. Não é menos evidente que um orador hábil, sabendo bajular seus ouvintes, podia facilmente levá-los aonde quisesse. Pelo menos, é isso que dão a entender os teóricos hostis à democracia, e temos que admitir que a influência de Demóstenes era, em grande parte, devida a seu talento como orador.

Com efeito, a Assembléia era soberana, e seus poderes eram teoricamente ilimitados. Não somente tinha que tomar conhecimento de todas as questões de interesse para a vida da cidade, mas também de todos os assuntos concernentes à segurança do Estado, e podia se arvorar em suprema corte de justiça, mediante o processo de *eisangelie* – que parece ter sido abusivamente propagado no século IV a.C. Essa onipotência, freqüentemente, conduzia a resultados incoerentes e contraditórios, e se se deve considerar suspeitas as críticas partidárias contra a *Ekklesia* ateniense, por parte dos escritores do século IV a.C., as censuras que um homem, como Demóstenes, dirigia a esse povo – do qual, a todo custo, pretendia ser o defensor – levam a pensar que havia um fundo de verdade nessa imagem de uma assembleia, ao mesmo tempo, onipotente e ineficaz que parece caracterizar a democracia ateniense que chegava ao fim.

Essa ineficácia, em parte, estava ligada ao fato de que a *Boulè*, ao que parece, renunciara ao papel moderador que exercera no século V a.C.: criada por Clístenes, órgão representativo das dez tribos de Atenas, a *Boulè* dos Quinhentos, efetivamente, constituía um mecanismo essencial ao bom funcionamento da democracia. Seus membros, à razão de 50 por tribo, eram sorteados segundo as listas preparadas pelos *démes*. Para ser membro da *Boulè* não se exigia qualquer condição de censo. Remunerava-se a função com um *misthos* cujo montante, no século IV a.C., era de 5 óbolos. Isso significa que todo ateniense podia fazer parte da mesma. Por conseguinte, o que sabemos sobre o papel da *Boulè* leva a supor que seus membros eram recrutados entre as pessoas abastadas que podiam, sem prejuízo, se dedicarem ao serviço do Estado durante um ano. Os membros da *Boulè*, ao assumirem sua função, obrigavam-se a prestar um juramento pelo qual se comprometiam a permanecer fiéis à Constituição e a não favorecer a derrocada da democracia. Por isso mesmo, apareciam como os guardiães da Constituição e das leis.

As sessões da *Boulè*, geralmente, realizavam-se no *boulenterion*. Elas eram públicas, mas os espectadores não podiam intervir na discussão. Os 50 membros da *Boulè*, da tribo que exercia a prítania, constituíam a Mesa e, durante os 35 ou

36 dias em que desempenhavam suas funções, recebiam uma dracma por dia. Também durante esse tempo, ficavam alojados no Pritaneu, a fim de ficarem a serviço da cidade noite e dia. Eram esses pritanes os que, em caso de urgência, convocavam a Assembléia e o conselho, recebiam os embaixadores estrangeiros e velavam pela restituição das somas tomadas de empréstimo ao tesouro da Deusa, por parte do Estado. A principal função da *Boulè*, reunida em sessão plenária, era a de preparar decretos submetidos à votação da *Ekklésia*, mais ou menos diretamente, ou, indiretamente, por meio de comissões especializadas. A *Boulè* tinha em suas mãos toda a administração da cidade. Efetivamente, era dela que saíam os 30 *syllogais* que controlavam as reuniões da *Ekklésia* e encarregavam-se de entregar a senha de presença, os 10 *trieropoioi* que controlavam as construções navais, os "logistas", ou verificadores de contas, os *euthynes* que recebiam as reclamações contra os magistrados por causa de rendição de contas, os *hieropoioi*, ou comissários para os sacrifícios, etc.

Além disso, a *Boulè* exercia estrito controle sobre a organização militar da cidade, em particular sobre a efebria, e intervinha em tudo o que se relacionava às finanças da cidade: vendas públicas de bens confiscados; ingresso do imposto, verificações de contas; inventário dos tesouros sagrados, bem como as obras públicas, nomeando comissões especiais de epistatos para fiscalizar os trabalhos; fixava os salários dos operários e supervisionava a manutenção e restauração dos templos.

Enfim, como a *Ekklésia*, a *Boulè* podia se erigir em suprema corte de justiça. Em particular, ela devia conhecer todas as ações concernentes aos magistrados, sobre as quais mantinha constante vigilância. A esse respeito, no entanto, Aristóteles assinala que os poderes da *Boulè* diminuíram no século IV a.C. E, de fato, parece que, cada vez mais, tenha-se estabelecido a prática de apelar para julgamentos da *Boulè* perante um tribunal popular.

Na segunda metade do século IV a.C., a *Boulè* teria até mesmo perdido parte de suas prerrogativas em matéria legislativa: alguns decretos parecem emanar apenas da Assembléia. Quando, por exemplo, a Assembléia foi convocada, em 346 a.C., para debater a paz com Filipe, nenhum *probouleuma* foi previamente apresentado, e, por causa disso, Ésquines não poupa críticas a Demóstenes. Podemos supor, no entanto, que tal prática continuava sendo excepcional: mas, ainda que as formalidades fossem respeitadas, é bem evidente que a *Boulè* tendia a se tornar, face a uma Assembléia onipotente, um simples órgão de registro.

Se bem que seu número só crescera a partir do século V a.C., as magistraturas também apresentavam tendência a mudar de feição. Resultantes do desmembramento do poder real, tendiam a, cada vez mais, tornarem-se funções especializadas. Destarte, os nove arcontes tinham funções essencialmente judiciárias e cada vez mais precisas: era no colégio dos seis *tesmótetas* que se tomava

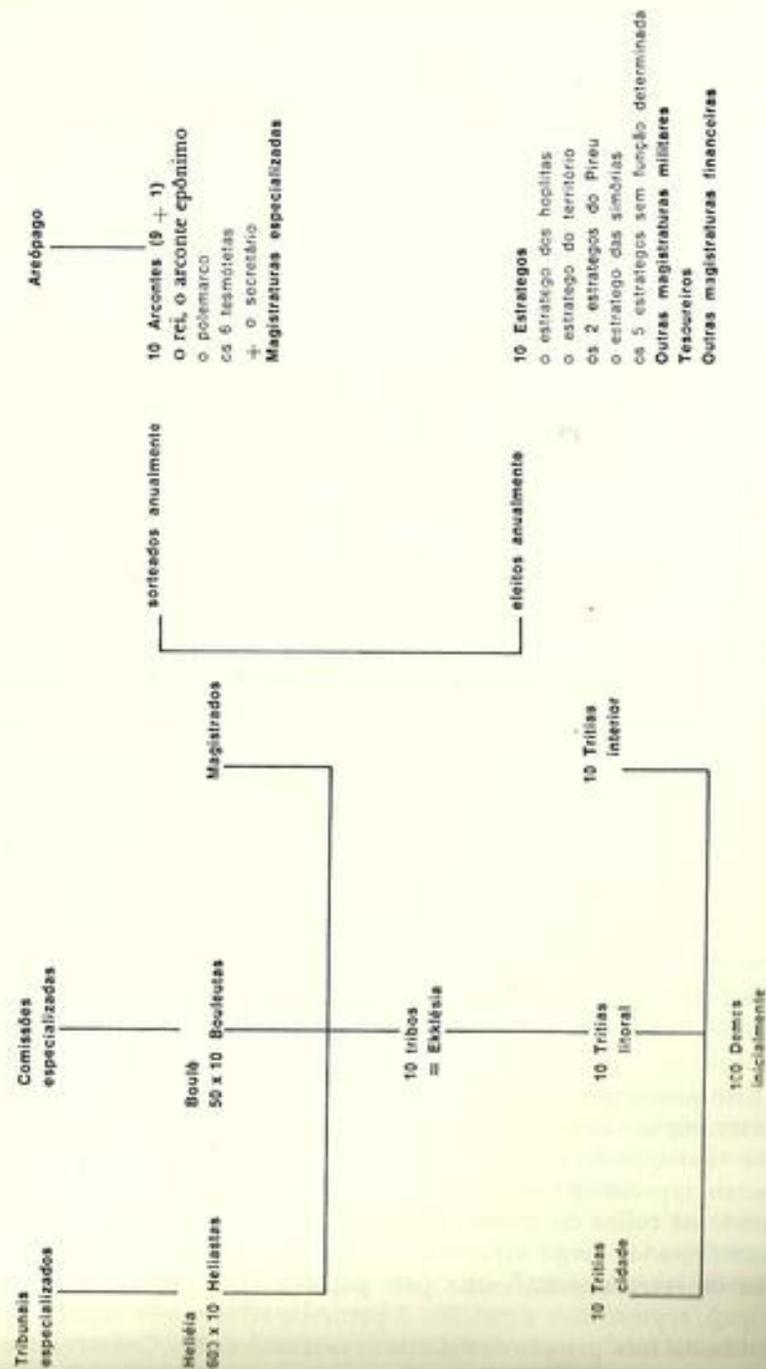
conhecimento dos *dikai emporikai*, ou seja, das ações comerciais; o arconte-rei presidia a toda vida religiosa da cidade; o polemarco presidia o tribunal do Paládio, perante o qual eram levadas as acusações concernentes aos estrangeiros e aos metecos; o arconte epônimo, enfim, instrua todos os casos concernentes àquilo que chamariamos direito privado. Assim como os arcontes tendiam a se tornarem sobretudo magistrados, no sentido moderno do termo, também os estrategos não eram mais que generais. Já indicamos as razões dessa evolução. Na época em que Aristóteles redige a *Atenaion Politeia*, tal transformação devia levar a uma especialização de suas funções: assim, doravante, haveria um estratego dos hoplitas que comandava o exército em campanha, um estratego do território, encarregado da defesa da Ática, dois estrategos do Pireu, que exerciam controle sobre os arsenais e um estratego das simórias, com a função de controlar a repartição da trierarquia.

Essa mesma especialização era encontrada em outras magistraturas, eletivas ou submetidas a sorteio: *polotos* ou vendedores, encarregados da venda dos bens confiscados e da adjudicação dos bens públicos; *apodectas* ou coletores gerais; *astímonos*, encarregados da manutenção da ordem na cidade; *agoranomoi*, ou inspetores do mercado; *metrónomos*, ou guardiões das medidas; *sitofílaces*, ou inspetores do trigo etc. No decorrer do século IV a.C., tinham aparecido, também, magistraturas financeiras especializadas, tal como a de "preposto do teórico", e foi com o título de *temias epi ten dioiksin*, intendente da administração, que Licurgo, após Queroneia, realizaria sua obra de reforma.

Essa especialização de funções, evidentemente, traduz a evolução do Estado ateniense no século IV a.C. Deixando parcialmente de se confundir com a comunidade de cidadãos, torna-se um Estado no sentido próprio, cujos magistrados desempenham o papel de um corpo de funcionários. Com a diferença, no entanto, de que eles, pelo menos teoricamente, ficavam em função somente por um ano – pois é surpreendente a constatação de que, como já acontecia anteriormente com a estratégia, as magistraturas, que exigiam uma certa competência técnica, podiam ser disputadas vários anos seguidos, o que contribuía para assegurar uma certa permanência da administração.

Esse quadro das instituições atenienses, na segunda metade do século IV a.C., seria incompleto se não fosse feita menção aos tribunais. A *Ekklésia* e a *Boulè*, como vimos, podiam erigir-se em tribunal supremo, mas havia também os tribunais especializados. O mais antigo e o mais venerável era o Areópago. Reunido na colina do mesmo nome, era formado pelos antigos arcontes que tinham deixado o cargo e que se tornavam membros vitalícios do mesmo. Por sua forma de recrutamento, como pelo papel que desempenhara no passado, o Areópago representava a tradição. A partir das reformas de Efilates, em 462 a.C., esse tribunal fora privado da maioria de suas atribuições. Conservava, no entanto, um grande prestígio e, por diversas vezes, durante o século IV a.C., parece ter sido

A CONSTITUIÇÃO ATENIENSE



chamado a desempenhar o papel político de guardião das leis. Assim foi, depois da derrocada da tirania dos Trinta, e também depois de Queroneia, no período conturbado que se seguiu à derrota. Todavia, é mister não exagerar a importância do Areópago no século IV a.C. Mesmo que tenham pensado em apelar a ele nos momentos críticos, sua competência não ficava menos limitada.

Ele era diferente do tribunal popular da Heliéia – ao qual todo ateniense de mais de trinta anos e no gozo de seus direitos cívicos podia pertencer. A cada ano, eram escolhidos 6.000 juizes, à razão de 600 por tribo. Os heliastas, ao serem empossados, prestavam um juramento pelo qual se comprometiam a respeitar a Constituição e as leis, bem como – segundo um texto inserido no discurso do *corpus* demosteniano – a não decretar nem a partilha das terras nem a abolição das dívidas. A Heliéia, somente em casos excepcionais, se reunia em sessão plenária. O mais das vezes, os heliastas, segundo um sorteio extremamente complicado, eram distribuídos pelos diversos tribunais, os quais se reuniam separadamente sob a presidência do arconte, dos tesmótetas, dos Onze, etc. Um tribunal comum era composto de 501 membros. Os juizes eram remunerados com um *misthos* que, no século IV a.C. elevava-se a 3 óbolos. Aqui se coloca o mesmo problema que já foi lembrado com relação à *Ekklesia* e à *Boulé*: o tribunal estaria nas mãos dos pobres que nele faziam a lei, ou, ao contrário, os juizes convocados a tomarem parte no tribunal seriam, com freqüência, recrutados apenas entre as pessoas de condição abastada? *As Vespas* de Aristófanes e as acusações lançadas contra a justiça ateniense levam-nos a preferir a primeira fórmula, evitando-se, é claro, todo esquematismo excessivo. Não podemos duvidar que os juizes não tenham sido tentados a multiplicar as penas contra os ricos, uma vez que eram pagos com o produto das multas. Mas os ricos também podiam dispor de meios de se defenderem, como testemunham os numerosos arrazoados que chegaram até nós.

Esses arrazoados não têm apenas o mérito de nos informar sobre o funcionamento da justiça ateniense. Constituem um quadro vivo da sociedade ateniense do século IV a.C. e nos fazem penetrar no cerne dos problemas, tanto políticos quanto econômicos, que marcavam a vida da cidade.

A Vida Econômica

Como vimos, Atenas saíra enfraquecida da Guerra do Peloponeso. Muito cedo, porém, graças à reconstituição do Império, e também à valorização de seus recursos minerais, conseguira voltar a ser a primeira potência econômica do Mar Egeu. Se, em 356 a.C., em *As Recetas*, Xenofonte queixava-se ainda da lentidão da retomada da exploração das minas e da diminuição da atividade do Pireu, parece que, desde meados do século, assiste-se a uma “renascença” que traduz a abundância das concessões minerais nos anos 350/330 a.C., e também a uma maior atividade do Pireu durante esse mesmo período. É bem verdade que é difícil

fazer-se uma idéia precisa do volume dos produtos trocados, bem como da importância da produção mineira durante esses anos. Mas, não há dúvida que, na época, os concessionários, recrutados entre os cidadãos mais ricos, realizaram lucros compensadores. Além disso, depois de 350 a.C., a instituição de um processo acelerado, em matéria de ação comercial, é expressão do desejo da cidade de favorecer os negociantes estrangeiros e de atraí-los a Atenas. Com efeito, diante do tribunal presidido pelos *tesmótetas*, esses podem mover uma ação diretamente, sem recorrer à caução de um cidadão "patrono", como ocorria outrora. Nos anos 350/330 a.C., isso vai acarretar uma multiplicação dessas ações comerciais, e, dos arrazoados que então foram pronunciados, depreende-se o quadro de um "mundo dos negócios" particularmente colorido e cheio de vida. Banqueiros, armadores e negociantes acotovelam-se no Pireu e se associam em empresas mais ou menos aventurosas, mas que sempre rendiam lucros seguros. Geralmente, a iniciativa parte do negociante, do *emporos*, que se reúne com um armador para organizar uma viagem em direção ao Ponto Euximo ou à Sicília. A fim de comprar mercadoria, que constituirá o carregamento da viagem de ida, o negociante pede emprestado a um banqueiro ou a um particular rico uma soma que ele se compromete a reembolsar com um elevado juro ao regressar. Entre os diferentes interessados redige-se um contrato diante de testemunhas, contrato esse que servirá de prova em caso de má vontade do(s) tomador(es). O empréstimo tem a carga como fiança, mas em caso de naufrágio, o devedor fica liberado da dívida e o emprestador não pode exigir mais nada. Imaginamos os conflitos que podiam se originar de tais práticas e a necessidade de um processo rápido para regulá-los. Mas a própria existência do ato escrito é um fato novo que revela a importância de que se tinham revestido as atividades comerciais na vida da cidade, em meados do século IV a.C.

E, no entanto, essas atividades comerciais desenvolviam-se, parcialmente, à margem do mundo da cidade; os comerciantes e os armadores, através dos quais conhecemos os arrazoados, freqüentemente são estrangeiros ou metecos. Entre eles há poucos cidadãos, e, quando os encontramos, são, geralmente, pessoas ricas que mediante o já referido contrato emprestam para fazer seu dinheiro produzir lucros. Eles próprios, porém, mantêm-se fora do negócio. Isso significaria dizer que, como no século V a.C., os atenienses limitam-se a receber proventos de uma atividade comercial cujos lucros reais lhes escapam? Efetivamente, parece que, nessa segunda metade do século IV a.C., assistimos a uma subversão das estruturas tradicionais que, talvez mais ainda que a crise das instituições, é uma manifestação do declínio da cidade. Se a maior parte dos cidadãos, de fato, continua alheia a esse mundo dos negócios, é, todavia, surpreendente que, no futuro, o mesmo esteja juridicamente integrado à cidade. A outorga de um processo excepcional para as ações comerciais, o fato de que sua instrução seja confiada aos *tesmótetas*, a igualdade entre os cidadãos e os estrangeiros perante os tribunais de comércio, o desenvolvimento do ato escrito em matéria de jurisdição comercial, tudo isso testemunha a entrada oficial do dinheiro e do lucro na ética da cidade. Não é por

acaso que é nesse momento, precisamente, que Aristóteles, pela primeira vez, coloca o problema da origem da moeda, e o que ele diz sobre a vida crematística se esclarece pelo contexto histórico da vida ateniense da segunda metade do século IV a.C. É verdade que Platão, um século antes, já denunciava "o amor às riquezas" como um dos males de que sofria a cidade. Mas tratava-se de coisa bem diferente da crematística; o que Platão reprovava era o entesouramento, a acumulação de vasos, de roupas luxuosas, jóias e armas, que tornavam seus detentores receosos e desconfiados com relação aos pobres – enquanto Aristóteles condena a atividade dirigida para o lucro, a arte de ganhar dinheiro.

Ora, justamente essa arte de ganhar dinheiro, na segunda metade do século IV a.C., já não é apanágio somente dos estrangeiros domiciliados ou em trânsito. Já vimos que atenienses ricos emprestavam mediante um contrato e não hesitavam em se juntarem a estrangeiros na esperança de uma vantagem pecuniária. Essa nova mentalidade encontrava-se nas atividades tradicionais. Alguns arrazoados do final do século IV a.C. atestam que alguns concessionários de minas realizavam lucros consideráveis, não hesitando em escavar galerias além dos limites de sua concessão nem em derrubar pilastras de minérios para tirar mais prata de sua mina. Temos indicações de cifras de rendimentos consideráveis: um certo Eutícrates teria tirado, de sua mina, 60 talentos, e Epicrates de Palene e seus sócios – que figuravam entre os mais ricos atenienses – teriam conseguido um rendimento de 300 talentos. Por outro lado, trata-se, nesse caso, de atenienses pouco conhecidos, de simples particulares que se interessam mais pelo dinheiro do que pela vida da cidade.

Mas o que parece mais significativo de se ver é essa arte de ganhar dinheiro invadir até mesmo o mundo por natureza mais alheio à crematística, a saber, o mundo da terra. É bem verdade que, a partir da Guerra do Peloponeso, a terra adquirira uma mobilidade que tendia a fazer dela, senão uma mercadoria, pelo menos um objeto de compra e venda. E, pelas alusões de Xenofonte, em *O Econômico*, vimos que a especulação sobre a terra começou muito cedo naquele século. Mas tratava-se de uma especulação que podia ainda se justificar como "amor à agricultura". Todavia quando, por volta de 330 a.C., o grande proprietário Fenipo especula sobre o preço dos produtos agrícolas, não se trata mais de amor à agricultura, mas da agricultura colocada a serviço do amor ao lucro.

É verdade que esses são fatos que, em parte, ainda permanecem marginais, que não afetam verdadeiramente a vida da cidade – a qual, teoricamente, continua igual ao que sempre fora. Não é menos verdade que, a partir daí, existe em Atenas uma classe de homens ricos, dispostos a fazer seus interesses sobrepujarem os da cidade, e no seio desse grupo misturam-se homens de todas as origens – até mesmo estrangeiros e metecos – unidos pelo amor comum ao lucro.

Em face deles, há uma massa de cidadãos ligados à ética tradicional da cidade, que espera desta, senão sua subsistência, pelo menos vantagens materiais

substanciais, destinadas a compensar os efeitos de uma crescente penúria. Efetivamente, não se deve ocultar o fato de que, se bem que a crematística invadira a cidade, ela interessava apenas a um pequeno número de pessoas. A massa dos camponeses continua a viver nas condições precárias de sempre – agravadas, talvez, pela proximidade desses homens ricos, sempre dispostos a aumentar sua propriedade às expensas de um mais pobre. Mas é sobretudo a população urbana que é atingida, pois esta perdera as vantagens materiais extraídas do Império. Agrava-se o declínio do artesanato livre, ligado a todo um conjunto de fatores – entre os quais se deve colocar a industrialização dos países bárbaros, antigos clientes de Atenas. A cerâmica ática é encontrada apenas na península de Kerch, que dá seu nome ao último estilo de vasos com figuras vermelhas. A moeda de Atenas logo vai encontrar a concorrência das massas metálicas lançadas pela conquista de Alexandre no mercado egeu. A indústria de armas está periclitando, pois Atenas não tem mais exército nem política exterior. Finalmente, as obras públicas não retomam o ritmo da grande época, e não são as poucas trirremes fornecidas a Filipe que bastam para dar trabalho aos carpinteiros dos arsenais. Acima de tudo, porém, é a população da cidade e do porto que está ameaçada de sofrer penúria e fome. Os comboios de trigo não chegam mais ao Pireu e, por volta de 330 a.C., a situação torna-se particularmente dramática. “Foi nessa época”, lembra um litigante, “que, no Odeon, distribuía-se farinha de cevada às pessoas da cidade, e os habitantes do Pireu recebiam, no arsenal, pães como esmola e acotovelavam-se, no Grande Pórtico, para receberem meio sexteiro de farinha de cevada” (Demóstenes, *Contra Fórmion*, 37-39).

O abastecimento de Atenas depende, então, da generosidade dos metecos ricos – aos quais a cidade recompensa com a concessão de privilégios honoríficos, e o fato de que um maior número de estrangeiros que de cidadãos sejam agraciados com o título de evergeta é um dos grandes paradoxos da época.

Quanto aos escravos, estes constituem uma massa anônima a respeito da qual temos apenas informações esporádicas. Um recenseamento feito no final do século IV a.C. avalia seu número em 400.000. Mas esta cifra, transmitida por uma fonte serôdia, foi contestada, e é forçoso reconhecer nossa ignorância quanto ao verdadeiro número dos escravos. Encontram-se em toda parte, nos campos e nas oficinas, nos canteiros de obras públicas e nas minas. Alguns chegam até a explorar lojas na Ágora, contentando-se em entregar a seu amo uma renda fixa – o que lhes permite, quando são espertos, enriquecer-se e comprarem sua alforria. Por conseguinte, se em Atenas os escravos gozam de certas garantias jurídicas e se, como já sublinhava o autor de *A República dos Atenienses*, no final do século V a.C., freqüentemente nada os distingue dos homens livres pobres, as alforrias continuam raras e, entre 340 e 320 a.C., calculou-se que elas se elevavam a mais ou menos 50 por ano. Por outro lado, vimos o quanto repugnavam, aos atenienses, manumissões maciças de escravos: o projeto de Hipérites, em 338 a.C., foi atacado, e o orador teve que reirá-lo. O escravo continuava um objeto de propriedade, e a

escravatura, uma realidade que ninguém, salvo alguns filósofos que viviam à margem da cidade, teria sonhado em contestar.

### *A Vida Quotidiana*

Aparentemente, a vida da cidade pouco mudou desde a época arcaica. A própria cidade apresenta-se sempre como um aglomerado de casas em volta da Acrópole. Mas ela estendeu-se bastante, ultrapassando a antiga necrópole do Serâmico, onde se amontoavam as oficinas e as lojas. Somente a Acrópole e a Ágora apresentam um caráter monumental. Nenhuma construção nova veio modificar a fisionomia da Acrópole de Péricles, e é somente na época helenística que as prodigalidades dos reis de Pérgamo permitirão a construção de um novo Pórtico, na bordadura da Ágora. O único monumento importante construído no século IV a.C. é o Teatro de Dioniso, ao pé da Acrópole, no lugar do antigo teatro de madeira – e um orador do século IV a.C. podia, com razão, queixar-se de que, a partir de então, as casas dos ricos, por seu luxo, começaram a eclipsar as obras públicas.

Essas ricas casas, decoradas com estuque e mosaicos, e colunadas de louça e de tecidos preciosos, permaneciam, no entanto, como exceção. A maior parte das casas de Atenas – feitas com tijolo cru, sem aberturas para a rua, com exceção da porta – eram bastante modestas, e desprovidas da mínima decoração interior. Em *O Econômico*, Xenofonte faz uma descrição bastante precisa da casa de um ateniense abastado. A parte principal é o *thálamos*, o quarto onde se guardam os objetos mais preciosos, a louça pintada, a baixela, os móveis – ou seja, alguns assentos, baús e camas. As diferentes peças da casa abrem-se para um pátio interno. Esse pátio é, por vezes, guarnecido de pórticos nas casas mais ricas. O mais das vezes, no entanto, ele é desguarnecido. Quando a casa tem um andar, este fica voltado para o sul, a fim de aproveitar o sol do inverno. É ali que se localizam as salas de estar, enquanto os quartos, onde se guardam as provisões, estão situados ao norte. Nas grandes casas, distinguem-se nitidamente o apartamento dos homens – o *ândron* – do das mulheres – o *gineceu* – onde fica a dona-de-casa rodeada pelas servas. Na casa de Eufileto, um cliente de Lísias, o apartamento das mulheres situava-se no primeiro andar, e o dos homens, no térreo. Também era no térreo que se encontravam as lojas e as oficinas que davam para a rua.

Lojas e oficinas eram, efetivamente, lugares onde os atenienses paravam, de bom grado, para tagarelar ou para discutir os acontecimentos políticos recentes. A barbearia, a perfumaria, a oficina do oleiro ou a do ferreiro tornavam-se, assim, lugares de encontro e de debate onde se aguçava o senso crítico dos atenienses. Era ali também que se resolviam as contendas e que, às vezes, tinham início as questões judiciárias. Um arrazoado de Lísias dá-nos um quadro particularmente pitoresco dessa vida da rua. O litigante relata em que circunstâncias descobriu que seu adversário era de origem servil, embora se pretendesse cidadão: “Como, desde

há muito tempo, ele não deixava de se mostrar malevolente no que me respeita, vim à oficina de pisoamento onde ele trabalhava e citei-o perante o polemarco, convencido de que ele era meteco. Mas tendo-me dito que era plateense, perguntei-lhe de qual *dème*, e um dos presentes aconselhou-me a fazê-lo comparecer perante a tribo à qual ele dizia pertencer. Como respondera que era da Decélia, citei-o perante os juizes da tribo ipotôntide. Perguntando a todos que encontrava se conheciam um dos membros de seu *dème* chamado Pancléon, dirigi-me, em seguida, à barberia que fica próxima dos Hermes, aonde os decelianos vão com freqüência. Mas ninguém o conhecia, e como soubera que se tinham movido outras ações contra ele, e que já tinha sido condenado pelo polemarco, decidi, por minha vez, processá-lo... Mas ele me opôs a exceção, e minha queixa não foi aceita. Como não quisesse dar mostras de destemperança, preferi retirar minha queixa a cometer uma injustiça. Perguntei, então, a Eucrito – a quem sabia ser o mais velho e mais bem-informado dos plateenses – se conhecia um tal Pancléon, filho de Hiparmodoro. Respondeu-me que conhecia bem Hiparmodoro, mas nenhum filho desse homem com nome de Pancléon ou qualquer outro nome. Interroguei, igualmente, os outros plateenses. Nenhum conhecia esse nome, mas, para obter a informação, aconselharam-me ir ao mercado de queijos, no último dia do mês. Efetivamente, todos os meses, nesse dia, os plateenses reuniam-se. Fui, pois, no tal dia, ao mercado de queijos, e indaguei dos plateenses para saber se conheciam um dos seus que se chamasse Pancléon. Ninguém o conhecia, exceto um homem que me disse não haver ninguém com esse nome entre os cidadãos, mas que havia um escravo fugido chamado Pancléon: a idade e a profissão coincidiam” (Lísias, *Contra Pancléon*, 2-8).

As mulheres permaneciam à margem dessas discussões. Convém, no entanto, acautelarmo-nos e não imaginar a mulher ateniense do século IV a.C. como uma reclusa. É verdade que a mulher de Iscômaque, o principal interlocutor de Sócrates, em *O Econômico*, de Xenofonte, aparece em primeiro lugar como uma dona-de-casa. Alheia a tudo que não seja a economia doméstica, distribui tarefas às servas, fia e tece os tecidos que servirão para vestir as diversas pessoas da casa, vela para que tudo esteja em ordem. Quanto ao resto, submete-se à boa vontade do esposo, único senhor verdadeiro. Mas trata-se de uma casa abastada, onde se perpetuam as tradições antigas. As mulheres do povo têm uma vida bem diferente. Elas próprias, freqüentemente obrigadas a trabalhar, dirigem-se ao mercado para ali vender o produto de seu trabalho. As heroínas de Aristófanes são, talvez, um pouco forçadas, e nem todas as mulheres de Atenas tinham a liberdade de linguagem de Praxágora ou de Lisístrata – mas não se pode duvidar de sua participação na vida da cidade, senão no plano político que continuava a lhes ser vedado –, pelo menos no plano da vida cotidiana. Além disso, as festas religiosas eram, para essas mulheres, ocasião de “sair” de casa e participar das cerimônias – cuja licenciosidade não deixa de surpreender. Finalmente, alguns arrazoados atestam que, mesmo nos meios abastados, às vezes, as mulheres podiam ser levadas a desempenhar um papel mais ativo que o que se imagina, e eram capazes

de se lançarem a tortuosas manobras com o fito de desviarem uma herança em proveito próprio, ou zombar da patética de um velhote. Política e socialmente tratada como menor, a mulher não desempenhava um papel menos importante na vida cotidiana. Não obstante, a educação dos filhos, em grande parte, escapava-lhe. Efetivamente, se as meninas permaneciam na casa, ao lado das mães, até o casamento – mais ou menos aos quinze anos –, os meninos, por volta dos 5 ou 6 anos, escapavam à tutela materna. Eram, então, confiados a um pedagogo, freqüentemente de condição servil, cuja principal tarefa consistia em levar o garoto aos mestres que lhe ensinavam a ler, escrever e recitar os poemas dos grandes luminares da poesia grega, como Homero, Hesíodo, Sinônides e também daquele que, em Atenas, venerava-se como o pai da democracia, Sólon. O garoto também recebia uma educação musical, enquanto que, na palestra, treinava o corpo com exercícios atléticos. A partir dos quinze anos, freqüentava o ginásio, onde continuava sua educação física ao mesmo tempo que discutia os grandes problemas filosóficos ou políticos. No entanto, convém não nos iludirmos: se, entre os atenienses da cidade havia muitos que sabiam ler, muito poucos, dentre eles, podiam freqüentar o ginásio. Os jogos atléticos eram – senão de direito, mas pelo menos de fato – reservados aos jovens de condição abastada, os quais não precisavam aprender um ofício para viver. Eram esses que se encontravam na Academia a ouvir as aulas de Platão, no Liceu e no Cinosargo, e a quem estava reservada uma “*paideia*”, essa educação da qual Platão, em *A República*, esboçara o retrato ideal e que esperava trouxesse o fim dos males de que sofria a cidade. Eram também os jovens das famílias ricas de Atenas que podiam pagar as aulas de um retórico famoso como Isócrates, com o qual, ao discutirem os problemas políticos do momento, aprendiam a arte de bem falar. Os outros, os filhos de artesãos ou de camponeses, muito cedo se iniciavam no ofício do pai, e sua educação não ia muito longe. Se lhes acontecia – como a Estrepsíades, de *As Nuvens* de Aristófanes – de casar com uma mulher da cidade e de dar ao filho que nascesse uma educação apurada, logo eram “superados” pela situação. Efetivamente, é preciso que jamais se perca de vista o fato de que o corpo dos cidadãos estava longe de ser homogêneo – sobretudo no século IV a.C. –, e que a vida das pessoas da cidade, e particularmente a dos ricos, dá apenas uma idéia parcial do que era a vida cotidiana dos habitantes da Ática. O Pireu, por exemplo, formava um aglomerado urbano importante, onde os cidadãos, escravos e estrangeiros, acotovelavam-se diariamente. Seu plano fora traçado por Hipódamo de Mileto e, à diferença de Atenas – onde as casas aglomeravam-se sem plano preestabelecido –, o Pireu era caracterizado por uma disposição das ruas em forma de quadrado que cruzavam, em ângulo reto, com os grandes espaços destinados às instalações portuárias. Um povaréu heteróclito espremia-se ao longo das docas e dos entrepostos. Santuários dedicados a divindades estrangeiras atraíam, nos dias de procissão, estrangeiros e até escravos. Tavernas e “albergues” – os quais, por vezes, eram de propriedade de cidadãos abastados – acolhiam as pessoas em trânsito. Ademais, as pessoas da cidade não hesitavam em se dirigir ao Pireu para assistirem a certas festas que as maravilhavam e seduziam por seu caráter de novidade. No

começo do diálogo *A República*, Sócrates lembra que desceu ao Pireu para assistir às festas em honra da deusa trácia Bendis, e, quando se preparava para voltar a Atenas, Polemarco – filho do rico armador meteco Céfalo – convidou-o a ficar em sua casa para assistir à procissão noturna. E é enquanto esperam essa procissão que, entre os hóspedes de Céfalo, trava-se a famosa discussão sobre a justiça, debate do qual tomam parte um célebre sofista da Calcedônia, chamado Trasimaco, alguns jovens atenienses abastados, como Adimanto e Glauco – o meteco Polemarco que devia encontrar a morte nas mãos dos Trinta, em 408 a.C. –, e, naturalmente, Sócrates. A casa do rico Céfalo era, evidentemente, um pouco excepcional. Mas não se pode duvidar que outros metecos opulentos gostavam de, assim, verem-se cercados de amigos e de pessoas de negócios. À noite, nessas ricas casas, banquetes reuniam pessoas dispostas a se distraírem em meio a tocadoras de flauta e cortesãs. Estas podiam ser mulheres livres que tinham decidido tirar partido de seu charme. Todavia, o mais das vezes, livres ou escravas, pertenciam a um patrão ou patroa que tirava de sua “locação” substanciais lucros. Um arrazoado que figura no “corpus” das obras de Demóstenes – se bem que manifestamente não seja dele – faz alusão a uma certa Nicareta, alforriada, que era casada com um célebre cozinheiro: “Ela tinha o dom de reconhecer as promessas de beleza nas garotas e consentia em, como entendia, criá-las e dar-lhes uma educação; era um ofício em que se tornara mestra, e era com essas criaturas que ganhava a vida. Chamava-as de filhas, a fim de conseguir maiores somas daqueles que queriam possuí-las, na crença de que eram livres. Após se ter aproveitado da juventude de cada uma, vendeu-as em bloco, todas as sete” (*Contra Neera*, 18-19). Uma delas, Neera, foi exercer seu ofício em Corinto, pouco depois de ter comprado sua alforria, graças à generosidade de antigos amantes – e voltou a Atenas com um deles: “Frinonte trouxe-a, pois, para cá; com ela, levou uma vida de desvairados deboches: ela o acompanhava aos festins e a toda parte onde ele fosse beber; ela estava em todas as festas; ele ostentava-se com ela em todos os lugares e toda vez que lhe dava na veneta, vangloriando-se de ser um escandaloso desabrido” (id., 33). Neera acabou por fugir da casa de seu amante levando jóias e roupas, passou dois anos em Mégara, e depois voltou a Atenas com um certo Estéfano, que pretendia fazer Neera trabalhar para ele, fazendo-a passar por sua mulher: “Os favores somente eram concedidos a um preço elevado, agora que ela tinha um nome e um marido. Em convivência com ela, Estéfano praticava chantagem quando conseguia apanhar algum estrangeiro ingênuo e rico: seqüestrava-o como adúltero e extorquia-lhe grande quantia” (id., 41). Essa edificante história da vida ateniense dá-nos uma imagem um pouco diferente daquela evocada pelas esculturas do Partenon e pelos diálogos de Platão, mas não se pode duvidar que ela também seja verdadeira.

A grande massa da população, no entanto, vivia no campo e permanecia à margem tanto da vida política quanto dos jogos do ginásio e dos deboches que se seguiam aos banquetes. Evidentemente, é o teatro de Aristófanes que nos fornece as maiores indicações sobre a vida nos campos da Ática. E pode-se, nesse caso, sem

medo de errar, considerar essa descrição válida ainda para o século IV a.C., tão pouco devem ter mudado as condições de vida desses camponeses. Uma vida difícil, sem dúvida alguma. Mesmo que as chagas da Guerra do Peloponeso tivessem sido curadas relativamente rápido, não se estava a salvo nem de uma má colheita, nem de um inverno particularmente rigoroso ou de um verão excessivamente seco – caso em que, à custa de duros esforços, conseguia-se o suficiente para subsistir e adquirir algumas moedas para ir ao mercado comprar ferramentas, farinha ou calçados. Mas uma vida que também oferece alegrias simples, como assistir ao raiar do sol, deitar-se à sombra num dia quente de verão e festejar, em meio a seus companheiros de *dème*, quando das festas em honra do Dioniso rústico. É nessa ocasião que comem carnes assadas ao invés do bolo folhado ou da papa de cereais, e que se entregam a divertidas brincadeiras entremeadas de cantos e danças, ao mesmo tempo em que seguem a procissão do *phallos*. É verdade que os dias posteriores são amargos, e é mister retomar a dura faina cotidiana; mas a lembrança dessas festas permite suportá-la mais facilmente.

As festas religiosas não são os únicos intervalos na vida dos camponeses da Ática. Às vezes, se a questão a debater é particularmente importante, as pessoas vão à cidade para se reunirem na Pnix. Nesse caso, é necessário levantar-se bem cedo. Em *A Assembléia das Mulheres*, o coro evoca a partida dos camponeses ao alvorecer: “Vamos à Assembléia, ó homens, pois o tesmóteta ameaçou não dar o trióbolo a todo aquele que não tiver chegado bem cedo, ao amanhecer mesmo, coberto de poeira, contente com uma salmoura ao alho e uma mina de amargo suco de ervas... Depois de receber nosso *jeton*, sentemo-nos, uns perto dos outros, para votar com as mãos erguidas a favor de tudo o que for preciso que nossas amigas votem; ah, não – era “amigos” que deveria ter dito... não esqueçam de repelir as pessoas da cidade, todos aqueles que, outrora, quando recebíamos apenas um óbolo, ficavam a tagarelar no mercado de coroas; hoje elas são demasiadamente incômodas. Mas não era assim quando o valoroso Mironides era arconte; ninguém teria tido a audácia de querer administrar os negócios da cidade mediante pagamento em dinheiro. Cada um chegava trazendo sua própria bebida em um pequeno odre, pão seco, duas cebolas e três azeitonas; e às vezes nem isso! Atualmente, é um trióbolo que alguém procura ganhar quando se ocupa da coisa pública” (v. 289-309).

A oportunidade de ir à cidade pode servir também para vender algum excedente. Mas o camponês teme sempre ser “enrolado” pelo cidadão, mais hábil, e dá-se pressa em retornar ao campo e à vida calma de sua aldeia. Eis a razão pela qual a Guerra do Peloponeso, que os obrigou a viver dentro das muralhas de Atenas, fora uma provação particularmente difícil para os camponeses – bem como o fato de que estes eram favoráveis a uma política pacifista. A guerra não lhes dizia respeito, na medida em que era cada vez mais uma profissão – da mesma maneira que política estava se tornando um ofício. E não está longe o dia em que esses camponeses, cada vez mais miseráveis, deixarão de contar nas decisões da cidade.

### A Obra de Licurgo

Alguns, no entanto, sonhavam ainda em dar a Atenas sua fisionomia tradicional.

Era nisso que Licurgo, um dos oradores do partido antimacedônio, empenhar-se-ia. Por volta de 335 a.C., este fora investido no cargo de "preposto da administração financeira" – função nova, mas que, como a de "preposto do teórico", no tempo de Eubulo, dava a seu detentor poderes excepcionais. Licurgo pertencia àquela antiga aristocracia que, a partir do final do século V a.C., vira-se lentamente despojada de suas prerrogativas políticas anteriores. Frequentara as aulas de Platão e de Isócrates, e parece que, como este, sonhara com um retorno ao passado e à tradição, quando a democracia repousava sobre uma classe estável de camponeses-soldados. Não se sabe bem por que meios ele conseguiu restaurar as finanças da cidade, mas as receitas anuais de Atenas logo chegaram a atingir 1.200 talentos. Repete-se, com pouco caso, que ele gozava da "confiança" dos ricos. Mas isso não quer dizer muita coisa. Quando muito, pode-se admitir que a paz interna e o desinteresse de Atenas pela política externa (ela não participa nem do sobressalto que sacode o mundo grego ao anúncio da morte de Filipe, nem da sublevação de Ágis, Rei de Esparta, em 331 a.C.) favorecem uma certa retomada da atividade mineira (é entre 350 e 330 a.C. que as listas do *poletes* contêm o maior número de nomes) e das trocas comerciais que, mesmo que não fossem, como vimos, do interesse dos cidadãos, nem por isso deixavam de trazer reais benefícios à cidade, através de diversos impostos e multas.

O equilíbrio orçamentário também podia ser explicado por uma redução das despesas. Não podia conceder-se a abolição dos *misthoi* – que constituíam a própria base do regime democrático. Além disso, a manutenção de um certo equilíbrio social depois da agitação que se deflagrou em seguida a Queroneia implicava a restauração do "teórico", suprido por um momento, sob as injunções de Demóstenes. Mas, no período precedente, o essencial dos encargos financeiros referia-se às despesas militares e, principalmente, às pesadas despesas acarretadas pela manutenção de exércitos de mercenários. Por muito tempo se atribuiu a Licurgo a reorganização da efébia que nos faz conhecer a *Athenaion Politela*, e cujo objetivo teria sido o de recriar um exército cívico. Provou-se, recentemente, que essa reorganização é anterior e, sem dúvida, remonta ao final dos anos sessenta do século. Mas deve ter produzido pleno efeito nos anos seguintes à Queroneia, sobre os quais dispomos de uma documentação relativamente importante. Todos os jovens atenienses, uma vez inscritos nas listas dos *démes*, deviam servir dois anos como efébos. Eram agrupados por tribo, sob o comando de um sofronista que recebia quatro óbolos diários por homem, para a alimentação e manutenção de sua tropa. No comando do conjunto de efébos, encontrava-se o cosmeta, eleito diretamente pela Assembléia. Os efébos serviam durante um ano no Pireu, nas cidadelas de Muníquia e Acte. Depois, no segundo

ano, montavam guarda nas fronteiras da Ática. A reorganização da efébia, assim, colocava, à disposição de Atenas, um exército permanente encarregado de garantir a defesa do seu território. Evidentemente, estava-se bem longe da Atenas de Péricles, encerrada em suas muralhas e senhora dos mares. Para o futuro, a defesa do solo da Ática tornava-se prioritária e traduzia o novo equilíbrio das forças políticas e sociais da cidade.

No entanto, Atenas não renunciava à manutenção de uma esquadra – eram necessários navios para escoltar os navios mercantes. E, a despeito da situação vigente, poder-se-ia imaginar que os sonhos hegemônicos não se tinham desvanecido de todo. Os inventários da marinha dão testemunho de que, por volta de 330 a.C., Atenas tinha, em seus estaleiros, um número apreciável de navios de guerra. Todavia, pode-se pensar que alguns deles não estavam equipados. E quando, em 322 a.C., a frota ateniense enfrenta a macedônia, não está em condições de suportar o embate.

Costuma-se, também, ligar à obra de Licurgo uma tentativa de restauração dos antigos cultos e festas religiosas. De fato, o século IV a.C. caracterizara-se por uma nítida regressão nos cultos cívicos. É verdade que as festas em honra de Atena, a deusa tutelar de Atenas, continuavam a ser celebradas com esplendor a cada quatro anos. Também é certo que, para dar mais brilho às festas em honra de Dioniso, substituíra-se o velho teatro de madeira onde se realizavam as representações por um teatro de pedra, cujos restos ainda se vêem ao pé da Acrópole; não obstante, os atenienses eram, cada vez mais, atraídos pelos cultos orientais que, por intermédio dos comerciantes, se introduziam na cidade. O próprio Licurgo, provavelmente no afã de atrair estrangeiros ao Pireu, autorizara os comerciantes de Cition – na ilha de Chipre – a construírem um santuário dedicado a Afrodite, e os negociantes egípcios a introduzirem, no Pireu, o culto de Ísis. Mas se era preciso fazer tais concessões, convinha também restituir o brilhantismo dos cultos cívicos. Estes tinham, evidentemente, padecido com o declínio do Império. Eis a razão pela qual Licurgo empenhou-se em reconstituir o tesouro de Atena apelando para as ofertas dos particulares. Ao mesmo tempo, as obras do santuário do Zeus Olímpico eram retomadas, enquanto que, em Elêusis, um novo *telesterion* era iniciado. Se bem que, por volta de meados do século, Demóstenes queixava-se de que então as construções particulares, por seu luxo, eclipsavam as obras públicas, parece que, na época de Licurgo, viu-se novamente as oferendas dos ricos afluírem aos santuários.

Mas tudo isso podia ressuscitar a grandeza de Atenas? É duvidoso. Com efeito, Licurgo tentava, desesperadamente, restaurar a Atenas tradicional num mundo que, como vimos, tinha evoluído, consideravelmente, a partir da época de Sólon. A esse respeito, sua tentativa assemelha-se àquela que o coríntio Timolconte realizava em Siracusa mais ou menos na mesma época. E se, aqui como lá, os resultados foram incontestáveis, inscreviam-se, no entanto, num contexto que era

sua própria negação. Daí seu caráter efêmero, tanto em Atenas quanto em Siracusa.

#### *A Crise de 330-326 a. C.*

De fato, em 330 a. C., irrompe uma crise que não tardaria a reduzir a zero os resultados obtidos. Essa crise tem, principalmente, um aspecto econômico. De 330 a 326 a. C., Atenas conhece um período de alta dos preços dos gêneros alimentícios – à qual já se fez alusão – e de escassez de trigo. A despeito da generosidade de alguns príncipes do Bósforo, o trigo e a cevada estão em falta em Atenas. Os especuladores aproveitam-se para aumentar artificialmente os preços, agravando ainda a situação dos mais pobres. Foi nessa ocasião que honrarias particularmente importantes foram concedidas aos metecos que favoreciam o abastecimento da cidade. Mas essas medidas eram apenas um paliativo insuficiente e pode-se imaginar que a agitação continuou em Atenas, durante esses anos conturbados. E isso era agravado pelas paixões políticas que, por um instante aplacadas, adquiriram novo alento. Após Queronéia, um certo Ctesifonte propusera que uma coroa de ouro fosse concedida a Demóstenes, como recompensa pelos serviços que prestara à cidade. Ésquines atacara a proposição como ilegal, sob o pretexto de que Demóstenes, na época magistrado, não podia ser coroado antes de sua prestação de contas. Em 330 a. C., por volta do fim do verão, Ésquino reiterou sua acusação contra Ctesifonte. Para os dois adversários, foi ocasião de lançarem à face, um do outro, os argumentos repisados há mais de dez anos. Demóstenes fez do *Discurso em prol de Ctesifonte sobre a Coroa* um vibrante arrazoado em favor de sua política e foi absolvido pelo tribunal, que condenou Ésquines a uma pesada multa.

Mas ao êxito de Demóstenes, que aparecia como uma aprovação da política antimacedônia, por parte do *dêmos*, logo se seguiria a eliminação de Licurgo: efetivamente, em 326 a. C., ele não foi reeleito para o cargo de “preposto da administração financeira”, e Mnesácmo, seu sucessor, moveu-lhe até um processo para prestação de contas. Licurgo foi absolvido e morreu pouco depois. Podemos perguntar-nos acerca das razões dessa não-reeleição: teria um significado político? Qual? Significava uma volta à política belicista ou, ao contrário, o triunfo, em Atenas, dos homens do partido macedônio – aos quais Licurgo sempre se opusera? De fato, esse partido macedônio fortalecera-se depois da vitória de Filipe, e os arrazoados de Demóstenes e de Hiperides citam os nomes de alguns de seus principais representantes. Entre eles, evidentemente, estava Dêmades, aquele que negociara a paz no dia que se seguiu a Queronéia, orador vulgar que não procurava nem mesmo ocultar sua venalidade e a quem, a partir de 326 a. C., encontramos investido de uma função oficial; havia Ésquines, pelo menos até sua condenação, depois do processo sobre a Coroa; e, também, Fócion, mais discreto. Se bem que este se tenha distinguido na guerra contra Filipe, muito cedo aconselhara a seus compatriotas a aceitarem a entente com o macedônio. Depois

de Queronéia, e sob a pressão do Areópago, foram-lhe concedidos poderes excepcionais. Aderiu, no entanto, às propostas de Filipe, trazidas por Dêmades, e conclamou os atenienses a se unirem à Liga de Corinto. E, depois da morte de Filipe, concitou-os a permanecerem à margem da agitação que sacudia o resto da Grécia. Segundo Plutarco, ele teria dito a Demóstenes, disposto a se exaltar em favor dos tebanos ameaçados por Alexandre: “Será que desejas, quando há tão grande incêndio na vizinhança, estendê-lo à nossa cidade? Quanto a mim, mesmo que os atenienses estejam decididos a causarem a própria ruína, não o permitirei – pois foi para isso que aceitei o cargo de estrategista”. Recebera um grande favor de Alexandre e este não lhe poupava honrarias. Todavia – pelo menos é isso que relata a tradição –, Fócion não queria, de modo algum, aparecer como estipendiado pelo rei e, em diversas ocasiões, recusou os luxuosos presentes que aquele lhe fazia. Nisso, distinguia-se da massa dos partidários do macedônio, homens dispostos a se venderem e aos quais Demóstenes podia facilmente fustigar.

#### *O Caso de Hárpalo*

Em todo caso, é incontestável que esses homens que – com exceção de Fócion, reeleito estrategista diversas vezes – não ocupavam funções importantes na cidade, ainda dominada pelos oradores do partido antimacedônio, a partir de 326 a. C., reapareceriam em posição de destaque. A ocasião foi-lhes oferecida pelo chamado caso de Hárpalo. Trata-se de um caso extremamente obscuro e que sempre perturbou os admiradores de Demóstenes. Hárpalo era o tesoureiro de Alexandre. Em 329 a. C., no momento em que a penúria em Atenas estava particularmente séria, ele levava um navio de cereais ao Pireu e, desse modo, conquistara o reconhecimento dos atenienses que, a título honorífico, concederam-lhe a cidadania. Ora, em 325 a. C., esse Hárpalo rompe com Alexandre e, no começo de 324 a. C., chega diante de Atenas com 30 navios, 6.000 soldados e 5.000 talentos em ouro, roubados de Alexandre. Dirigiu-se a Atenas e pediu para ser acolhido na qualidade de cidadão ateniense e defendido, contra a fúria de seu antigo senhor. Teria, então, proposto a alguns dirigentes atenienses colocar à disposição deles seu ouro e suas tropas, para uma eventual guerra de desforra. Sua proposta teria sido acolhida com simpatia? É difícil saber. Em todo caso, Hárpalo estabeleceu-se em Atenas – onde vivia com a cortesã Pitonice – e cercou-se de amigos, mais ou menos estipendiados, entre os quais o escultor Cárciles, genro de Fócion. No entanto, as intrigas de Hárpalo começavam a preocupar Alexandre. Terá sido exigência deste que Hárpalo foi detido? Não sabemos. Contudo, ele conseguiu fugir para Creta – onde devia encontrar a morte. E, depois de sua fuga, uma parte do ouro que trouxera a Atenas e que fora colocado em arresto no Partenon não foi encontrado. Foi então movido um processo contra todos os que eram chegados ao tesoureiro de Alexandre e, entre eles, Demóstenes, acusado de ter desviado uma parte dos fundos e recebido presentes a título pessoal. Demóstenes pediu que o Areópago se encarregasse do caso. O tribunal supremo concluiu pela culpabilidade dos acusados. Demóstenes teve, então, que comparecer perante um tribunal

comum que o condenou ao pagamento de uma multa de 50 talentos, depois de um veemente arrazoado de Hiperides acusando-o de, por cupidez, ter desfeito a amizade entre ambos, e de se ter tornado a vergonha dos que, outrora, tinham seguido sua política. Sem condições de pagar essa multa – o que, em parte, infirma as censuras de seus adversários – Demóstenes foi obrigado a tomar o caminho do exílio e refugiou-se, primeiramente, em Egina, e depois em Trezena. Todos esses acontecimentos tinham-se produzido num curto lapso de tempo – no decorrer do ano de 324 a.C. e nos primeiros meses de 323 a.C. Alexandre estava, então, no auge de seu poderio. Senhor do mundo oriental, faraó no Egito, homem predestinado que exigia a mais leal submissão de seus súditos, quisera coroar sua obra fazendo-se adorar, como um deus, pelos helenos. Para isso, enviara às olimpíadas de 324 a.C. um de seus embaixadores, Nicanor de Estagira, para transmitir aos gregos reunidos a vontade do rei dos macedônios, *hegemon* dos helenos, que reclamava lhe fossem prestadas honras divinas. Além disso, revivendo as preocupações que já animavam seu pai Filipe, no momento da conclusão do pacto de Corinto, Alexandre exigia que as cidades gregas favorecessem a volta dos banidos. Essa medida era de extrema gravidade para os gregos, em geral, e para Atenas, em particular, pois, aceitando o decreto de Alexandre, ela perdia a ilha de Samos – onde instalara um governo democrático que lhe era afeto e, sobretudo, clerúquias.

O debate na *ekklésia* também fora particularmente violento. Alguns oradores tinham-se pronunciado pela rejeição pura e simples das propostas de Alexandre, estando dispostos a arrostar a eventualidade de uma guerra. Demóstenes, que tinha representado Atenas em Olímpia (foi um pouco antes de irromper o caso de Hárpalo) aconselhara a conceder o ponto – que lhe parecia secundário – do ingresso de Alexandre no Panteão grego, para melhor resistir contra o que era mais grave: a convocação dos banidos e a perda de Samos. Pouco depois, Demóstenes era condenado, e Hiperides não lhe poupou censuras a essa moderação, com respeito ao macedônio. Mas o caso tinha suscitado em Atenas uma violenta agitação que ainda subsistia quando, em julho de 323 a.C., sobreveio a notícia da morte de Alexandre. Plutarco, em sua *Vida de Fócion*, relata a exaltação que, então, tomou conta dos atenienses: tudo se tornava possível, uma vez que o rei já não existia. Fócion bem que tentou acalmar os espíritos, mas pode-se pensar que sua amizade com Alexandre tornava-o suspeito. Atenas, no entanto, não estava em condições de fazer frente aos exércitos que o macedônio deixara na Europa, sob o comando de Antípatro. Mas Hiperides, e mais ainda o estrategista Leóstenes, não pretendiam deixar passar semelhante oportunidade. Enquanto Hiperides esforçava-se por constituir uma coalização em torno de Atenas, Leóstenes recrutava um exército de mercenários no cabo Tênaros. Todos os homens de menos de 40 anos foram mobilizados, e uma esquadra de 240 navios foi equipada e enviada em direção dos estreitos. Finalmente, a anistia foi proclamada em Atenas, o que permitiu a Demóstenes participar do último combate.

### *A Guerra Lamíaca e o Fim da Democracia Ateniense*

As principais operações desenvolveram-se nas proximidades de Lâmia, onde Leóstenes obrigara Antípatro a se refugiar. Mas quando, após um longo cerco, o estratego ateniense decidiu fazer uma investida, encontrou a morte. Aproveitando-se da confusão que a morte de seu general provocara entre os sitiados, Antípatro conseguiu sair da cidade e, em seguida, juntar-se aos exércitos de Leonato, – sátrapa da Frígia – e de Crátero. O exército macedônio, na ocasião com uma força de mais de 50.000 homens, dirigiu-se à Tessália. A batalha decisiva realizou-se em setembro de 322 a.C. em Crânion. Os gregos, coligados, tiveram que recuar e, enquanto as defecções multiplicavam-se em suas fileiras, foram entabuladas negociações visando à paz.

Por outro lado, enquanto esses acontecimentos ocorriam na Tessália, a frota ateniense, vencida uma primeira vez nos arredores de Abido, estava quase completamente destruída no final de um embate travado durante o verão de 322 a.C. ao largo de Amorgos.

Restava, pois, através da negociação, evitar o pior, ou seja, a entrada de Antípatro em Atenas. Votou-se um decreto proposto por Dêmades, segundo o qual se decidia o envio de uma embaixada até Antípatro – que se encontrava em Tebas. Fócion tomou a chefia dessa delegação e retornou a Atenas trazendo propostas do general macedônio: Atenas receberia uma guarnição macedônia, pagaria as despesas da guerra e uma pesada multa, perderia definitivamente Oropo, na fronteira com a Beócia, e Samos. Além disso, Demóstenes e Hiperides seriam entregues ao inimigo. Os atenienses foram obrigados a aceitar essas condições, e uma nova embaixada foi enviada ao macedônio. Sobre essa segunda embaixada, Plutarco deixou-nos uma narrativa que não é falta de interesse: “Fócion imediatamente partiu, mais uma vez, para Tebas com os outros embaixadores, entre os quais se incluiu o filósofo Xenócrates (que, a partir de 339 a.C., estava à frente da Academia platônica). Isto porque o prestígio e a virtude de Xenócrates, sua reputação e influência eram tais, junto a todo mundo, que não havia paixão, crueldade ou violência, em uma alma humana, que seu mero aspecto não reduzisse ao silêncio. No entanto, nesse caso, o resultado foi inverso, como consequência da ignorância de Antípatro e de sua ojeriza ao bem. Ele começou por não cumprimentar Xenócrates, ao passo que tinha apertado a mão dos outros, ao que o filósofo observou, dizendo que Antípatro fazia bem em, somente diante dele, ruborizar pela insensibilidade de que se aprestava a dar mostras à cidade. Em seguida, ao iniciar Xenócrates seu discurso, Antípatro não o deixou continuar, e, por sua rabugice e mau humor, obrigou o filósofo a se calar. Ao discurso de Fócion, o macedônio respondeu que faria amizade e aliança com os atenienses se estes entregassem Demóstenes e Hiperides, se restabelecessem a antiga constituição censitária, aceitassem uma guarnição macedônia em Muniquia e, finalmente, pagassem as despesas de guerra e uma indenização. Os embaixadores deram-se

por satisfeitos com essas condições – que consideraram brandas – exceto Xenócrates, que declarou que o tratamento que Antípatro lhes tinha dispensado era moderado para escravos, mas duro para homens livres. Como Fócion insistisse em obter dispensa da guarnição, diz-se que Antípatro lhe respondeu: 'Fócion, nós queremos te conceder tudo, salvo o que causaria a tua perda, bem como a nossa'" (*Vida de Fócion*, 27).

Esta última frase revela a agitação e o transtorno que reinavam então em Atenas. De fato, foi protegido pela guarnição macedônia, comandada por seu amigo Menilo, que o velho estrategista conseguiu fazer aprovar o decreto que atribuía a plena cidadania somente aos cidadãos possuidores de uma fortuna de, no mínimo, 2.000 dracmas. No dizer de Plutarco, 12.000 atenienses teriam sido desse modo exautorados. Diodoro dá uma indicação um pouco diferente, uma vez que, dos 30.000 cidadãos que Atenas contava na ocasião, somente 9.000 teriam conservado o benefício da *politéia*. Entre os cidadãos decaídos, alguns emigraram para a Trácia. Os outros continuaram em Atenas "em uma situação lamentável e humilhante". Efetivamente, para esses pobres, a perda da plena cidadania significava também a perda das vantagens materiais ligadas à qualidade de cidadão. Destarte, a equiparação feita por Demóstenes e Hiperides dos pró-macedônios com os adversários da democracia acabava por se justificar. O temor de uma agitação popular – que somente crescera, a partir de 330 a.C. – lançava os moderados no partido macedônio e levava-os a aceitar um regime oligárquico. Não deixa de ser interessante constatar, com respeito ao mesmo, que, doravante, este fundava-se somente no critério da fortuna, sem distinção de origem. Se bem que – naquela ocasião como em 411 a.C. – as pessoas tenham-se colocado sob o patronato da constituição dos ancestrais, o decreto exigido por Antípatro dizia respeito a uma sociedade bem diferente daquela da Atenas clássica.

A história de Atenas não chega ao fim com o estabelecimento de uma guarnição macedônia no Pireu. Nos anos que se seguiram à vitória de Antípatro, graças aos conflitos que opunham os generais de Alexandre entre si, os atenienses conseguiram, por diversas vezes, restabelecer a democracia – se bem que é verdade, sem se livrarem da guarnição de Muniquia. Quando, após 280 a.C., quase se consumou a partilha do Império de Alexandre, os atenienses souberam jogar com os conflitos, que opunham os soberanos helênicos entre si, para daí tirar vantagens materiais. A benevolência do Rei de Pérgamo, no século II a.C., enfim, permitiu à cidade cobrir-se de monumentos grandiosos. Mas a vida política era apenas um simulacro, e os decretos aprovados de forma tradicional pela *ekklesia*, por proposta da *Boulê*, não eram mais que decisões sem grande alcance. O Pireu estava cada vez mais abandonado pelos navios e comerciantes, que preferiam Rodes, Alexandria ou – mais tarde – Delos. As massas empobrecidas vegetavam na indigência, enquanto que uma "burguesia" abastada participava dos "favores" reais. De toda a Grécia ainda vinham pessoas para se iniciarem em Elêusis. Vinham também freqüentar a aulas dos grandes mestres que ensinavam na Academia

platônica ou no Liceu, no Pórtico de Zenão ou nos jardins de Epicuro. Mas Atenas deixara de ser uma potência política, e apenas o esplendor de sua civilização pretérita permitia-lhe, ainda, não mergulhar no esquecimento. Depois da conquista romana, Atenas continuará a desempenhar o papel de escola da Grécia e do mundo civilizado, e é na cidade de Péricles que, no século IV de nossa era, o futuro imperador Juliano virá iniciar-se na filosofia pagã, da qual será o último defensor, face ao cristianismo triunfante.

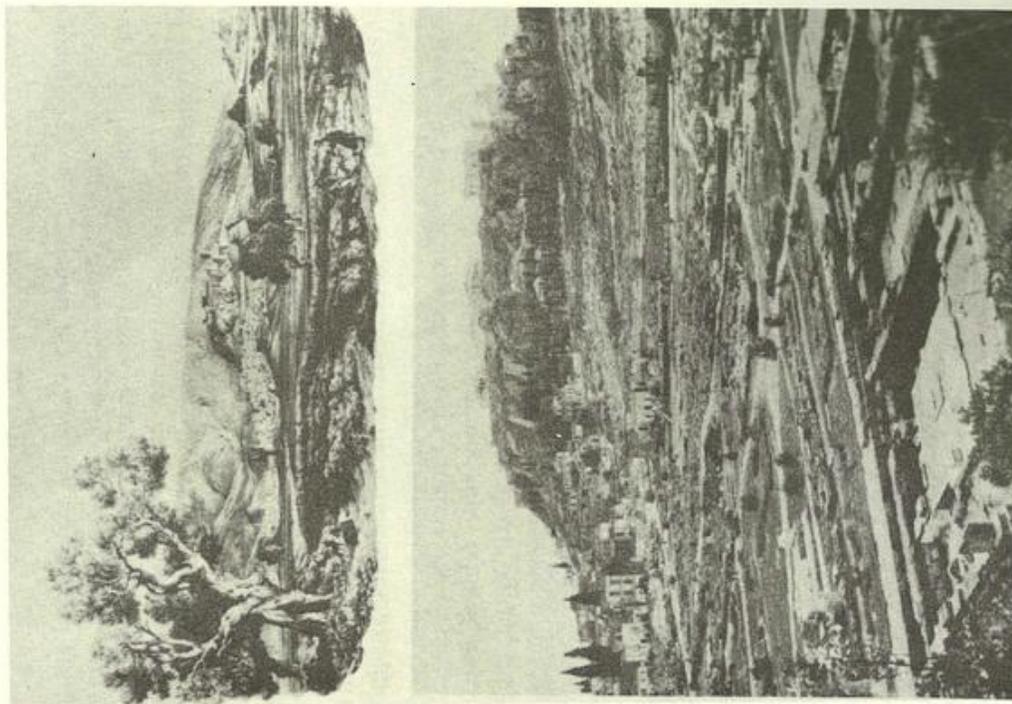


Arquitetura militar: fortaleza de Eleuteras, segunda metade do século IV a.C.

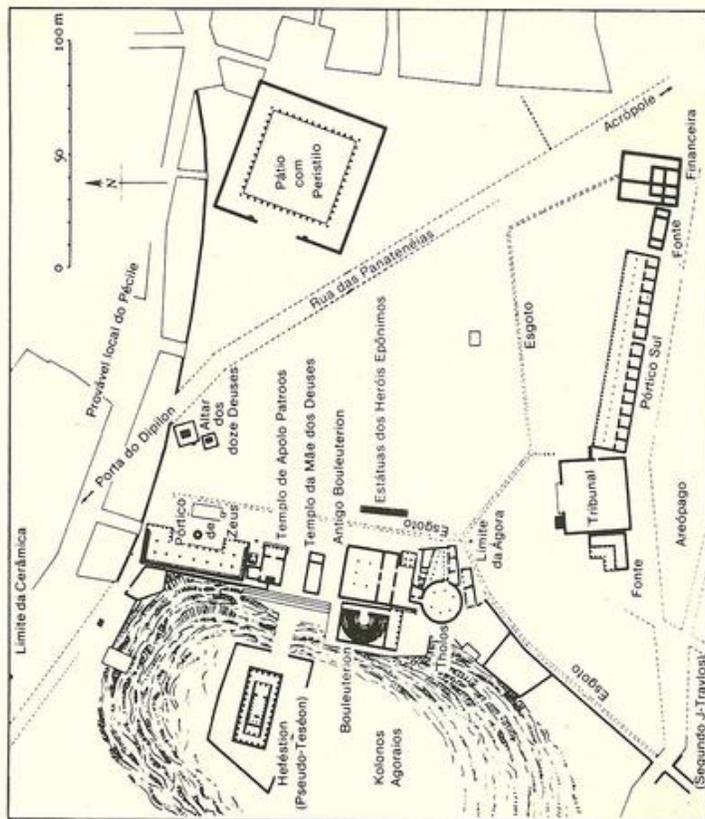
Ostraca com os nomes de Temístocles e Péricles.  
A Ágora na época de Péricles.



A Acrópole, a Ágora e o Heféstion vistos da Academia em 1810.  
(Desenho de Stackelberg.)



A Ágora



### A Herança de Atenas

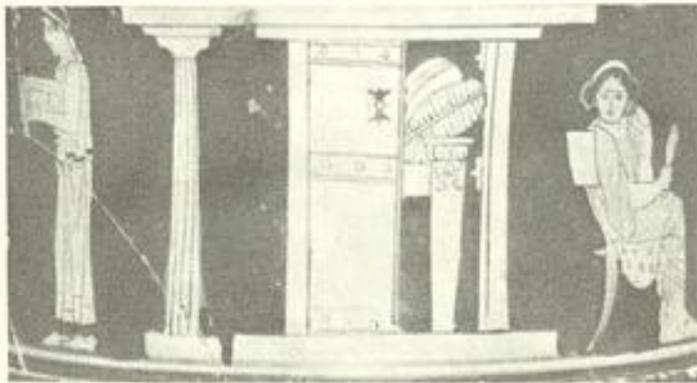
Os atenienses desempenharam um papel histórico de relevo durante apenas dois séculos. Mas a civilização que ajudaram a fazer nascer teria uma posteridade longa e brilhante: uma civilização que não se pode confundir totalmente com a civilização grega em geral, embora seja sua expressão mais luminosa.

Já se tem dito e repetido que essa civilização era, antes de tudo, uma civilização do homem. E para justificar esta afirmação recorre-se mais às grandes obras da arte ateniense que aos escritos dos filósofos que ilustraram a vida ateniense no século IV a.C.; mais aos trágicos que a Aristófanes – essa admirável testemunha da vida cotidiana de Atenas. Na realidade, os testemunhos da grandeza de Atenas não devem nos iludir. Ao lado desse mundo de luz e claridade, sempre subsistiu um mundo de sombras e violências, e fingir ignorá-lo seria conhecer mal a realidade ateniense. A religião que impregnava todos os atos da vida cotidiana estava longe de ter o aspecto puro que o célebre friso das Panatenéias parece traduzir. As festas campestres conservavam, em plena época clássica, um caráter primitivo e mágico, herança de um passado distante. A túnica negra que vestia os efebos no século IV a.C. conservava, como demonstrou P. Vidal-Naquet, a lembrança dos ritos primitivos de iniciação, e nas filigranas dessas obras que nos parecem exprimir o mais alto grau de cultura a que se alçou o espírito humano é possível encontrar numerosos traços, ainda vivos, de um “pensamento selvagem”.

Não é menos verdade, no entanto, que os atenienses, sobretudo durante os dois séculos em que exerceram a hegemonia no mundo egeu, construíram uma civilização que hoje podemos considerar como uma civilização do homem. Se jamais, a não ser excepcionalmente, tiveram em vista esse homem – salvo como elemento da natureza, da *physis* – e se, ao contrário dos homens de hoje, nunca sonharam em se tornar senhores dessa natureza, pelo menos pensaram em submetê-la a leis, à *nomoi*.

Essa razão da unidade e da diversidade da civilização ateniense. No domínio da arte, é com o escultor Antenor que podemos começar a lista dos grandes nomes que a ilustraram. Este, contemporâneo dos pistrátidas e dos primeiros anos da democracia ateniense, introduz na escultura a harmonia geométrica, e podemos classificar essa arte como sendo isonômica (“Clistenes, o Ateniense”). É essa mesma harmonia, na qual o *nomos* introduz uma ordem perfeita, que encontramos, no século seguinte, nas esculturas de Fídias, na arquitetura e, particularmente, nas construções da Acrópole – nas quais ele fez as vezes de mestre-de-obras. E não é surpreendente que, no momento em que os sofistas afirmam a relatividade do *nomos* e a superioridade da natureza – ainda que desordenada – é que aparecem novas formas na arte ateniense: formas estas mais tormentosas que triunfarão no século seguinte, enquanto a sensualidade religiosa de Frinéia Praxíteles criará um tipo feminino cujo modelo talvez tenha sido

Cena de um gineceu.  
(Pixide com figuras vermelhas. Museu do Louvre.)



Cena de banquete. (Roma, Museu do Vaticano.)

Frine\*, e que se imporá ao mundo romano. Essa evolução da sensibilidade ateniense encontra-se em todos os domínios da civilização e da cultura. A pintura, pelo menos aquela que conhecemos, sob a forma menor de cerâmica pintada, segue uma evolução paralela à da escultura. O teatro de Ésquilo, todo impregnado ainda de mitos primitivos, anuncia já o equilíbrio que triunfará com Sófocles, o amigo de Péricles, enquanto Eurípedes exprime os transtornos e conflitos do final do século V a.C., através de uma obra que é um dos mais vivos testemunhos do que foi a cultura ateniense, e que se pode confrontar com a de um seu contemporâneo, o historiador Tucídides, testemunha lúcida e angustiada do declínio de um mundo. No século IV a.C., a história torna-se crônica ou serve de argumento, aos políticos, para justificar as pretensões da cidade à hegemonia. O teatro perde seu valor de testemunho, ao mesmo tempo político e religioso, para tornar-se divertimento. Mas é então que a reflexão filosófica toma seu lugar. O ensinamento de Sócrates abre caminho a uma investigação que diz respeito tanto ao homem quanto à cidade. Em face das desordens do século, trata-se de recriar uma ordem eterna e imutável que só pode ser elaborada pelo espírito, o *nous*, sem referência ao mundo sensível. Em torno de Platão, e depois de Aristóteles, formam-se escolas filosóficas que atraem, à Atenas, os jovens ávidos de ciência. O problema político está no cerne de seus debates, pois não concebem o homem senão como um "animal político".

E talvez esta seja a palavra-chave da civilização ateniense. Os atenienses foram, primeiramente, cidadãos, e é isso que faz a grandeza de Atenas. Pouco importa que esses cidadãos tenham constituído apenas uma pequena parcela – talvez um décimo – da população da Ática. O falso problema com o qual se defrontaram gerações de historiadores, a saber, o do caráter escravagista da democracia ateniense, deve ser afastado de uma vez por todas. Porquanto é bem verdade que, entre os 30.000 cidadãos, com que Atenas contava no começo do século IV a.C., era grande o número dos que trabalhavam com as mãos, nos campos e nas oficinas. Mas não é menos verdade que, no campo como nas minas e nos estaleiros do porto e da cidade, grande parte da atividade econômica da cidade repousava no trabalho de milhares de escravos, que talvez fossem ali mais bem tratados que alhures, mas, nem por isso deixavam de constituir um grupo excluído da comunidade cívica. E é essa comunidade cívica – à margem da qual viviam estrangeiros livres e privilegiados, porque não se podia prescindir deles – que constituía a cidade. Fazer parte dela significava que se estava disposto a garantir sua defesa, mas também que se pretendia participar de seus frutos. E para isso, convinha que o grupo de cidadãos permanecesse fechado, o que, evidentemente, não impedia que, no seio desse grupo, se desenvolvessem antagonismos que acabariam por fazê-lo desmembrar-se. Essa situação explica o caráter essencialmente "político" de toda a civilização ateniense. O teatro, a arte e a filosofia estão

\* Frine, cortesã grega (séc. IV a.C.), teria sido tomada por Praxiteles como modelo para as suas estátuas de Vênus. Tendo sido acusada de impiedade teria sido absolvida pelos heliastas em consideração a sua beleza.

impregnados desse caráter, e talvez em nenhuma outra época da história a vida intelectual tenha sido mais "engajada" do que na Atenas dos séculos V e IV a.C. A conduta apolítica era inconcebível porque significava a renúncia àquilo que era a própria essência do ateniense: o pertencer ao corpo político, à cidade. É verdade que, não nos enganemos, havia atenienses que, sobrecarregados com a labuta dos campos, desinteressavam-se pelos debates que se realizavam na *Ekklesia*. Outros – sobretudo no século IV a.C. – preferiam seus negócios particulares aos do mundo grego. Mas o número daqueles que se encontravam, cotidianamente, em contato com as realidades políticas era proporcionalmente considerável. E isso se traduzia pelo primado da política em todos os domínios do pensamento.

Sem dúvida, é a isso que são sensíveis os homens de hoje, como o foram aqueles que, através dos séculos, encontraram na democracia ateniense o modelo a contrapor a todas as tiranias e a todas as opressões. A liberdade e a igualdade, a que os atenienses emprestavam tanta importância e das quais faziam o símbolo de sua *politela*, iriam ser as palavras de ordem de todos os que desejassem se livrar do absolutismo monárquico ou da opressão estrangeira. Sabemos o prestígio que Atenas gozava junto aos homens que fizeram a Revolução Francesa. O século XIX, que viu triunfar na Europa a revolução burguesa democrática, foi também aquele em que os estudos atenienses conheceram o seu maior desenvolvimento. E para falar apenas da França, ainda nas primeiras décadas do século XX, Clemenceau podia ser identificado a Demóstenes, enquanto que o historiador Glotz falava do "socialismo" de Péricles. Todavia, exatamente o desenvolvimento dos movimentos socialistas é que iria vibrar um golpe muito duro na "democracia" ateniense. E enquanto os historiadores liberais, para continuar a defender Atenas, empenhavam-se em demonstrar que a escravidão experimentara apenas um inexpressivo desenvolvimento, aqueles que se declaravam socialistas (F. Engels foi o primeiro), denunciavam o caráter parasitário e opressor da democracia ateniense e, curiosamente, reuniam numa mesma crítica da Atenas de Péricles e de Demóstenes, os partidários dos regimes autoritários.

Pode-se, hoje, na década de 70 do século XX, atribuir alguma importância aos atenienses quando se desmorona um mundo que alguns acreditavam ser imutável e quando, de um lado a outro do globo, uma juventude revoltada contesta a cultura "burguesa"? E poderá a história de Atenas ainda nos trazer algum ensinamento? Talvez não seja possível responder a tais questões. Em todo caso, a civilização que, há 2.500 anos, nasceu na orla do mar Egeu soube, em menos de dois séculos, elaborar um pensamento crítico e político, cujas ressonâncias se prolongam até nós, e os atenienses têm seu lugar na história dos homens que farão o mundo de amanhã.

Supro Meritimus  
Ribeiro

## LÉXICO

**AREÓPAGO.** Nome de uma colina de Atenas dedicada ao deus Ares que, por extensão, denomina o tribunal que tinha sua sede nessa colina. Na época clássica, era formado pelos antigos arcontes que tinham deixado o cargo.

**ÁGORA.** Praça pública nas cidades gregas. Originalmente, era o lugar onde se reunia a Assembléia dos cidadãos. Na época clássica, era, o mais das vezes, um local de mercado em volta do qual se instalavam as lojas.

**ANFICTIONIA.** Associação de delegados encarregados da administração de um santuário.

**ARCONTE.** O termo designa o supremo magistrado da cidade. Em Atenas, a princípio, havia três e, depois, nove arcontes. Na idade clássica, suas funções eram fundamentalmente judiciárias.

**BOULÊ.** Era o conselho; órgão principal da democracia ateniense, formado por quinhentos membros escolhidos por sorteio.

**BOULEUTERION.** Recinto onde se realizavam as sessões da "Boulê".

**COREGIA.** Encargo que, para os atenienses ricos, consistia em preparar e ensaiar um coro para as festas de Dioniso.

**CREMATÍSTICA.** Arte de ganhar dinheiro.

**CLERÚQUIA.** No século V, este vocábulo designava guarnições mais ou menos permanentes de soldados atenienses que, instalados em território inimigo ou bárbaro, recebiam um "cleros", ou pedaço de terra, a título de remuneração. No século IV, algumas dessas clerúquias tornaram-se colônias permanentes.

**DÊME.** O dême era uma circunscrição territorial. A divisão do território da Ática em dême agrupadas em trittias foi obra de Clístenes. O dême tinha suas Assembléias, magistrados e festas religiosas, e era ali que os atenienses faziam seu aprendizado da vida política.

**DÊMOS.** Nos textos oficiais, este termo designava o conjunto de cidadãos atenienses. Na linguagem política, empregamo-lo para designar a massa, por oposição aos ricos ou aos aristocratas.

**DIKÊ.** Ação judiciária concernente a um negócio particular.

**DOCIMASIA.** Exame prévio a que era submetido um magistrado antes de tomar posse.

**DRACMA.** Unidade monetária. Uma dracma valia 6 óbolos.

**EKKLÉSIA.** Era o nome da Assembléia Geral de todos os cidadãos de Atenas.

EISANGELIE. Ação movida contra alguém que tivesse cometido um atentado aos interesses da cidade.

EISPHORA. Imposto extraordinário cobrado em tempo de guerra.

EFEBIA. Na época clássica, serviço militar de dois anos a que estava obrigado todo jovem ateniense.

ÉFORO. Magistrado espartano cujo colégio de cinco membros era eleito anualmente.

EPISTATO. Presidente de uma assembléia ou de um colégio de magistrados.

EPISCOPOI. Fiscais.

GÉNOS (plural GÉNE). Era a família no sentido lato. Pareceria que, em Atenas, o termo só era empregado para designar as grandes famílias aristocráticas.

GRAPHÊ. Ação judiciária concernente a um negócio público.

HEGEMON. Chefe militar de uma coalizão. Atenas era o *hegemon* da Liga de Delos e Filipe o "hegemon" da Liga de Corinto.

HELÍEIA. Tribunal popular de Atenas, cujos membros eram recrutados por sorteio, e do qual todos os atenienses podiam fazer parte.

HETERIA. Agrupamento de companheiros. Originalmente, grupos aristocráticos. Depois, na idade clássica, facção política.

HILOTA. Este termo designava as populações dependentes na Lacônia e na Messênia. Aos olhos dos atenienses, os hilotas eram escravos de um tipo peculiar.

HIPPEIS. Cavaleiros. Na legislação soloniana, este termo designava os cidadãos da segunda classe censitária.

HOPLITA. Soldado de infantaria fortemente armado.

KALOI-KAGATHOI. Os "belos e bons", ou seja, as pessoas "bem", os homens de boa família e boa educação.

METECO. "Aquele que vive à margem", isto é, o estrangeiro que era autorizado a viver na cidade sem nela se integrar completamente.

MINA. Unidade ponderal e monetária. Uma mina valia 100 dracmas.

MISTHOS. Salário.

NOMOS. Lei.

NOMÓTETA. Magistrado designado a título excepcional para proceder a uma revisão das leis. A partir do século IV, o colégio dos nomótetas torna-se permanente.

NOUS. Espírito.

ÓBOLO. A menor unidade monetária. Seis óbolos equivalem a uma dracma.

OLIGARCAS. Partidários de um regime político no qual a autoridade – a *arché* – seria colocada nas mãos de um pequeno número de pessoas (*oligoi*).

OSTRAKOPHORIA. Processo de votação pelo qual cada ateniense era convocado a escrever num caco (*ostrakon*) o nome daquele que desejava ver afastado da cidade por algum tempo.

PALESTRA. Lugar público onde os mancebos da Grécia se adestravam nos exercícios corporais.

PANÓPLIA. O conjunto de armas de um hoplita: couraça, escudo, capacete, grevas, lança e espada.

PENTACOSIOMEDIMNOS. Aqueles que colhiam mais de quinhentas medidas de cereais. A partir de Sólon, esse termo designava os atenienses da primeira classe do censo.

FRATRIA. Associação religiosa que agrupava em torno de um *genos* a clientela deste (*orgéones*).

PHYSIS. A natureza, freqüentemente por oposição ao *nomos* – a lei.

POLEMARCO. Era um dos nove arcontes. Até às Guerras Médicas, era o comandante-em-chefe do exército ateniense. Depois, suas funções puramente judiciárias valeram-lhe, em particular, a presidência do tribunal perante o qual deviam comparecer os estrangeiros.

POLETES. Em Atenas, magistrados encarregados da venda e adjudicação dos bens públicos.

PÓLIS. Termo específico para designar o Estado grego na época clássica. A *pólis*, geralmente, compreendia uma cidade e seu território. Mas o termo tem um significado extremamente rico e cheio de nuances que apenas parcialmente exprime a expressão cidade-Estado.

POLITEÍA. O conjunto das leis e instituições que formam a constituição de uma cidade, mas, igualmente, o Direito da cidade.

PROBOULEUMA: Projeto elaborado pela *Boulé* e submetido à votação da *Ekklesia*.

PRÍTANES. Os prítanes eram os 50 membros da *Boulé*, ou *buleutas*, de uma tribo que, durante um décimo do ano exercia a prítania, ou seja, a presidência da *Boulé*. A ordem na qual as dez tribos da Ática sucessivamente exerciam a prítania era sorteada a cada ano.

PSEPHISMA. Decreto.

SEISACHTEÍA. "Livre do fardo". Por isso, chamou-se assim a abolição das dívidas por Sólon.

ESTÁTER. Unidade monetária. Em Atenas, o estáter de prata valia 4 dracmas.

ESTRATEGO. Magistrado supremo – mais particularmente, o encarregado da condução das operações militares.

STRATIOTIKA. Caixa destinada a cobrir as despesas militares.

SIMAQUIA. Aliança de caráter essencialmente militar.

SINÉDRIO. Assembléia federal.

SYNTAXEIS. Contribuições.

TALENTO. Unidade ponderal. Um talento valia 6.000 dracmas.

TÁMIAS. Tesoureiro.

TELESTERION. Sala das iniciações em Elêusis.

TESMÓTETAS. Colégio de 6 arcontes, inicialmente encarregados da redação e posteriormente, da salvaguarda das leis.

TETES. Aqueles que nada possuíam e pertenciam à última classe do censo.

TRIERARCA. Ateniense rico designado para fornecer o equipamento de uma trirreme, e a quem se garantia o comando da mesma.

TRITIA. Subdivisão territorial. Uma tribo reunia três tritias: uma do litoral, uma da cidade e uma do interior.

TIRANIA. Nome dado pelos escritores gregos à autoridade absoluta exercida na cidade por um indivíduo que chegara ao poder pela força e ao arripio do quadro das instituições legais.

ZEUGITAS. Os que possuíam animais de tiro. A partir de Sólon, o termo designava os cidadãos da terceira classe do censo.

## BIBLIOGRAFIA

A bibliografia sobre a história de Atenas é bem grande e não se trata, aqui, de fazer um apanhado geral da mesma. Limitar-nos-emos, pois, aos títulos mais recentes e, excepcionalmente, às obras que trouxeram elementos novos à apreciação do que foi a história e a civilização de Atenas.

Atenas, evidentemente, ocupa uma posição central em todas as "Histórias Gerais da Grécia". Citaremos apenas três dessas Histórias Gerais: G. Glotz, *Histoire générale, Histoire grecque*, 4 volumes, 1936. Os fatos econômicos são desenvolvidos sobretudo no Tomo II (*La Grèce au V<sup>e</sup> siècle*).

- A. Aymard, J. Auboyer, *l'Orient et la Grèce*, T. I da "Histoire générale des civilisations" publicada sob a direção de M. Crouzet, primeira edição, Paris, 1953, que, como todos os volumes, acentua sobretudo os fatos relacionados à civilização.
- P. Lévêque, *l'Aventure grecque*, estudo de conjunto particularmente brilhante que inclui os resultados mais recentes da pesquisa sobre a história grega.

Para o período arcaico, a obra que mais contribuiu com elementos novos, nesses últimos anos, foi o livro de Pierre Lévêque e Pierre Vidal-Naquet, *Clisthène l'Athénien*, Paris, 1964.

No que concerne à evolução institucional, pode-se consultar também: C. Hignett, *A History of the Athenian Constitution*, Oxford, 1958, e o meu *Institutions politiques grecques*, Paris, A. Collin, Coleção U<sup>2</sup>, 1967. Algumas obras recentes reabriram o debate sobre o papel de cada uma das assembleias (*Ekklesia, Boulé*) e dos tribunais na determinação da política ateniense. Veja-se, em particular, P.J. Rhodes, *The Athenian Boulé*, Oxford, 1972; R. Alain de Laix, *Probouleusis at Athens: A Study of Political Decision-Making*, Berkeley-Los Angeles, 1973; M. H. Hansen, *The Sovereignty of the People's Court in Athens in the Fourth Century*, B. C., Odense University Press, 1974; Eisangelic, id., 1975.

No que se refere a Sólon, uma das obras fundamentais continua a ser a de W.J. Woodhouse, *Sólon the Liberator*, que será útil confrontar com a comunicação de Ed. Will, "Actes de la deuxième conférence internationale d'histoire économique", Aix-en-Provence, 1962, T. I., pp. 59 e seguintes. Deve-se consultar também G. Ferrara, *La Política di Solone*, Nápoles, 1964.

Sobre Pisístrato, veja-se o capítulo IV do meu livro *Tyrannie dans la Grèce antique*, Paris, P.U.F., 1969, bem como o conjunto dos textos reunidos por Jean Delorme em *la Grèce primitive et archaïque*, Paris, A. Collin, coleção U<sup>2</sup>, pp. 249 e seguintes.

Sendo Aristóteles nossa principal fonte, no que respeita a esse período da história de Atenas, deve-se ler com interesse a crítica ao filósofo feita por dois historiadores americanos, G. Day e M. Chambers, *Aristotle's History of Athenian Democracy*, Berkeley, Los Angeles, 1962. Sobre o conjunto do período, deve-se ler com precaução, por causa da tradução francesa, o pequeno livro de G. Forrest, *la Naissance de la démocratie grecque*, Paris, 1966.

Para o século V, há abundância de obras que freqüentemente se repetem. Uma das mais recentes e mais agradáveis leituras é a de V. Ehrenberg, *From Solon to Socrates: Greek History and Civilization during the 6th and 5th centuries B. C.*, Londres, 1968. Do mesmo autor, *The People of Aristophanes, A Sociology of Old Attic Comedy*, Oxford, 1951. Pode-se também consultar a obra coletiva, *Athènes au temps de Périclès*, Coleção "Ages d'or et réalités", Paris, 1964. Mas, para o futuro, a obra fundamental será E. Will, *Le Monde grec et l'Orient antique*, T.I, "le V<sup>e</sup> siècle", Paris, 1972.

A Guerra do Peloponeso é um momento essencial da história de Atenas, e nada substitui a leitura de Tucídides para avaliar-lhe a importância. A edição de J. de Romilly na coleção "Universités de France" é hoje uma obra acabada; o Tomo V (livro VIII) foi editado e traduzido por R. Weill, Paris, 1972. Sobre os acontecimentos que então se desenrolaram em Atenas, particularmente sobre as revoluções oligárquicas, é interessante ler, para a análise de sua ideologia, o livro de A. Fuks, *The Ancestral Constitution. Four Studies in Athenian Party Politics at the End of the fifth century B. C.*, Londres, 1953, e é divertido o panfleto publicado por Jules Issac sob o pseudônimo de Junius: "Les Oligarques, essai d'histoire partielle", edições Minuit, 1944.

Para o século IV, dispomos da mais abundante documentação, tanto no que concerne às instituições como à vida econômica e social. Para se recorrer e interpretar essa documentação, veja-se meu *Fin de la démocratie athénienne*, Paris, P.U.F., 1962. Algumas conclusões continuam válidas: outras precisam sofrer sérias modificações – particularmente, no que concerne à apreciação da crise econômica do século IV. Em último lugar, veja-se Claude Mossé, *The Ancient World at Work*, Londres, 1969, mas, principalmente, *Athens in Decline*, Londres, 1973.

Sobre os problemas da terra e da propriedade agrária, a obra fundamental continua a ser a de M. I. Finley, *Studies in Land and Credit in Ancient Athens (500-200 B.C.)*, New Brunswick, 1952.

Sobre as minas, R. J. Hopper, *The Attic Silver Mines, in the fourth century B. C.* em "Annual of the British School at Athens", vol. 48, 1953, pp. 200-254; "The Laurion Mines: A Reconsideration", id., 1968, pp. 293-325.

Sobre o comércio é sempre proveitoso consultar J. Hasebroeck, *Trade and Politics in Ancient Greece*, 1933; bem como o artigo de L. Gernet "Sur les actions commerciales en droit grec" em "Droit et société dans la Grèce ancienne", Paris, 1955. O pequeno livro de F. Vannier, *Le IV<sup>e</sup> siècle* (Paris, A. Collin, Coleção U<sup>2</sup>, 1967), oferece uma abundante coletânea de textos sobre o período. Mas, sobre o conjunto dos problemas econômicos e sociais do mundo grego (com Atenas ocupando ali o primeiro plano), deve-se consultar sobretudo a síntese particularmente sugestiva de M. Austin e P. Vidal-Naquet, *Économies et Sociétés en Grèce ancienne*, Paris, 1972; e, para os problemas metodológicos colocados pela análise das economias antigas é fundamental a obra de M. I. Finley, *The Ancient Economy*, Londres, 1973 (tradução francesa por M. P. Higgs, *l'Économie antique*, Paris, 1975).

O século IV é também o grande século do pensamento ateniense, assim como o século V foi o grande século da arte ateniense. Os tomos II e III da *Civilisation grecque* de A. Bonnard fazem uma exposição sugestiva sobre os dois períodos.

Leituras particularmente estimulantes para o espírito, várias compilações de artigos elucidam diversos aspectos do pensamento religioso e jurídico grego e, especialmente do ateniense: J. P. Vernant, "Mythe et pensée chez les Grecs", Maspéro, 1965; L. Gernet, "Anthropologie de la Grèce antique", Maspéro, 1968; J. P. Vernant, P. Vidal-Naquet, "Mythe et Tragédie en Grèce ancienne", Paris, Maspéro, 1972; J. P. Vernant, "Mythe et Société en Grèce ancienne", Paris, Maspéro, 1974.

Finalmente, é interessante consultar o belo livro de J. Charbonneaux, R. Martin e F. Villard, *Grèce classique, l'Univers des formes*, Paris, 1969; e, para o conhecimento da própria cidade de Atenas, o guia publicado pela Escola Americana de Atenas: "The Athenian Agora. A guide to the Excavations and Museum", 2.<sup>a</sup> edição, 1962.



Dentre as cidades-Estado gregas existiu uma cuja história nos é familiar e cuja vida cotidiana nos parece bastante próxima: Atenas.

Uma extraordinária riqueza de documentos de toda sorte, uma profusão de textos históricos, literários, filosóficos, jurídicos, de inscrições e de monumentos alegóricos fizeram de Atenas não somente a mais conhecida das cidades gregas, mas a cidade-Estado por excelência.

Nesta obra, Claude Mossé analisa as instituições e as diferentes manifestações intelectuais e religiosas da vida de Atenas. Aqui acompanhamos a história dessa cidade, de sua origem modesta à sua herança gloriosa; da era de Sólon à de Péricles, passando pela guerra do Peloponeso, a época de Filipe e a de Alexandre, até o fim da democracia ateniense, para, por fim, avaliar o seu legado histórico.

ISBN 85-230-8488-7



COD. EDU: 00051